

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LAURA CHAVES DE SOUZA PELUSO

Universidade e cultura: movimento e expressão de uma região

Maringá

2012

LAURA CHAVES DE SOUZA PELUSO

Universidade e cultura: movimento e expressão de uma região

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Elaboração de políticas públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Pereira da Costa Dourado

Maringá

2012

"Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)"
(Biblioteca Setorial - UEM. Nupélia, Maringá, PR, Brasil)

P393u

Peluso, Laura Chaves de Souza, 1960-

Universidade e cultura : movimento e expressão de uma região / Laura Chaves de Souza Peluso. -- Maringá, 2012.

132 f. : il. (algumas color.).

Dissertação (mestrado em Políticas Públicas)--Universidade Estadual de Maringá, Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2012.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Simone Pereira da Costa Dourado.

1. Política de cultura - Instituições públicas - Paraná (Estado). 2. Plano de cultura - Instituições públicas - Paraná (Estado). 3. Universidade e sociedade - Interação. 4. Instituições culturais - Paraná (Estado). I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

CDD 22. ed. -306.432098162
NBR/CIP - 12899 AACR/2

LAURA CHAVES DE SOUZA PELUSO

Universidade e cultura: movimento e expressão de uma região

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Simone Pereira da Costa Dourado (Presidente)
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Dr.^a Regina Coeli Machado e Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 14 de junho de 2012.

Local de defesa: Bloco H-12, sala 14, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

Dedico este trabalho

José Márcio Peluso e André Chaves Peluso (a força para continuar);

Thiago Chaves Peluso (*in memorium*) e

Aos incansáveis lutadores por uma política pública de cultura espalhados pelo país.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Simone Pereira da Costa Dourado pela paciência,

Aos professores que compõem a banca de defesa, em especial a Prof.^a Dr.^a Regina Coeli que se disponibilizou a colaborar nesse processo;

Aos professores Dr. Walter Praxedes e Prof.^a Dr.^a Carla Almeida tão queridos e estimados;

As amigas Thais Franscison, Eloisa Beppu que se disponibilizaram sua atenção e amizade nesse processo tão intenso e desgastante;

A Marly Cândido por me apoiar em casa no período de construção desse estudo; alterando sua rotina de trabalhos domésticos;

As colegas de trabalho, Helena Santos e Silvana Borges que dividiram as estradas do mestrado, enfrentando juntas as alegrias e os obstáculos desse período de viagem a Curitiba;

Aos colegas de turma que possibilitaram um convívio intenso de trocas e estudos;

Aos colegas do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá e em especial a Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues que ao abrir a porta do Observatório para a realização do estágio viabilizou a cumprimento da minha pesquisa.

Aos colegas Wesley e Isabela que ajudaram com mapas e a montagem da base de dados para a coleta em campo;

A Walkiria Macerau que mesmo fazendo mestrado disponibilizou tempo para a tabulação da coleta de dados facilitando assim minha análise na pesquisa,

Aos colegas da secretaria do programa de pós-graduação Júnior e Carol pela paciência e atenção disponibilizada a todos os discentes;

E também a todos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura que de alguma forma ao tentarem inviabilizar minha pesquisa acabaram por possibilitar um novo olhar sobre o tema.

*Nós somos a soma das pessoas que conhecemos.
A gente muda de tribo e a tribo muda a gente
(WITTENBOM, Dirk . filme Sociedade Feroz,
2006).*

Universidade e cultura: movimento e expressão de uma região

RESUMO

Avaliar as relações entre a universidade pública e o Plano Nacional de Cultura (PNC) aprovado em novembro de 2010 e sancionado pela Lei Federal de N.º12.343/2010 em 02 de dezembro de 2010, cuja elaboração foi determinada pela Constituição de 1988. Com isso aflora a perspectiva de um novo tempo nas questões culturais do Brasil, visto que as universidades participaram da elaboração das diretrizes gerais do plano. Tomará como base as universidades estaduais do Paraná, focalizando a relação estabelecida entre a Universidade Estadual de Maringá e a Região Metropolitana de Maringá. Com ele se espera responder às três seguintes questões: 1) A cultura nas instituições de ensino superior tem projeção local, regional, estadual ou nacional? 2) Qual o espaço da cultura na estrutura organizacional das universidades públicas estaduais do Paraná? 3) Como a UEM pode se preparar para contribuir com a implementação das ações previstas pelo PNC para as universidades? A coleta de dados realizada na Região Metropolitana de Maringá-PR, que se constitui de 25 municípios e tem em sua dinâmica uma relação direta e/ou indireta com a Universidade Estadual de Maringá, espera-se avaliar a dinâmica dessa relação por meio das estratégias e diretrizes propostas pelo PNC. Para tanto foi adotado um estudo qualitativo e quantitativo, para conhecer as especificidades do campo da universidade e das práticas culturais e buscar nesta inter-relação um processo de interdisciplinaridade com vista a uma possível contribuição para a construção de uma política pública de cultura nas IESs públicas do Paraná.

Palavras-chave: Política Pública de Cultura. Plano Nacional de Cultura. Universidade pública. Universidade Estadual de Maringá. Região Metropolitana de Maringá –PR.

University and culture: regional movement and expression

ABSTRACT

Estimate the relation between public institutions and the National Plan for Culture (NPC) approved in November 2010 and sanctioned by Federal Law number 12.343/2010 in December 2nd 2010, whose elaboration was determined by the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. As a result of the Law, raises the perspective of a new era questioning Culture and its segments in Brazil since the universities were involved in elaborating guidelines in the plan. This study will have as a target the public universities of Parana State, Brazil focusing on the relationship established between the State University of Maringá and the Metropolitan area of Maringá. With this approach the study intends to answer the following questions: 1. Does the culture in public higher education institutions have local, regional, state or national projections? 2. Does the culture have space in the organizational structure of public institutions of Paraná? And 3. How the State University of Maringá, UEM may prepare itself to contribute with implementing predicted actions by NPC to the universities? The research made in the Metropolitan area of Maringá – Parana State which constitutes of 25 municipalities and presents a direct and/or indirect relationship with UEM, it is expected to assess the dynamic of this relationship by using strategies and guidelines approached by NPC. For this approach it was adopted a qualitative and quantitative study to know the specificities at the university scope and the cultural practices used and indeed search for in this interrelation, an interdisciplinary process in order to find out a possible contribution to structure a public politics in public higher education institutions of Paraná State, Brazil.

Keywords: Public Policies of Culture. National Plan for Culture. Public institution. State University of Maringá. Metropolitan area of Maringá – PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Mapa com localização da Região Metropolitana de Maringá	70
Mapa 2 - Mapa da Regional AMUSEP	72
Mapa 3 - Mapa dos <i>Campi</i> de Extensão da Universidade Estadual de Maringá	73
Figura 1 - Existência de setores específicos para os assuntos da Cultura nos municípios	79
Figura 2 - Setores específicos nos municípios para os assuntos da Cultura	80
Figura 3 - Infraestrutura do órgão gestor para os assuntos da cultura nos municípios	80
Figura 4 - Categoria da equipe de recursos humanos	81
Figura 5 - Nível de escolaridade da equipe de Cultura nos municípios	82
Figura 6 - Orçamento para o setor nos municípios	82
Figura 7 - Despesa ou renda média dos municípios direcionada à pasta da Cultura .	83
Figura 8 - Legislação própria para a área da Cultura	83
Figura 9 - Legislação exigida pelo Sistema Nacional de Cultura	84
Figura 10 - Existência de escolas, oficinas ou cursos regulares de formação em atividades típicas de Cultura	85
Figura 11 - Atividades culturais de exposição diversa	86
Figura 12 - Origem do orçamento para as atividades culturais de exposição	86
Figura 13 - Atividades culturais de feira diversa	87
Figura 14 - Origem do orçamento para as atividades culturais de feira	87
Figura 15 - Atividades culturais de festival diverso	88
Figura 16 - Origem do orçamento para as atividades culturais de festival	88
Figura 17 - Atividades culturais de concurso diverso	89
Figura 18 - Origem do orçamento para as atividades culturais de concurso	89
Figura 19 - Outras atividades culturais	90
Figura 20 - Origem do orçamento para outras atividades culturais	90
Figura 21 - Grupos artísticos – Artes plásticas e visuais	91
Figura 22 - Grupos artísticos – Artesanato	92
Figura 23 - Grupos artísticos – Associações literárias	92
Figura 24 - Grupos artísticos – Bandas	93
Figura 25 - Grupos artísticos – Blocos carnavalescos	93
Figura 26 - Grupos artísticos – Capoeira	94
Figura 27 - Grupos artísticos – Cineclubes	95

Figura 28 - Grupos artísticos – Circo	95
Figura 29 - Grupos artísticos – Corais	96
Figura 30 - Grupos artísticos – Danças	97
Figura 31 - Grupos artísticos – Desenho e pintura	98
Figura 32 - Grupos artísticos – Escolas de samba	98
Figura 33 - Grupos artísticos – Manifestações tradicionais populares	99
Figura 34 - Grupos artísticos – Música	99
Figura 35 - Grupos artísticos – Teatros	100
Figura 36 - Grupos artísticos – Orquestras	100
Figura 37 - Grupos artísticos – Outros	101
Figura 38 - Atividade artesanal nos municípios	101
Figura 39 - Equipamento cultural – Bibliotecas públicas	102
Figura 40 - Equipamento cultural – Centros culturais	103
Figura 41 - Equipamento cultural – Cinema	103
Figura 42 - Equipamento cultural – Clubes	104
Figura 43 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Estação de rádio AM	104
Figura 44 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Estação de rádio FM	105
Figura 45 - Equipamentos culturais – estádios ou ginásios desportivos	105
Figura 46 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Geradoras de TV ...	106
Figura 47 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Jornais diários	106
Figura 48 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Livrarias	107
Figura 49 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Lojas de disco, CDs, fitas e DVDs	108
Figura 50 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Museus	108
Figura 51 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Provedores de internet	109
Figura 52 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Estações de rádio comunitárias	110
Figura 53 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Revistas impressas localmente	110
Figura 54 - Equipamentos culturais – Salas de exposição	111
Figura 55 - Equipamentos culturais – Shopping centers	111
Figura 56 - Equipamentos culturais – Teatros ou salas de espetáculo	112
Figura 57 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – TVs a cabo	112
Figura 58 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – TVs aberta	113

Figura 59 - Equipamentos culturais e meios de comunicação – Unidades de Ensino Superior	113
Figura 60 - Equipamentos culturais – Videolocadoras	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estratégias do Plano Nacional de Cultura	40
Tabela 2 -Localização da área cultural nas universidades estaduais do Paraná	53
Tabela 3 - Cursos de extensão oferecidos pela Diretoria de Cultura da UEM para o primeiro semestre de 2012	60
Tabela 4 - Média de gastos com a Cultura em 2010	77
Tabela 5 - População e área dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá	78

LISTA DE SIGLAS

ABC - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema – cidades paulistas

AI-5 - Ato Institucional número cinco

ALN - Ação Libertadora Nacional

AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense

CAD - Conselho de Administração

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs - Comunidade Eclesial de Base

CINEUEM - Projeto de Extensão de Cinema da UEM

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DCU - Diretoria de Cultura

EAD - Ensino a Distância

EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes

FENATA - Festival Nacional de Teatro

FETECO - Festival de Teatro da Unicentro

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FILO - Festival Internacional de Londrina

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNC - Fundo Nacional de Cultura

FUC - Festival Universitário da Canção

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IES - Instituição de Ensino Superior

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA - Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MinC - Ministério da Cultura
MR-8 - Movimento Revolucionário oito de outubro
MST - Movimento dos Sem Terra
Munic - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ONGs - Organizações não governamentais
Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PROEXT CULTURA - Programa de Extensão Universitário – Cultura
Pronac - Programa Nacional de Apoio a Cultura
RMM - Região Metropolitana de Maringá
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC - Serviço Social do Comércio
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SPC - Secretaria de Políticas Culturais
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TUCCA - Teatro Universitário do Campus de Cascavel
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
VAR - Vanguarda Popular Revolucionária
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	POLÍTICA DE CULTURA E A CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	18
2.1	O BRASIL E A CONSTRUÇÃO PARA UM CAMINHO DE POLÍTICA PÚBLICA	18
2.2	POLÍTICAS DE CULTURA	30
3	AS UNIVERSIDADES NA POLÍTICA NACIONAL DA CULTURA: O CASO ESPECÍFICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	35
3.1	FORTALECIMENTO DA AÇÃO DO ESTADO NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS	40
3.2	INCENTIVO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL BRASILEIRA	42
3.3	UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO DOS BRASILEIROS À FRUIÇÃO E À PRODUÇÃO CULTURAL.....	46
3.4	AMPLIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL	48
3.5	CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	50
4	O LUGAR DA CULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	53
4.1	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ E A CULTURA	58
4.2	O QUE PENSAM OS ALUNOS.....	63
4.3	COLETA DE DADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	69
4.3.1	Resultados	78
5	CONCLUSÃO – PROPOSTA DE INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ NA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA ...	115
	REFERÊNCIAS	121
	ANEXO A - Questões para entrevista com os acadêmicos	125
	ANEXO B - Informações dos municípios pertencentes à RMM	127
	ANEXO C - Tabela de visitas para coleta de dados junto aos municípios da Região Metropolitana de Maringá – RMM	132

1 INTRODUÇÃO

O objeto de investigação desta dissertação é a relação das universidades públicas brasileiras com o Plano Nacional de Cultura (PNC). O recorte escolhido para essa análise faz uma avaliação do Estado do Paraná focalizando a atuação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) por meio de levantamento junto aos órgãos gestores de Cultura nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá (RMM). Nela são discutidas as dimensões da Cultura nesse espaço, que inclui a UEM, os poderes públicos locais, órgãos locais de formulação e de gestão das políticas de Cultura e o cumprimento das normas nacionais para o setor conferido nos últimos anos, principalmente pelo PNC. A coleta de dados efetuada na RMM resultou da ação do estágio supervisionado cumprido junto ao Observatório das Metrôpoles¹ – Núcleo Maringá.

O Plano Nacional de Cultura inclui em suas diretrizes e metas as universidades públicas brasileiras como centros de conhecimento cultural. A partir dessa premissa é que fomos estimulados a saber como as universidades se posicionam no campo da Cultura, tanto em relação ao corpo discente como à região territorial de sua abrangência. Com esta pesquisa espera-se responder às três seguintes questões: 1) A Cultura nas instituições de ensino superior tem projeção local, regional, estadual ou nacional? 2) Qual o espaço da Cultura na estrutura organizacional das universidades públicas estaduais do Paraná? 3) Como a UEM pode se preparar para contribuir para a implementação das ações previstas pelo PNC para as universidades?

Para tanto adotamos uma metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, para conhecer as especificidades do campo das universidades e das práticas culturais e, por meio da interdisciplinaridade nessa inter-relação, procuramos contribuir para a construção de uma política pública de cultura nas IESs públicas do Paraná. Foram diversas as fontes utilizadas na pesquisa: projetos, relatórios e demais documentos oficiais disponibilizados na *web site* das instituições. A pesquisa nos âmbitos estadual e federal (leis, decretos e textos bibliográficos) foi feita por meios virtuais, somados a uma coleta de dados nos 25 municípios que no período da pesquisa compõem a Região Metropolitana de Maringá. Com a coleta de dados verificou-se a relação da política de cultura na região e de que forma a universidade contribui ou não com o processo cultural com apoio no tripé ensino, pesquisa e extensão. Também foram

¹ Órgão vinculado ao Observatório das Metrôpoles de amplitude nacional que atua nas onze metrôpoles brasileiras e uma aglomeração urbana, no caso, o Núcleo de Maringá. Reúne pesquisadores de diversas instituições nos mais variados campos (universitário; governamental e não governamental). Atua com temas afetos aos desafios de desenvolvimento das metrôpoles como um Instituto em Rede.

coletados depoimentos de estudantes de cursos de graduação de alguns centros de ensino da UEM, a saber: o Centro de Tecnologia, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Foram entrevistados alunos provenientes de anos diferentes de matrícula na instituição para obtenção de depoimentos sobre três questões: 1) “O que você entende sobre cultura na universidade?”; 2) “O que você considera uma política de Cultura?”; e 3) “Na universidade, o que você identifica como política de Cultura? Por quê?”

As questões surgiram da necessidade de aferir qual a percepção dos discentes em relação à questão em pauta. Esse interesse se justificou a partir de uma inquietação no campo profissional verificada em 1998, dois anos após esta pesquisadora passar a compor o quadro de servidores da instituição como a primeira técnica em Assuntos Culturais da Diretoria de Cultura da UEM, pois pretendia ter uma atuação mais ampliada do setor cultural da instituição, por acreditar que a universidade, principalmente por ser pública, teria o papel de interlocutora do processo cultural e de articuladora e mediadora do conhecimento junto à movimentos sociais, organizações comunitárias e a população em geral. Tanto assim é que no ano de 2007 foi desenvolvido o Projeto de Extensão “O Trabalho e o Prazer através da Cultura” (Processo N.º 7344/2007), o qual objetivou um maior relacionamento dos servidores (docentes e agentes universitários) com a prática cultural como uma ferramenta de desenvolvimento humano, pela convicção de que o processo artístico sugere um novo olhar ao longo da vida de uma pessoa. Esse projeto, que foi coordenado por esta pesquisadora, gerou uma pesquisa com os 4.134 servidores da instituição, compreendendo docentes e agentes universitários, obtendo um retorno de 1.637 questionários preenchidos. O resultado foi que 68,20% dos funcionários entrevistados demonstraram interesse em participar de alguma atividade artística, o que indica que ações culturais desenvolvidas nas instituições de ensino superior contribuem para a formação crítica de uma coletividade. E como a pesquisa não atingiu o corpo discente foi considerado que a opinião dos alunos seria importante para o desenho da política de cultura da universidade.

O presente trabalho será apresentado em três seções, assim distribuído: Seção I – Política de Cultura e a Construção do Plano Nacional de Cultura; Seção II – Plano Nacional de Cultura e as Universidades; Seção III – As Universidades na Política Nacional da Cultura: o caso específico da Universidade Estadual de Maringá na Região Metropolitana de Maringá, Conclusão – Proposta de inserção da Universidade Estadual de Maringá na Política Pública de Cultura.

Na Seção I apresenta-se um histórico das políticas de Cultura no Brasil e como tem sido a participação da sociedade civil no processo de construção dessas políticas.

Na Seção II o objetivo é detalhar o entendimento do Plano Nacional de Cultura a partir das ações e metas das universidades, instituições tidas pelo PNC como centros de conhecimento e crítica da sociedade brasileira conforme o Caderno de Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura elaborado em 2007 e revisado em 2008.

A Seção III versa especificamente sobre a universidade pública tendo como parâmetro as instituições de Ensino Superior do Paraná, particularmente a Universidade Estadual de Maringá. Nele se analisa como a instituição tem se relacionado com o PNC, como a área da cultura se apresenta junto aos estudantes, aos docentes, aos agentes universitários e à comunidade externa, e como a RMM está disposta nessa relação da Universidade e o Plano Nacional de Cultura. Essa seção apresentará como a UEM e Região Metropolitana de Maringá se relacionam com ações que delineiam a política da Cultura tanto para a região como para a realidade local.

Na conclusão foi elaborada uma sugestão inserção da Universidade Estadual de Maringá na política nacional de cultura, na qual se levam em consideração as ações propostas pelo PNC e se propõem mecanismos de conversação entre a comunidade universitária e a comunidade regional.

2 POLÍTICA DE CULTURA E A CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

No Brasil a partir da gestão cultural dos ministros Gilberto Gil (2003/2008) e Juca Ferreira (2008/2010) o debate sobre a política de cultura ganha visibilidade, mas o processo para instalação de um plano de ação cultural vem desde o período do Brasil colônia, mesmo que sob o olhar dos interesses da classe dominante, do eruditismo². A seguir vamos demonstrar essa trajetória.

2.1 O BRASIL E A CONSTRUÇÃO PARA UM CAMINHO DE POLÍTICA PÚBLICA

Vivemos um período de mudanças nos mais diversos campos da vida brasileira, processo que também a cultura tem experimentado. Ao longo da nossa história fomos alimentados com as referências da cultura europeia, branca e elitista, na qual se considerava como “boa cultura” o eruditismo. Só o que vinha da Europa era bom. Aos demais membros da sociedade restava viver na condição de subcidadania, visto que a população era considerada improdutiva, como consequência das relações escravocratas, as quais levaram à formação de uma espécie de “ralé social”, conforme aponta Albernaz e Azevedo (2009, p. 4), ou seja, pessoas sem direitos políticos, civis e sociais

A América Latina propiciou aos Estados europeus o desenvolvimento capitalista pela exploração do Novo Mundo, o que era justificado como um ato de modernização, caracterizando um perfil de “Pluralidade Social Latino-Americano”, segundo Albernaz e Azevedo (2009, p. 6). Em nosso país essa pluralidade foi sinônimo de desigualdade e exclusão, deixando à margem da vida grupos e pessoas cujas expressões mais simbólicas - como o jeito de cada um dançar (capoeira), comer (feijoada) e cultuar suas divindades - só passaram a ser toleradas a partir do Governo Vargas (1930-1945), e ainda assim com a intenção de integrar o país sob a tutela do Estado, para o quê, era necessário reconhecer alguns hábitos da sociedade, mesmo que fosse outra a posição.

Já no campo das artes o país passava por transformações importantes nesse período. O exemplo disto foi a Semana de Arte Moderna (1922), que criou o movimento modernista brasileiro, o qual questionava os padrões clássicos na expressão artística. Os artistas modernos

² Eruditismo – É uma instrução vasta e variada, adquirida, sobretudo pela leitura e pelo estudo, notadamente direcionada a um conhecimento de cunho acadêmico. Segundo Teixeira Coelho (1999, p.164) é uma cultura de elite e que defende os modos culturais da cultura superior.

buscavam constantemente novas formas de expressão, e para isto utilizavam recursos como cores vivas, figuras deformadas, cubos e cenas sem lógica. A Semana, realizada entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, foi a explosão de ideias inovadoras que aboliam por completo a perfeição estética, tão apreciada no século XIX, e como todo novo movimento artístico, provocou o rompimento com os padrões anteriormente utilizados. A Semana de Arte Moderna enfrentou dificuldades pelo fato que nem sempre o novo é bem aceito. Isto foi bastante evidente no caso do Modernismo, que, a princípio, chocou por fugir completamente à estética européia tradicional que influenciava os artistas brasileiros. Assim a modernização na qual nos inserimos esteve sempre sob a dependência de interesses políticos, cujo objetivo era levar-nos a acreditar que seríamos inferiores, e assim distanciar-nos da construção da vida nacional.

No campo político, a posse de Getúlio Vargas pelo golpe de 1930³ estabeleceu uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Para Vargas, o desafio era integrar o país, estender o braço do Estado para o sertão e construir a Nação, dando ao Estado condições de chegar aos mais distantes locais. Para modernizar o Brasil criou a burocracia pública, substituindo a política populista por uma política de universalismo de procedimentos. Assim, a modernização econômica teria que contar com uma autoridade política forte, e para isto era necessário rejeitar a organização do país pelos partidos políticos, para eliminar uma transformação tão profunda que pudesse gerar conflitos. Antes de Getúlio os partidos eram transmissores dos interesses das oligarquias agrárias, e ao se questionarem as essas oligarquias questionavam-se também os partidos políticos, vistos como representantes dos interesses privados e fechados ao pluralismo democrático. Dessa forma surgiram grupos com opiniões diferentes. Havia os que não acreditavam nos partidos políticos, dada a formação colonial/monárquica que marcara a origem do país, e grupos que acreditavam que os partidos políticos não serviam de arena decisória para país nenhum. Assim o centralismo, o nacionalismo e o corporativismo surgiram como os novos temas de debates.

³ Golpe de 1930 - A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado (o Golpe de 1930), que depôs o presidente da república Washington Luís (24/10/1930), impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha. Em 1929, lideranças de São Paulo romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café-com-leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas. Em 1º de março de 1930 foram realizadas as eleições para presidente da República, as quais deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes; mas ele não tomou posse, em virtude do golpe de Estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "*Governo Provisório*" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha (conferir, sobretudo, Fausto, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1972).

No período de 1930 a 1945 as decisões da política social se articularam com a ideia de incorporação e integração nacional. Os direitos foram reconhecidos e regulamentados pelo Estado por meio do mecanismo da “cidadania regulada”, ou seja, os atores que não faziam parte da elite econômica eram incluídos, porém não tinham representação efetiva nas arenas decisórias.

Entre 1946 e 1960 o marco histórico foi a reabertura do congresso. Com a formulação da constituição de 1946 e a criação dos partidos políticos, a ênfase recaiu num Estado desenvolvimentista que promovesse a industrialização e a competitividade.

A partir da década de 80 retomou-se a discussão do aparelho administrativo do Estado de caráter burocrático-privatista, que novamente se mostrou incapaz de atender às demandas sociais. Sob a justificativa da participação dos atores excluídos na arena decisória das políticas e da descentralização inicia-se uma redefinição dos critérios tanto da avaliação das políticas públicas quanto do aperfeiçoamento do seu *modus operandi*, em busca de torná-los mais eficiente.

Com a valorização da democracia buscava-se reformar o Estado e construir um novo modelo de gestão pública, redefinindo-se os critérios de avaliação de política social. Na agenda pública introduziu-se o princípio de democratização e participação.

Nos anos 90 o Estado passa a ser visto como um obstáculo na dinâmica de competitividade do mercado, em razão de sua atuação como empresário. Sendo assim, as forças sociais hegemônicas, inspiradas nos modelos inglês e estadunidense, passaram a defender uma reforma de Estado que o colocasse como apenas regulador das relações econômicas. O mercado passou a ser a instituição que representava os interesses do capital nacional e internacional.

A partir daí começou um amplo processo de reforma de Estado no tocante à gestão das políticas públicas, o qual Paula (2005, p. 38) denomina de modelo gerencialista, que se articula por meio de estratégias voltadas ao desenvolvimento dependente, de políticas neoliberais de estabilização econômica e de estratégias administrativas voltadas ao mercado.

Não obstante, houve mobilizações populares que retomavam o cenário nacional na década de 70 e impuseram ao Estado a inclusão de suas demandas. Como resultante desse processo destaca-se a participação popular na gestão pública, redesenhando a arena decisória com a inclusão de novos atores. Assim vale ressaltar um histórico em onze pontos que, segundo Rossiaud (2000, p.17-22), marcaram a luta pela democratização do país, os quais são descritos a seguir.

O primeiro ponto foi a ação do movimento estudantil durante a ditadura militar (1964). A morte do estudante Edson Luís (28/03/1968) provocou a grande manifestação dos Cem mil, na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, além da organização de movimentos artístico-culturais que buscavam denunciar o regime por meio da arte, bem como conscientizar a opinião pública mundial; mas a ditadura endureceu a repressão e editou o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13/12/1968, que vigorou até a data de 1º de janeiro de 1979, o qual proibia qualquer manifestação pública no país. Mesmo assim havia pessoas que se organizavam clandestinamente, ainda que para isto fosse necessário optar pela luta armada em organizações como a ALN - Ação Libertadora Nacional, a VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, a VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e o MR8 - Movimento Revolucionário 08 de outubro. Havia também os que anonimamente organizavam as bases e faziam trabalho de conscientização, como os que optaram pelo exílio na tentativa de manter a livre expressão do pensamento. O trabalho da Igreja Católica, por meio do espaço crítico criado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e das pastorais sociais (da terra, operária, da moradia, etc.), das CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases, oficialmente criadas em 1958) e pelo pensamento crítico a partir da Teologia da Libertação, serviu de apoio institucional a iniciativas civis ameaçadas pela repressão militar, retomando o movimento operário, de moradia ou dos Sem Terra (ROSSIAUD, 2000, p.18).

Outro ponto importante foi atuação de bispos como o cardeal Dom Evaristo Arns (São Paulo) e Dom Helder Câmara (Recife), em muito contribuiu com a luta contra a violação dos direitos humanos, o que aconteceu também o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, que gerou uma aproximação entre as igrejas protestantes e a comunidade judaica, as quais realizaram um amplo levantamento dos desaparecidos políticos, do qual resultou a obra “Brasil Nunca Mais”.

O quarto ponto a ser destacado são as greves operárias sindicais dos metalúrgicos do ABC (Santo Andre, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema) no período de maio a novembro de 1978, as quais foram consideradas a chave para a mobilização popular após o AI-5. O novo sindicalismo, de caráter mais autônomo, assumiu um papel importante como agente político para a democratização do regime e das relações entre patrões e empregados. Nesse contexto destacou-se o sindicalista Luis Inácio Lula da Silva (ROSSIAUD, 2000, p.19).

Outro acontecimento significativo foi a abertura política. No final de 1978, com o apoio internacional, surgiu uma ampla mobilização cívica pela anistia aos exilados políticos (28/08/1978 – Lei da Anistia) e retorno de diversos exilados políticos ao Brasil, os quais, ao

chegarem, iniciaram a organização ou participaram de ONGs (organizações não governamentais) que começaram a ser criadas no país.

O quinto ponto foi a mobilização social em prol da constituição de estruturas democráticas nas novas organizações de massa nascidas da renovação política, principalmente o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que resultaram da organização de novos movimentos sociais como o movimento feminista e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O sexto ponto foi a mobilização pelas “Diretas Já” (1983-1984), a favor do voto direto nas eleições presidenciais, a qual, embora tenha sido uma iniciativa dos partidos políticos, na realidade foi assumida pela sociedade civil. Conquanto naquele momento o voto direto não tenha sido aprovado no Congresso Nacional, o movimento popular descobria novas formas de atuação e participação na conquista dos direitos civis e políticos (ROSSIAUD, 2000, p. 20).

O sétimo ponto foi a promulgação da Constituição de 1988. Esta foi precedida de uma ampla mobilização das ONGs, associações e movimentos, o que incentivou o debate da sociedade civil na Assembléia Constituinte desde o início de 1987, inclusive com propostas e listas de apoio à inclusão de novos direitos, motivando assim o deputado Ulisses Guimarães a denominá-la de “Constituição Cidadã”. Além disso realizou-se então a primeira eleição presidencial, em cujo segundo turno disputaram Fernando Collor e Lula.

Outro ponto importante foi o *impeachment* de Fernando Collor (1992). Com a derrota de Lula no pleito presidencial e a frustração da população com o resultado, essa mesma população se manteve unida e organizada em movimentos populares e políticos. Com a presença massiva da juventude nas ruas nasceram importantes movimentos em prol do avanço democrático do país, como os “Caras Pintadas” e o movimento pela “Ética na Política”, os quais, somados a interesses partidários, orquestraram o *impeachment* do Presidente da República, marcando um avanço do processo de democratização.

O nono aspecto a ser destacado foi mobilização das organizações comunitárias e das ONGs (desenvolvimentistas, ambientalistas e feministas) em torno da ECO - 92, pelo encontro e negociação dos novos movimentos sociais com o tradicional movimento popular, os quais fizeram crescer o número das ONGs no Brasil.

O décimo ponto foi a ação cidadã pela continuidade do Movimento pela Ética na Política. Embora algumas pessoas criticassem seu caráter assistencialista, muitas outras a consideravam importante enquanto meio de conscientização e reconhecimento de sua responsabilidade ética e cidadã diante do panorama de fome e miséria imperante no país.

O último ponto a ser destacado foi a mobilização social em favor da reforma agrária, bem como o fortalecimento e radicalização das lutas do Movimento dos Sem-Terra (MST), movimento que fez com que a questão agrária chegasse à mídia e aos espaços públicos tornando-se objeto de preocupação por parte da opinião pública e da maioria das organizações da sociedade civil, que estabeleciam novas relações de força entre a sociedade civil, a mídia e o Estado (ROSSIAUD, 2000, p. 21).

Ao apresentar esses pontos elencados por Rossiaud a intenção não é apresentar esses movimentos como os únicos fatores que determinaram o processo democrático do país, e sim, destacar alguns que, entre tantos outros movimentos, foram importantes para o processo democrático brasileiro, entre os quais se podem citar: a luta pelo reconhecimento das diferenças regionais, culturais e étnicas que se apresentaram como marcantes no cenário nacional e até internacional na década de 80; o movimento indígena e dos seringueiros e, na década de 90, o movimento negro, que mobilizaram indivíduos e grupos que ainda não demonstravam força e expressão política. São ainda dignos de menção os movimentos que a partir do ano de 2003 ganharam visibilidades pelo novo olhar assumido pela Cultura, como as comunidades quilombolas, os mestres populares e as comunidades de ciganos, os quais passaram a ser visíveis tanto para o Ministério da Cultura como para a população.

Vale registrar a importância da auto-organização social e de parcerias da sociedade civil com o Estado para a gestão da coisa pública, através de estruturas como conselhos setoriais, fóruns (Agenda 21), orçamento participativo e outros.

Desde então abriu-se um espaço de diálogo entre os novos atores, possibilitando a implantação de uma sociedade mais aberta, plural e democrática. É por meio de medidas públicas que o Ministério da Cultura reafirma a riqueza na diversidade cultural brasileira, tendo seu marco na discussão a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002). Albernaz e Azevedo (2009) relatam que, além da igualdade econômica, as possibilidades de mudança se fixam no fortalecimento e pluralização da cidadania. Segundo esse autores,

As manifestações desta estratégia, no entanto, não se concentram mais apenas no estado, nem tampouco em um movimento uniforme de um ator político ou social exclusivo e macroestrutural, mas em uma diversidade e infinidade de formações sociais e de atores coletivos que operam nas mais diferentes escalas e extensões societais (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2009, p.6).

Desta forma, a diversidade é o resultado das formações sociais que operamos, somado ao interesse individual ou coletivo dos grupos. Para chegar a esse resultado o Ministério da Cultura, na gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2008), com base na Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) e na Convenção Mundial para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco, de 2005, ratificada pelo governo brasileiro em 2006, por meio do Decreto Legislativo n.º 485/06, assumiu a diversidade na perspectiva da participação dos movimentos sociais, da organização e participação do povo brasileiro em momentos da vida política e cultural da Nação. Um tipo de parceria que é visível são os programas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC), que estão reafirmados na sociabilidade étnico-cultural. Segundo Albernaz e Azevedo (2009), os grupos indígenas e quilombolas vêm se auto-organizando e dotando-se de instituições próprias, generalizando assim seus saberes às demais etnias por meio da sua história e de suas necessidades. É evidente que esta relação não acontece de maneira simples e pacífica, pois há caminhos longos que são percorridos em busca de conquistas firmes e duradouras, mas já marca vitórias, como, por exemplo, seminários nacionais e internacionais, editais com liberação de recursos para ações em comunidades quilombolas gerenciados pela Fundação Palmares, e os programas “Mais Cultura em Comunidades Indígenas”, “Prêmio Culturas Indígenas” e “Memória Indígena”.

A apropriação destes grupos societários no momento atual nos leva a refletir que a sociedade não é homogênea, portanto não será simples o reconhecimento dos direitos dessa população no tocante à manutenção de sua cultura e diversidade. Para que a Nação se firme em valores igualitários e sem exclusão, ainda nos cabe transpor preconceitos, tendo em vista a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) cujo artigo 1º assim reza: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

É nessa expectativa de uma sociedade que viva sob a prática dos direitos que a proposta cultural se firma como uma grande possibilidade de aproximação entre as pessoas e como uma política pública de cultura que propicie um nível de debate referente às especificidades de cada comunidade, de modo que, num processo em que velho e novo, tradição e inovação possam se conectar de forma dinâmica e sem preconceitos, conforme pontua o Plano Nacional de Cultura que segue abaixo:

A dinâmica cultural não pode ser pensada sem que se leve em conta a dialética entre a tradição e a inovação. Articulações entre elementos históricos e processos de (re)invenção cultural povoaram nosso passado, transformam o presente e apontam caminhos para um futuro com maior conexão entre cultura e cidadania. As fronteiras entre as expressões populares e eruditas, o conceito de patrimônio histórico, os cânones consagrados das linguagens artísticas e a própria noção de direitos autorais não são concepções estáticas, pois estão em constante processo de atualização. Portanto, são necessárias constantes interlocuções entre os legados de nossas matrizes culturais fundadoras, as linguagens do campo artístico, as dinâmicas territoriais locais e as demandas dos cidadãos e cidadãs das diferentes faixas etárias, situações profissionais, condições de vida e opções religiosas, políticas e sexuais. Tudo isso deve ser observado, especialmente sob o ponto de vista das oportunidades e implicações do uso das novas tecnologias de comunicação e informação, que caracterizam o mundo contemporâneo, digital e globalizado. Em favor da diversidade, cabe ao poder público tanto preservar e avivar a memória nacional quanto garantir o pluralismo cultural, com seu caráter experimental e inovador (BRASIL, 2008, p. 30).

Quando o Plano Nacional de Cultura prevê que a cultura tenha uma dinâmica que facilite o diálogo entre o poder público e a sociedade ele o faz justamente para promover um processo de conscientização cidadã e para que as diferenças sociais, regionais, étnicas, religiosas e tantas não sejam marcadas pelo preconceito, e sim, que sejam tomadas como referencial de diversidade e assim venham a colaborar para construir no país uma memória cultural plural.

Tanto isto é importante que no período antecedente à Assembleia Nacional Constituinte (1987) a participação dos mais diversos grupos da sociedade civil foi um marco que culminou na “Constituição Cidadã”, em razão do movimento da população por ocasião do movimento das “Diretas Já”, que, mesmo não tendo obtido o resultado esperado – a eleição direta para presidente da república – serviu para provar que a força estava na mão da população, que organizou a luta pelos direitos como algo que não é utopia.

Com a Constituição de 1988 a cultura é apresentada como um direito, contudo esta conquista não basta para que a Política Nacional de Cultura se viabilize de fato e de direito. Os atores desta arena deverão se apresentar de forma participativa e contundente. A diversidade cultural, de um país na proporção do Brasil suscita-nos uma série de desafios a serem vencidos: a questão da territorialidade, da cultura das diversas etnias presentes em cada região e o próprio desenvolvimento econômico em escala diferenciada de cada localidade. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a multiculturalidade se transforma em dificuldades para o Estado, que não consegue transpor os limites individuais de homens e mulheres diferentes e iguais, recai sobre o processo educacional uma expectativa de possibilidades de solucionar

todas as dificuldades, cabendo apenas à escola, e mais precisamente à universidade, o espaço da crítica cultural, que na realidade pertence a todos. Vejamos o que apresenta o Plano Nacional de Cultura:

No Brasil, o espaço destinado à crítica cultural se reduz cada vez mais na imprensa e na universidade. Essa realidade reforça o hiato já existente entre educação e cultura, aprendizado teórico e experimentação estética. Restringe também o campo de escolhas artísticas e culturais e as possibilidades de formação qualificada, tanto do público quanto de autores, produtores e críticos. Nessa conjuntura, comprova-se a urgência de iniciativas de diversificação dos espaços de debate e consolidação de programas que incentivem atividades conjuntas entre os meios de comunicação, o circuito artístico e a universidade. Trata-se de recolocar a crítica como lugar de encontro entre as expressões culturais e o público, fundamental tanto para a constituição de uma esfera pública autônoma quanto para a valorização das produções por meio de argumentos e pontos de vista representativos da diversidade do país. Nessa perspectiva, a política dedicada ao tema deve transpor as fronteiras das linguagens artísticas consagradas e incitar uma reflexão interdisciplinar e atenta às manifestações tradicionais e experimentais. Deve apoiar também as publicações e outras formas de difusão da crítica, permitindo sua maior presença social. Cabe ao Estado, igualmente, promover o apoio a instituições, seminários e outros núcleos de discussão sobre cultura, como forma de garantir a atualização conceitual, a discussão sobre temas estratégicos e os espaços da crítica (BRASIL, 2008, p. 49).

Pelo exposto, é papel do Estado proporcionar que o aprendizado teórico e a experimentação estética façam parte da formação crítica das pessoas. O Estado deve criar novos canais de debates e viabilizar a conversa entre o clássico e o popular, o novo e o antigo, permitindo uma maior interação entre as linguagens. É preciso que o espaço da crítica seja amplo, não permitindo que educação e cultura se distanciem, criando obstáculos à solidificação de conceitos tão vitais para a humanidade. Ao levantarmos a trajetória das universidades brasileiras relacionadas à política de Cultura fica perceptível o desencontro entre a teoria e a prática cultural. O avanço neste campo ainda está vinculado a uma agenda de dominação da cultura das elites. A necessidade de assumirmos a responsabilidade de condução da cultura como ação crítica e democrática é claramente exposta por Vianinha, já na década de 80:

Acho que a responsabilidade do artista hoje é a da oportunidade, é a tentativa desesperada de seguir o que disse Brecht: 'afunde, aprofunde o mais que puder, pois só assim poderá descobrir a verdade'. [...] assumir sua responsabilidade na luta pela democracia, nunca aceitando o exame da superfície de nada, mas sim, corajosamente, indo ao fundo de cada tema ou

problema, para surpreender a verdade (VIANINHA (1980⁴ apud PEIXOTO, 1986, p. 212).

Quando Vianinha nos convida, em 1986, a nos posicionarmos em defesa da democracia, não permitindo a superficialidade das coisas, sua intenção não é fazer apologia da cultura como verdade absoluta, mas como mediação dos processos de objetivação e apropriação da nossa história. Faz-se necessária uma nova agenda pública a interligar as diversas políticas que no decorrer dos tempos têm sido a expectativa de tantos profissionais da área cultural. No período pós-1964 o artista plástico Milton Sogabe⁵ retratou sua posição quanto ao papel da Cultura da seguinte maneira: “[...] Hoje sinto minha geração sem espaço para o debate. Minha preocupação é muito pela educação, pela formação do indivíduo, por um clima de debate, de reflexão” (SOGABE, 1981 apud PEIXOTO, 1989, p. 95). Mesmo que os tempos no Brasil sejam outros, a formação cultural como uma política pública ainda carece de reflexão e debates.

Os movimentos sociais, em especial os de origem popular, têm representado um papel fundamental na discussão de um Estado mais heterogêneo e democrático, afirmando a necessidade de novos debates na implantação de políticas públicas, como apontam Albernaz e Azevedo (2009) na citação abaixo.

[...] questionam o próprio funcionamento deste jogo, no intuito de rever as fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, suas instituições, seus processos, sua agenda e seu campo de ação (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2009, p. 9).

A partir da década de 70 os movimentos sociais e a comunidade como um todo têm se mostrado presentes na conquista de um Estado mais democrático, tantas são as ações em que a participação popular se faz presente nesta busca por meio de ações culturais.

Nessa retrospectiva percebemos que a Cultura também pode ser um mecanismo de dominação de um grupo sobre outro, condição em que o Estado assume o papel de controlador e centralizador.

A possibilidade de as manifestações artísticas atuarem como novos canais de comunicação é o que permite experimentarmos no momento atual a Cultura como agenda de debate nacional a partir do conceito antropológico de “cultivar”, que nos projeta para um caminho de transformação. Com isto o Plano Nacional de Cultura se apresenta como um

⁴ Cf. Nota do autor - Publicado em Voz da Unidade, nº 1 (30 de março a 5 de abril de 1980).

⁵ Participante da Mesa-Redonda de intelectuais que discutiam Política Cultural, 12 de dezembro de 1981, promovido pela Voz da Unidade – jornal dos comunistas brasileiros.

passo importante na construção de uma relação mais dinâmica e democrática entre a sociedade civil e o Estado, como um exercício para a cidadania, como aponta o PNC a seguir.

O acesso à cultura, às artes, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania. Sob a perspectiva de ampliação do conceito de cultura e da valorização da diversidade, é necessário ultrapassar os enfoques exclusivos nas artes consagradas e incluir entre os campos de ação do Estado as outras manifestações criativas, expressões simbólicas e identitárias que injetam energia vital no tecido social. Superar positivamente as indústrias culturais e seu caráter restritivo e homogeneizador, predominante até os anos 90, implica no alargamento das possibilidades de experimentação e criação estética e, também, na implementação de novas conexões e formas de cooperação entre artistas, produtores, gestores culturais, organizações sociais e instituições locais. O PNC deve contemplar ainda a garantia das condições necessárias à realização dos ciclos que constituem os fenômenos culturais: da formação artística e de público à garantia de ampla disponibilidade dos meios de produção e difusão (BRASIL, 2008, p. 79).

Garantir a cultura como um direito de cidadania é assumir a condição de criador, de fazedor da história, cabendo a cada um, sem dominação e manipulação, fazer suas conexões a partir da diversidade de cada grupo. A pluralidade da sociedade é fundamental para a construção de um Estado forte e democrático. Seu processo de transformação está ancorado na diversidade sociocultural de cada ator e seu marco conceitual está justamente no processo de apropriação histórica que se forma na troca das relações sociais firmadas ao longo da história da humanidade em busca da igualdade de direitos, a partir de suas especificidades como agente de mudança.

As definições para o termo Cultura no campo das Ciências Sociais, particularmente da Antropologia e da Sociologia, conforme Botelho (2001, p.74), contribuem com as estratégias das políticas governamentais no campo das políticas culturais. Teixeira Coelho (1997, p.103) define cultura como a ideia que caracteriza um modo de vida de uma determinada comunidade no âmbito global, como processo de cultivo da mente, incluindo as práticas culturais e os instrumentos (arte e demais veículos) que expressam um estado de espírito ou comportamento coletivo, quando se refere à capacidade humana de viver o seu hoje, de ir à busca da utopia.

Laraia (1986) nos alerta para o processo de aprendizado do qual somos resultado. O ser humano está em plena e constante transformação por meio do aprendizado. Assim, o nosso comportamento se dá a partir dos estágios acumulados ao longo da vida. O que vivemos hoje não será igual às vivências e às experiências do futuro e muito menos igual ao que viveram os indivíduos das sociedades passadas. Estamos em mudança, num processo de

endoculturação, conforme expõe Laraia na citação a seguir,

[...] o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada (LARAIA, 1986, p. 20).

O aprendizado apontado por Laraia vem por meio das novas experiências acumuladas pelo indivíduo nos contatos que realiza e é carregado de conhecimentos e simbologias que contribuem para a constituição da identidade de cada um. Para um processo dinâmico e participativo no campo da Cultura é preciso que os grupos e a comunidade se apropriem da força criativa necessária para a construção desse patrimônio cultural, pois

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas imensas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto de ação isolada de um gênio, mas o resultado do espaço de toda uma comunidade (LARAIA, 1986, p. 46).

Assim a Cultura, como processo de transformação, é um direito que deve ser garantido não só pelo Estado, mas por todas as instâncias da sociedade. Se Cultura é a capacidade de viver o momento de hoje, se somos resultado de um processo de acumulação do conhecimento, a Cultura simboliza nossa identidade como seres sociais; identidade que delinea a relação que mantemos com as pessoas, com as coisas, com a sociedade. Tal identidade não pode estar vinculada com o discurso do que é “culto” e do que é “popular”, e sim, com uma dinâmica que se transforma. Segundo Teixeira Coelho (1997, p. 202), uma identidade cultural está “em processo de construção continuada (montagem e desmontagem, formação e reformulação), deixando de apresentar-se como entidade estável a ser descoberta e endossada como tal”, pois o ser humano está em processo de identificação pelas diversas significações que forma em sua trajetória.

A pertinência da cultura como fator de governabilidade é fundamental para a sociedade. Percebemos que os conceitos sobre cultura têm sido discutidos por diversos pensadores e em diversas épocas, mas o que fica é a nossa dificuldade em processar esses conceitos na aplicação de políticas que venham a atender efetivamente às necessidades das pessoas. Para Gilberto Freyre (apud FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 5),

Cultura é o conjunto de valores, hábitos, influências sociais e costumes reunidos ao longo do tempo, de um processo histórico de uma sociedade. Cultura é tudo o que com o passar do tempo se incorpora à vida dos indivíduos, impregnando o seu cotidiano

Freyre e Ribeiro ressaltam a importância da coparticipação nas relações sociais que vão sendo apropriadas pelos indivíduos no decorrer dos tempos. Segundo Ribeiro (apud FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 6),

Herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos estandardizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação.

Cultura é também o processo histórico no qual nos firmamos pelo aprendizado que vai formando nossa consciência e nossas utopias e incorporamos nosso jeito de pensar e de viver.

Assim, a Cultura encontra-se em relação direta com o cultivo da terra e das origens e com as condições de germinação de uma semente. Dessa forma a organização das políticas de Cultura não pode ficar estancada na relação entre os modos de vida e o comportamento do homem, caso contrário não apresentará ações que retratem e viabilizem o que a sociedade entende e vive como processo cultural.

2.2 POLÍTICAS DE CULTURA

As políticas de cultura em nosso país começaram a ser desenhadas a partir da chegada de D.João VI, por ocasião da mudança da corte portuguesa para o Brasil. Foram então criados a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os primeiros organismos culturais que se tornaram importantes para o armazenamento de dados do país.

Efetivamente, as políticas públicas no Brasil tiveram origem na década de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas. A ampliação dos serviços ofertados pelo Estado, a valorização da cultura e a Constituição de 1934 (a primeira a tratar da proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico brasileiro), somando-se ao processo de industrialização e urbanização, que promoveu mudanças estéticas entre o erudito e o popular, marcaram entre nós o surgimento de uma política de Cultura. Naquele momento esboçou-se uma política de

patrimônio mediante várias iniciativas, entre as quais se podem citar: a criação do Curso de Museus (1932); a assinatura do decreto que transforma Ouro Preto em monumento nacional (1933); a assinatura do decreto que organiza o serviço de inspeção dos monumentos nacionais, com sede no Museu Histórico Nacional (1934), e da lei que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (projeto de Mário de Andrade); a criação do Museu Nacional de Belas Artes (1937); a valorização de intelectuais e artistas brasileiros como Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, entre outros; e o início da Indústria Cultural. Neste período até a década de 1950 foram criadas as empresas Cinédia (1930), Atlântida (1941) e Vera Cruz (1949 - 1954).

Vale registrar que foi um período de uma política de Cultura voltada ao patrimônio e à manutenção da história edificada, do bem material. Foi nesse mesmo período que, por meio de intelectuais e artistas ligados à elite burocrática do governo, iniciou-se um trabalho junto às camadas populares. Dourado (2010), em palestra proferida no VII Festival de Cinema de Maringá, afirma:

É preciso frisar, entretanto, que o trabalho de resgate das manifestações populares engendrados por nomes como Mário de Andrade, Câmara Cascudo e Edison Carneiro no século XX teve como precursoras as pesquisas empreendidas pelo folclorista Silvio Romero. Pertencente à conhecida geração intelectual de 1870, os trabalhos de Romero influenciaram toda uma geração de folcloristas brasileiros e foram importantes inclusive na construção de políticas atuais voltadas para o registro de bens culturais de natureza imaterial, cujo marco legal hospeda-se no Decreto nº 3551/2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o Registro dos Bens de Natureza Imaterial.

No regime militar a política de Cultura se apresentou com a consolidação da indústria cultural e da cultura de massa. Nesse momento a cultura era tratada como produto do Estado. Criou-se o Instituto Nacional do Cinema e em 1969 nasceu a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME). Embora pareça contraditório, foi também nesse período que surgiu o primeiro Plano de Ação Cultural, que foi o embrião de um plano nacional de Cultura para o país.

Na década de 1980 a Cultura era vista como ativo econômico, com a legitimação da cultura popular associada ao desenvolvimento e à geração de trabalho e renda. A Constituição Federal de 1988 traz a cultura como um direito. Só a partir do ano de 1984, quando da instalação da “Nova República”, o país foi tomado por um grande debate sobre Cultura, e, embora essa discussão não tenha sido tão ampla em todas as camadas sociais, algo de importante ficou desse período: os meios de comunicação, como também as universidades,

voltaram os olhares para a Cultura. O Ministério da Cultura foi criado nesse período, em 15 de março de 1985, pelo Decreto 91.144.

Teixeira Coelho faz a seguinte reflexão sobre a importância de se ter um órgão que cuide das questões da cultura:

Falou-se em 'direito à cultura', 'incentivo à cultura', 'proteção de nossa cultura', 'cultura popular', 'cultura nacional', sem que em momento algum se dissesse em que consistia cada uma dessas figuras e como se pretendia ativá-las. [...] As opiniões mais relevantes dos que eram contra, de modo resumido e reduzido, aglutinavam-se ao redor do temor da ingerência do Estado na cultura (através do controle econômico da produção, da censura, da burocratização do processo cultural) e da ideia de que a questão básica da cultura é a educação e que, portanto, primeiro era preciso ter educação no país. As manifestações favoráveis (os produtores culturais estavam em massa nesta margem) lembravam a necessidade da presença econômica do Estado ao lado de uma cultura fraca, sem mercado interno natural e assediada pelos produtores multinacionais ou, simplesmente, norteamericanos; seria necessário proteger ou criar uma identidade nacional através de uma cultura nacional, e popular, e isso não se faria sem o Estado, sem um Ministério (TEIXEIRA COELHO, 1986, p.10).

Considerava-se que a criação de um Ministério da Cultura seria primordial para a manutenção da Cultura como tema de debate econômico, político e social. Então, no Brasil, a Cultura passou a ser objeto de uma política de Estado, pois com a criação do Ministério da Cultura a Cultura foi desvinculada do Ministério da Educação. A partir de então, era necessário tratar os diversos setores culturais (o erudito, o popular e cultura de massa) como parte nas discussões das políticas culturais.

Na década de 90 a cultura se mostra um bom negócio e está preparada para atender ao mercado. Foi instituído em âmbito federal o Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, criado pela Lei n.º 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet (Fundo Nacional de Cultura - FNC e o Incentivo a Projetos Culturais – Mecenato). A política cultural inclui a renúncia fiscal e os direitos sociais são transformados em benefícios sociais excludentes. Assim, as leis de incentivo à Cultura se transformaram em leis de transferência de recursos a empresas e as equipes de *marketing* passaram a determinar o que será patrocinado com o dinheiro público. Brant aponta essa distorção quando afirma que

A lógica que move o sistema de incentivos é perversa, pois permite que empresas recebam apoio do governo para transformar ações culturais em marketing empresarial, contrariando um importante movimento universal em repúdio ao controle da cultura pelas grandes marcas (BRANT, 2003, p.11).

Ainda que uma Política de Cultura não se firme somente nas leis de incentivo, no Brasil elas têm sido tratadas como basilares na relação entre o setor privado e a cultura. Brant (2003, p.12) considera que o apoio do governo a essas relações que envolvem incentivos à cultura é uma forma de “corrupção institucionalizada”. Para Teixeira Coelho, esta política cultural promove

[...]uma cultura estática, um cultura fixa, inerte, que não sai do lugar, não chega ao público, não faz o público se mexer até ela ou na direção seja do que for. É o monumento arquitetônico restaurado e iluminado, é o filme na prateleira, o livro não aberto, o conceito “de vanguarda” frequentado por vinte pessoas ou a “música clássica” executada para as mesmas quinhentas pessoas de sempre (TEIXEIRA COELHO, 1986, p.12).

O autor defende que uma política de cultura é aquela na qual o Estado intervém com programas que venham a atender às necessidades da sociedade civil.

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer suas necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. [...] a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 293).

Garcia Canclini também defende que uma política de cultura não pode ser uma ação individual, mas deverá estar vinculada a programas e planos mais abrangentes, com intervenções do Estado para atender aos mais diversificados grupos, devendo ter continuidade, ser organizada e envolver ações coletivas.

O papel da política cultural não se limita a ações pontuais. A política cultural se ocupa da ação cultural com um sentido contínuo – por toda a vida e em todos os espaços sociais. O papel da política cultural não reduz a cultura ao discursivo ou ao estético. O papel da política cultural estimula a ação coletiva, por meio de uma ação organizada, autogestora, reunindo as iniciativas mais diversas de todos os grupos – no plano político, no social, no recreativo... (CANCLINI, 1987, p. 91).

No governo Lula (2003-2010) a reflexão sobre cultura iniciou um novo processo, embora ainda com fragilidades no patamar dos direitos. Nessa etapa também a universidade foi convocada a promover a cultura como direito. Assim, tanto Teixeira Coelho quanto Nestor

Canclini nos levam a afirmar que uma política de cultura só terá condições de ser pública quando as instituições culturais, intelectuais e científicas passarem a considerar a importância do papel da sociedade civil nessa construção.

Moraes (2009) afirma que a partir do Governo Lula a cultura tomou novas proporções, mesmo que ainda sob a tutela de uma elite cultural que tende a pensar o que pode ser melhor para os distintos grupos sociais. Mostra que o próprio setor intelectual (a academia) ainda não se posicionou em relação à questão cultural, gerando certo estranhamento dessa matéria nos *campi* universitário.

No Governo Lula, a Cultura é parte da agenda social e das políticas públicas, se articulando com diversos ministérios no esforço de ampliar a cidadania e incluir os mais diversos grupos, parcerias e projetos sociais em sua pauta. As mudanças nas políticas públicas e governamentais, na área da cultura, ainda não foram percebidas pela comunidade acadêmica. Este silêncio e distanciamento podem ser relacionados a uma trajetória de secundarização do setor (MORAES, 2009, p. 57).

O Governo continua a suscitar um maior envolvimento com as mais diversas frentes de participação e mobilização, de maneira a criar um debate mais profícuo, em que as universidades possam colaborar com o debate acadêmico no sentido de garantir as conquistas na área cultural, devendo fazê-lo com a contribuição da sociedade civil. Caso contrário todo o processo construído com os diversos canais da sociedade serão perdidos como já aconteceu em períodos políticos anteriores, conforme demonstra a citação de Moraes (2009):

Uma agenda produzida ao longo do tempo demonstra desenvolvimento e envolvimento desigual. Mais importante, demonstra a necessidade em reforçar a mobilização mínima existente para garantir desdobramentos e garantir as conquistas atuais; que estarão ameaçadas se deslocadas dos debates acadêmicos e das universidades. Todas estas condições criadas e todas as experiências acumuladas não serão eficazes se transformadas e burocratizadas em instituições e divorciadas da sociedade e de utopias (MORAES, 2009, p. 68).

No Brasil o século XXI se iniciou com uma nova demanda no tocante às políticas públicas, e no que se refere à Cultura, estamos em processo de aprofundamento nas mais diversas instâncias. O exemplo é o Plano Nacional de Cultura – PNC, que foi aprovado pela Comissão de Educação do Congresso Nacional no dia 09 de novembro de 2010 e sancionado pelo Presidente da República em 02 de dezembro de 2010, como Lei n.º 12.343/2010. O PNC foi construído a partir do ano de 2007 com o diálogo entre diversos atores que, por meio de seminários locais e regionais distribuídos por todo o país, audiências públicas, participações

por meio eletrônico, assembleias, fóruns de Cultura e outros mecanismos de participação popular, colaboraram para sua criação. Este processo se iniciou no ano de 2005, quando da aprovação da Emenda Constitucional N.º 48, que coloca a Cultura no patamar de política pública, e por meio do Projeto de Lei N.º 6835/2006, que propunha a criação do Plano Nacional de Cultural, o qual comporia o Sistema Nacional de Cultura no intuito de aprimorar o debate sobre a política de Cultura do país.

Na próxima seção deste trabalho será apresentado o Plano Nacional de Cultura, que no dia 13 de dezembro de 2011 foi regulamentado por uma portaria assinada pela Ministra de Estado da Cultura Ana de Hollanda, a qual autorizava a publicação das metas aprovadas do PNC, depois de ter passado, durante 30 dias, por consulta pública através do *site* (<http://pnc.culturadigital.br/>).

3 PLANO NACIONAL DE CULTURA

O Plano Nacional de Cultura, que foi aprovado em novembro de 2010 e sancionado em Lei Federal de n.º12.343/2010 em 02 de dezembro de 2010, pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, orienta-se por sete conceitos e valores norteadores, trinta e três desafios e cinco estratégias, que totalizam mais de duzentas ações do Estado para atender a cinquenta e três metas. Essas metas resultaram de uma consulta pública realizada por trinta dias no ano de 2011. Nessa construção as universidades aparecem relacionadas em diversas ações, divididas nas cinco estratégias, tendo como desafio “fortalecer a esfera autônoma da crítica cultural como elo indispensável na dinâmica cultural” (BRASIL, 2008, p.49).

O Ministério da Cultura operacionaliza a regulamentação e implementação do PNC a partir de três dimensões conceituais de cultura: a simbólica; a cidadã e a econômica. Essas três visões desenham um perfil para o desenvolvimento cultural do país sob o aspecto do *modus vivendi* do brasileiro.

A dimensão simbólica apresenta a relação da cultura com o poder público e é assim definida pelo Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2008, p. 11):

O PNC retoma o sentido original da palavra cultura e se propõe a “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade, o PNC prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta. As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do

fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, auto-estima e laços de identidade entre os brasileiros.

Quando PNC apresenta a cultura a partir da dimensão simbólica, subjetiva e de certa forma utópica, ele o faz pela necessidade de se compreender a diversidade cultural brasileira e extrapolar o sentido de Cultura imperante desde a década de 90. Nessa época a cultura era tida somente como produto de *marketing*, sofrendo a influência do mercado e da indústria cultural e de toda uma matriz da cultura de elite. Com implantação do PNC a cultura passou a se apropriar de um conceito mais amplo e plural, de modo que todas as pessoas se sentissem mais identificadas com sua história e a história do país.

A dimensão cidadã trata das desigualdades existentes dentro da população brasileira e é definida nos termos abaixo:

O acesso universal à cultura é uma meta do plano que se traduz por meio do estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais, respeitando-se os direitos autorais e conexos e os direitos de acesso e levando-se em conta os novos meios e modelos de difusão e fruição cultural (BRASIL, 2008, p.11).

Essa etapa se apresenta como um convite à participação efetiva das pessoas, dos grupos organizados ou não, criando canais de relações com a diversidade cultural existente em todo o país.

O PNC assim se refere à dimensão econômica:

Torna-se imperativa a regulação das “economias da cultura”, de modo a evitar os monopólios comerciais, a exclusão e os impactos destrutivos da exploração predatória do meio ambiente e dos valores simbólicos a ele relacionados.

A implementação do Plano Nacional de Cultura apoiará de forma qualitativa o crescimento econômico brasileiro. Para isso, deverá fomentar a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. Inserida em um contexto de valorização da diversidade, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado (BRASIL, 2008, p.11).

Na dimensão econômica a perspectiva é regular o campo da cultura, oferecendo oportunidades a todos, e não somente a determinados grupos, e reconhecer que também é uma

área que gera possibilidades no processo criativo, gera emprego e renda, e por isso deverá ter a presença efetiva do Estado.

Embora as três dimensões determinadas no PNC possam refletir uma presença de um estado ainda autoritário quando expõe a dimensão simbólica como um apadrinhamento e tutela da diversidade; a cidadã numa visão de erudição e expressão artística e a dimensão econômica como uma ampliação da produção e consumo da cultura de elite, ainda sim é um exercício desse novo marco na construção de uma política pública na área. Constituem o passo inicial para a formulação de uma política pública que, com a participação dos atores diretamente envolvidos, seja um ponto de partida para a implementação e posterior avaliação.

O artigo 215 da Constituição Federal de 1988 estabelece a Cultura como um direito fundamental, mas o espaço político para a construção do processo desse direito junto ao Ministério da Cultura só veio a se concretizar a partir de 2003, por ocasião da elaboração do Sistema Nacional de Cultura – SNC que se constitui

num modelo que busca a gestão e promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, para a promoção de desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, 2008).

Segue a transcrição do artigo 215 e seus respectivos parágrafos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 1988).

Segundo esse artigo, é dever do Estado garantir os direitos culturais o acesso à cultura nacional e promover o incentivo e valorização das manifestações culturais. Embora os objetivos deste artigo estejam fixados no conceito da cultura dominante, a ponto de apresentar uma cultura nacional que se contrapõe a todas as diferenças culturais existente no país,

diversos movimentos sociais que participaram ativamente da construção do artigo, creem na possibilidade que o que está previsto na Constituição venha efetivamente a ser cumprido. A “Carta de Vitória 1996” (2003), assinada por diversas entidades representativas da discussão cultural por meio do Fórum Intermunicipal de Cultura, a qual está organizada em uma publicação do Instituto Pólis, registra:

No Brasil, pela primeira vez a Constituição (1988) fala em **direitos culturais**, apesar de pouca coisa ter sido feita nesse sentido: o Movimento Nacional de Direitos Humanos vem promovendo várias atividades de resgate cultural e debates sobre a questão da cultura no Brasil; os movimentos de mulheres propõem redefinições no entendimento do ser humano e das relações homem-mulher na sociedade; os movimentos negros e indígenas afirmam a sua singularidade numa civilização excludente; os movimentos sociais, culturais e ecológicos lutam por uma cultura de direitos. Ao mesmo tempo, emergem governos sensíveis à importância da cultura na vida das pessoas, estimulando práticas de cidadania cultural por meio de diversas ações (FARIA, Hamilton; FERRON, Francisco, 2003, p. 7).

Após a promulgação da Constituição de 1988, no campo da Cultura diversos movimentos foram organizados em formato de fóruns locais, regionais e intermunicipais. Essa organização surgiu pela necessidade de se construir uma expressão cultural da cidadania, e assim movimentos de grupos de jovens, artistas, mulheres, índios e negros, movimentos ecológicos e pessoas com experiência democrática de governo se uniram em prol de uma dinâmica envolvendo não só aqueles comprometidos diretamente com a cultura, mas, sobretudo, os cidadãos.

Destarte, foi fundamental a participação da sociedade civil, que, organizada em movimentos sociais, culturais e fóruns, passou atender a um calendário estabelecido pelo Ministério da Cultura a partir do ano de 2007, criando a ponte para a construção do Plano Nacional de Cultura. Esse diálogo entre diversos atores por meio de seminários locais e regionais, audiências públicas, meios eletrônicos, assembleias, fóruns de cultura e outros mecanismos de participação popular, contribuiu para a criação do PNC. Esse processo de construção participativa foi fundamental para que o PNC fosse efetivamente implementado. Hoje o Plano Nacional de Cultura é parte de um sistema mais amplo, que abrange as três esferas governamentais. Neste contexto, faz-se necessária uma ação orquestrada pela sociedade civil para que, conforme argumentam Carvalho et al, (2009, p.667) “a descentralização da política de cultura e a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) nos municípios brasileiros” possam efetivar-se como um caminho de apropriação de todo o processo da política pública de Cultura.

A apropriação do processo democrático não está isolada da imaginação utópica. Para Teixeira Coelho, é a cultura no século XXI que é sinônimo de governabilidade, não a economia, como tantos governos têm tentado mostrar nas últimas três décadas. Por mais utópica que possa parecer essa ideia, Teixeira Coelho afirma que as nações, os territórios, os aglomerados, os grupos dominantes com a chance de se tornarem mais independentes serão aqueles que tiverem uma estrutura cultural forte.

O autor defende ainda que a cultura política é a que nos permite viver na *polis*, no sentido mais antigo, mais primário e rudimentar. No entanto a universidade não está preparando nem gerando essa cultura política. Assim, é necessário que a sociedade participe ativamente do processo cultural e constitua uma força política geradora de novos arranjos políticos, e que a identidade cultural se firme em novas estruturas sociais, para que a cultura como processo de transformação seja um direito a ser garantido não só pelo Estado, mas por todas as instâncias da sociedade.

Na elaboração do Projeto de Lei do PNC (n.º 6835/2006) as universidades são apresentadas como centros de conhecimento crítico, criando-se a expectativa de as instituições de Ensino Superior assumirem a relação entre o aprendizado teórico e a experimentação estética. Assim o PNC espera que a universidade apresente projetos que possam ampliar os debates para a consolidação de programas que propiciem uma maior integração entre educação e cultura. Conforme prevê o PNC, a crítica “deve transpor as fronteiras das linguagens artísticas consagradas e incitar uma reflexão interdisciplinar e atenta às manifestações tradicionais e experimentais” (BRASIL, 2008, p. 49). Ainda conforme o PNC, a universidade deve ser um espaço aberto para todas as formas artísticas e culturais e promover não discussões entre culto e popular, mas sim, um debate envolvendo os mais diversificados saberes, sejam eles acadêmicos ou não. Ela deve possibilitar uma amplitude do conhecimento que envolva as manifestações tradicionais e converse com as manifestações experimentais.

Para visualizar de que forma a universidade, na leitura do PNC, é colocada como centro crítico do conhecimento, serão apresentadas as cinco estratégias que compõem as diretrizes gerais do PNC, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 1- Estratégias do Plano Nacional de Cultura

<i>Item</i>	<i>Estratégias</i>
1	Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais.
2	Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira.
3	Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural
4	Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável.
5	Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais.

Fonte: BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional da Cultura. Caderno de Diretrizes Gerais, 2008.

Dessa forma, as cinco estratégias sistematizam em linhas gerais o processo participativo da construção do PNC, que se iniciou em 2003 e culminou em 2007, com a redação do primeiro Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”. Em 2008, após uma revisão, foi publicada a segunda versão do Caderno “Diretrizes Gerais do PNC”, e é na segunda versão dessa publicação que este estudo se apoia. A proposta é levantar as ações que se relacionam com as Universidades. Para isto são apresentadas em blocos as ações vinculadas com as instituições de Ensino Superior que completam a proposta de cada estratégia.

3.1 FORTALECIMENTO DA AÇÃO DO ESTADO NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

No Plano Nacional de Cultura é apresentada a importância de reconhecer e operacionalizar a diversidade cultural e com essa diversidade garantir o pluralismo de gêneros, estilos, modalidades e tecnologias, cabendo ao Estado formular diretrizes, planejar, implementar e avaliar políticas públicas, mas fazê-lo sem assumir o papel de produtor cultural. A produção cabe aos brasileiros. Para isso foi criado o Sistema Nacional de Cultura, que prevê ações nas três esferas governamentais, a municipal, a estadual e a federal, criando mecanismos de relação entre o marco legal e a sociedade civil para a instituição de indicadores de avaliação, a criação de sistemas informacionais, a regulação do mercado e descentralização das políticas públicas. Dessa forma, a Universidade enquanto um setor da sociedade civil, esta inserida nesse contexto, só dependendo de formulações internas que possam reconhecer a sua importância como articuladora do processo cultural na comunidade universitária.

A instituição Universidade é considerada pelo Ministério da Cultura como o centro crítico do conhecimento, portanto é necessário que as IESs brasileiras, especialmente as públicas, assumam essa responsabilidade na íntegra, mediando o processo cultural através de

seus órgãos educacionais, como colaboradoras que são na formação crítica dos novos profissionais que são disponibilizados ao mercado a cada ano.

Para atender a essa expectativa as universidades públicas devem estar presentes, atuar e acompanhar o processo da construção do conhecimento, seja este artístico, cultural, científico ou tecnológico, e assim motivar os indivíduos para um processo integral de formação. Além disso, deve transpor a barreira do conhecimento estritamente técnico, de maneira que possa contribuir para uma formação humana geral e que os alunos tenham condições favoráveis para desenvolver seu potencial criativo e cultural e não somente o conhecimento específico de determinada área. Essa estratégia no campo das IESs compreende segundo o PNC – Diretrizes Gerais -, dois aspectos em que as universidades podem e devem participar: 1) Instituições e mecanismos de integração; e 2)- financiamento.

Assim a Universidade, como instituição voltada ao desenvolvimento humano, tecnológico e científico, deve atuar como mediadora no processo de integração nas três esferas do processo educacional, a municipal, a estadual e a federal, realizando uma atuação interligada nas redes de ensino no tocante à cultura por ser um órgão de desenvolvimento humano, científico e tecnológico.

As funções dos dois referidos aspectos estão descritas a seguir.

1 Instituições e Mecanismos de Integração:

- a) Estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de educação municipais, estaduais e federais, com o objetivo de desenvolvimento de diagnósticos e planos conjuntos de trabalho e articulação das redes de ensino e acesso à cultura;
- b) Associar os órgãos culturais às instituições responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico e distribuição da infraestrutura de serviços de conexão às redes digitais;
- c) Contribuir com avaliações sobre os aspectos culturais de acesso que devem ser contemplados na regulação e com mecanismos de incentivo ao setor;
- d) Promover seminários nacionais e encontros regionais e estaduais para a análise, articulação e aprimoramentos dos projetos educacionais de valorização da cultura indígena (BRASIL, 2008, p. 62-64).

2 Financiamento:

Abrir editais conjuntos dos órgãos de cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento e comunicações, entre outros, para fomento de estudos intersetoriais e extensão cultural (BRASIL, 2008, p. 64-65).

O foco é uma ação conjunta entre as esferas governamentais e os órgãos aos quais as universidades estejam ligadas e criar uma ponte de diálogo para viabilizar não só o acesso ao

mundo digital, que vem gerando grandes alterações no campo cultural, mas também a possibilidade de uma linguagem direta no que tange às atividades de extensão cultural. Nesse caso o papel da universidade é de propiciar a ligação entre o local e o global. É notório o distanciamento que gestores culturais, produtores, artistas enfrentam para acompanhar as mudanças que ocorrem nos âmbitos mundial e nacional, e até mesmo no regional, e poder relacioná-las com a realidade local. Os trabalhadores da cultura, assim como os gestores públicos, estão carentes de formação e recursos que os ajudem a viabilizar as demandas. A primeira tentativa de cooperação entre diferentes instituições foi edital público dos Ministérios da Cultura e da Educação para colaborar na ação prática da universidade no campo cultural. Essa ação veio por meio de projetos de extensão universitária com recursos liberados através do edital do PROEXT CULTURA, conforme expõe um artigo de Costa, Mello e Juliano (2010, p. 70). Esses dados foram fornecidos pela representante da Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC – 2009), senhora Juliana Lopes. Ainda assim, os editais apresentados nessa categoria são extremamente burocráticos e contam com poucos recursos, dificultando o envio de propostas. Os passos na direção de uma maior interlocução entre os vários setores envolvidos (ministérios e secretarias de ciência e tecnologia, universidades) foram ampliados com a participação do Ministério da Cultura em uma comissão da CAPES, nos estudos para a expansão do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010, incluindo a “formação multidisciplinar na área de organização da cultura” conforme cita Costa, Mello e Juliano (2010, p.71).

Esses são alguns pontos que nos indicam o longo caminho a percorrer desde a elaboração das políticas públicas no âmbito da Cultura até sua implementação e avaliação por parte dos mais distintos grupos e pessoas.

3.2 INCENTIVO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL BRASILEIRA

O Brasil é um país com imensa diversidade de valores, hábitos, tradições. Neste contexto, como garantir essa riqueza dos mais diversificados modos de vida que são vividos pela nossa população, sem que se supervalorize um e se desvalorize outro? Segundo o PNC, esse panorama pode ser modificado por meio de programas educacionais e culturais de âmbito nacional, criando possibilidades de maior acesso aos mais diferentes níveis sociais, e por meio de instituições que tenham reconhecimento junto à sociedade. A universidade é um

dos canais com condições de viabilizar essa expectativa. Para tanto é necessário que as IESs se coloquem também como centros de ensino cultural capacitados para as mais diversificadas frentes de trocas, relações e intercâmbios. Uma dessas possibilidades está na área de criação, conservação, preservação e valorização do patrimônio, cujas ações relacionadas ao PNC estão expostas a seguir.

1 Criação, conservação, preservação e valorização do patrimônio artístico e cultural diversificado

No tocante a este aspecto, o PNC se propõe:

- Realizar um programa nacional de modernização tecnológica de laboratórios de produção, conservação e reprodução de obras artísticas e culturais mantidas em acervos dos equipamentos públicos de cultura, educação e pesquisa;
- Incentivar a aproximação entre as ações de promoção do patrimônio dos órgãos federais, estaduais, municipais de cultura e das iniciativas similares realizadas em escolas, museus, universidades, publicações e meios de comunicação e outras instituições de estudos e de fomento.
- Realizar ação integrada dos órgãos públicos para a instituição de instrumentos de preservação e difusão dos idiomas usados no País, como o Livro de Registro das Línguas e Falares do Brasil.
- Fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas socioculturais, valorizando a diversidade e a inclusão social em espaços como as universidades públicas, os museus e outras instituições vinculadas à memória (BRASIL, 2008, p. 70-73).

É preciso que se formem parcerias entre os órgãos que atuam na área de criação, conservação, preservação e valorização de um patrimônio artístico e cultural diversificado, de forma a propiciar não só uma maior capacitação na área, mas também o desenvolvimento de programas e recursos humanos e financeiros que viabilizem uma ampliação desse patrimônio cultural. Por meio de cursos na área das humanidades existe uma grande possibilidade de fomentar o debate junto à sociedade, promovendo a inclusão e valorizando a diversidade cultural, e com isso, também a construção da memória da cultura local. Para isto, cumpre não perder de vista que a universidade é um centro de ensino e que a arte deverá compor o quadro de estudos com a mesma profundidade que outras áreas. Neste sentido o PNC apresenta as propostas descritas abaixo.

1 Estímulo à reflexão sobre as artes e a cultura

Quanto a esse aspecto o PNC se propõe a:

- Fomentar, por meio de editais públicos e parcerias com órgãos de educação e pesquisa, a consolidação das atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e oriundos da sociedade civil organizada.
- Capacitar, por meio de projetos de educação à distância, educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como mediadores de leitura e reflexão cultural em escolas, bibliotecas, centros culturais e espaços comunitários.
- Realizar o inventário das línguas faladas no Brasil, em parceria com universidades e centros de pesquisa. Realizar o estudo das línguas indígenas, afro-brasileiras e variantes regionais do português.
- Elaborar, em parceria com os órgãos de educação, uma política de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações afro-brasileiras nas universidades públicas e privadas.
- Estabelecer programa contínuo de premiações para pesquisas e publicações editoriais que estimulem o trabalho na área de crítica, teoria e história da arte e projetos experimentais.
- Fomentar as atividades de pesquisa e documentação que levem ao aprofundamento do discurso crítico e reflexivo sobre os acervos de museus.
- Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico das inovações tecnológicas no campo audiovisual.
- Articular junto às agências científicas e às instituições de memória e patrimônio o desenvolvimento de linhas de pesquisa sobre o circo e o teatro popular e de rua, com destaque para os seus aspectos socioculturais e econômicos.
- Incentivar projetos de desenvolvimento do estudo crítico e científico sobre a moda e o design. Privilegiar enfoques que avaliem os impactos das inovações tecnológicas e da economia global sobre o valor simbólico dessas duas atividades econômicas.
- Promover o mapeamento dos circuitos específicos de arte digital, assim como das fronteiras e contaminações entre esse segmento e os circuitos tradicionais. Analisar desenhar as cadeias de formação e produção com a finalidade de conhecer as profissões e áreas compreendidas na arte digital e encontrar as novas relações existentes entre núcleos acadêmicos, indústria criativa e instituições culturais (PNC, 2008, p. 73-75).

Nesse bloco de ações o Plano Nacional de Cultura prevê que a universidade deve contribuir como agente de capacitação, mediadora e articuladora do conhecimento artístico e cultural junto aos mais diversificados setores da comunidade. Para isto deve criar canais de pesquisa com enfoque em diversas frentes, como teatro de rua, circo, moda, *design*, arte digital, inovações tecnológicas, inventário das línguas faladas no Brasil, realidade afro-brasileira, entre outros. Essas propostas significam que é preciso recuperar a dimensão humana da universidade, diversidade que vem sendo perdida ao longo dos tempos em decorrência da busca de resultados imediatos que atendam às demandas mercadológicas no

campo tecnológico. O cientista político Clóvis Brigagão (2001), em um artigo intitulado “A Universidade e o Pensamento Livre”, afirma:

[...] parece-me existir uma falsa resolução dos problemas. Claro que a sociedade exige da universidade a resolução de problemas, mas esse imediatismo transforma a universidade num lugar mercadológico. Eu não estou fazendo uma crítica de que a universidade não deva fazer parte do mercado. Deve sim, mas não da mesma maneira que uma fábrica que faz sabonete, pasta de dente ou pneu (BRIGAGÃO, 2001, p.189).

De fato, não é papel da universidade se transformar em local de produção em série; ela é o espaço em que o saber crítico e reflexivo pode encontrar eco no exercício da liberdade. Assim a dimensão humana, por meio da reflexão no campo da cultura e da arte, coloca-se como uma contribuição importante que a universidade tem a oferecer à sociedade.

Quando o processo educacional valoriza a dimensão humana a diversidade cultural encontra espaço para sua manifestação, criando caminhos de livre expressão. Segue abaixo mais uma ação que compete ao PNC:

1 Valorização da Diversidade

Nesse aspecto o PNC se propõe realizar projetos de inserção dos estudantes em espaços comunitários para promover o diálogo entre imaginário e as tradições locais com as formas de difusão tecnológica do conhecimento e das manifestações simbólicas de outros lugares e partes do mundo (BRASIL, 2008, p. 75-77).

O panorama da universidade pública brasileira tem se modificado bastante com a inserção de novos modelos de entrada na universidade, e isso resulta em que muitos alunos preenchem vagas em locais distantes de sua região, alterando as relações culturais na universidade e propiciando que sejam ampliados não só o rito de passagem de grau de estudo, mas também a forma de apreender os novos conhecimentos. Nesse sentido o PNC sugere ações que integrem essas novas culturas num processo de se inserir em um novo ambiente sem perder a essência cultural de cada um, viabilizando um diálogo que contribua para a assimilação dessa diversidade cultural no espaço universitário, que é considerado por Brigagão (2001, p.186) como um “lugar para a expressão e a expansão da liberdade”.

3.3 UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO DOS BRASILEIROS À FRUIÇÃO E À PRODUÇÃO CULTURAL

A terceira estratégia parte da Cultura como direito e como dever do Estado de propiciar o exercício pleno da cidadania, dando sentido ao conceito de cultura e valorizando a diversidade. As ações do Estado devem ir além das artes consagradas, incluindo todas as manifestações criativas bem como expressões simbólicas e identitárias que promovam a ampliação da liberdade de expressão e criação da sociedade. Essas ações devem:

- Perpassar os interesses da indústria cultural, criando novos caminhos de experimentação e criação estética;
- implementar novos meios de intercomunicação entre artistas, produtores, gestores culturais, organizações sociais e instituições locais;
- garantir todo o desenvolvimento criativo aos criadores e aos que se alimentam da criação.
- propiciar uma ação que gere formação, produção e difusão cultural nos mais diversos grupos e pessoas.

Segue-se a exposição dos objetivos que o PNC pretende atingir; em conjunto com outras instituições, no tocante aos aspectos “Fluxos de produção e formação de público” e “Equipamentos culturais e circulação da produção”.

1 Quanto aos Fluxos de produção e formação de público, o PNC se propõe:

- Incentivar e apoiar a inovação tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo parcerias entre universidades, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos.
- Promover uma colaboração mais estreita entre as empresas junto aos centros de pesquisa, incluindo a cadeia da cultura dos meios de comunicação, circuito artístico e universidade, fomentando a produção das artes, inclusive a digital, e ampliando a percepção por parte do grande público em relação aos procedimentos operacionais e estéticos dos vários segmentos artísticos.
- Promover a integração entre espaços educacionais, de lazer e culturais, com o objetivo de aprimoramento das políticas de formação de público. Estimular a participação de artistas e produtores em programas educativos e de acesso à produção artística e cultural.
- Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de professores para o ensino de história, arte e culturas africana, afro-brasileira e indígena.
- Associar iniciativas dos órgãos de cultura e de educação para ampliar e qualificar a oferta de formação nas escolas livres, técnicas e superiores de

artes e audiovisual, em todas as regiões do país, especialmente em áreas sujeitas à marginalização.

- Realizar programas em parceria com as universidades para estimular o reconhecimento das práticas artísticas e culturais populares, a exemplo do mamulengo e do cordel. Legitimar a atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de “notório saber”.
- Desenvolver ações integradas com o Ministério da Educação que resultem na inserção do audiovisual no sistema de ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de formar o olhar crítico do estudante e capacitá-lo para sua expressão nessa linguagem.
- Criar programas conjuntos com os órgãos de educação para ampliar a inclusão de mestres dos saberes das culturas populares nas rotinas de educação escolar.
- Estimular a criação de programadores nacionais, estaduais e municipais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação, cineclubes, circuitos universitário e comercial de exibição, escolas, centros culturais, bibliotecas públicas, museus e videolocadoras.
- Instituir editais públicos para programas de bolsas e residências em instituições nacionais e estrangeiras, com a finalidade de promoção de intercâmbio inter-regional e internacional de estudantes e profissionais da cultura. Garantir retornos tanto para os participantes quanto para as comunidades receptoras.
- Criar e ampliar programas de difusão e democratização do conhecimento científico e das tecnologias para apropriação cultural.
- Incentivar programas de extensão que facilitem o diálogo ente os centros de estudos, comunidades artísticas e movimentos culturais.
- Estimular, com suporte técnico-pedagógico, as oficinas de iniciação literária, dramaturgia, dança, circo, cinema, vídeo, artes visuais, arte digital, design, artesanato, música e demais linguagens artísticas e ciências (BRASIL, 2008, p. 80-82).

As ações definidas pela terceira estratégia estão vinculadas diretamente com a atividade-fim da universidade: o ensino. O PNC, em suas diretrizes gerais, aponta a necessidade de uma formação integrada com os costumes populares, sem fazer diferenciações do que é melhor ou mais importante. A dimensão simbólica da cultura defendida pelo MinC consiste justamente no respeito e valorização dos saberes a partir da diversidade. Com isso a universidade é chamada a participar do processo de difusão e de democratização da cultura por meio de cursos de formação não só para os profissionais da área, mas também da população interessada. Além disso, ela deve suscitar o desenvolvimento de pesquisas e programas nas mais diversas linguagens artísticas e culturais.

Ao mesmo tempo em que as IESs são convidadas a contribuir com o registro e a preservação dos saberes, faz-se necessário que os municípios tenham condições de propiciar que esses mesmos saberes cheguem à população, para isto o PNC apresenta as ações previstas no aspecto “Equipamentos culturais e circulação da produção”, as quais são descritas abaixo.

1 Equipamentos culturais e circulação da produção:

Realizar programas em parceria com os órgãos de educação para transformar as escolas em centros de produção e difusão cultural da comunidade e de sua vizinhança. Aproximar a família da rotina educativa da escola por meio das artes e da cultura.

Abrir as casas de espetáculos a grupos musicais, de teatro e de dança interessados, otimizando o seu uso, em especial quando se tratar de equipamentos públicos ou subsidiados por instituição pública.

Garantir a criação, manutenção e expansão dos laboratórios de criação de arte digital nas escolas e universidades públicas (BRASIL, 2008, p.82-84).

Muitas vezes a relação entre equipamentos culturais e a comunidade local sofre pelo distanciamento na sua utilização. Existe certa dificuldade em dinamizar os espaços culturais de forma que todas as pessoas tenham acesso a eles, e não determinados grupos. Esses espaços devem passar pelo sentimento de pertencimento, e para isso se sugere que os órgãos de educação em todos os níveis possam falar a mesma linguagem, no intuito de facilitar a abertura desses espaços à comunidade local e vizinhanças. Assim, os próprios espaços universitários, que nem sempre estão disponibilizados para o acesso da comunidade externa, poderão receber projetos e produções não só da comunidade universitária, mas de toda a população, diminuindo assim a distância entre a universidade e a comunidade local.

3. 4 AMPLIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Como já referido, Teixeira Coelho (1999) salienta ser a cultura a questão de governabilidade, não a economia, como tantos governos insistem em afirmar. Neste sentido o PNC relaciona questões de natureza econômica, social e cultural na busca de um desenvolvimento que tenha condições de assegurar a formação profissional e a regulação do mercado para as categorias envolvidas em todo o processo criativo. Assim, a integração de áreas como o turismo, as comunicações, a arquitetura, a moda, a indústria gráfica e a iconográfica pode propiciar a inclusão social, gerando novas frentes de trabalho e a criação de novos produtos e oportunidades.

A seguir são apresentados alguns mecanismos que, segundo o PNC, dão ao trabalhador da cultura condições de responder às suas necessidades profissionais com qualidade e o que a universidade pode oferecer neste sentido, nos aspectos de “capacitação e assistência ao trabalhador da Cultura” “Estímulo ao desenvolvimento da Economia da Cultura” e

1 Quanto à “Capacitação e assistência ao trabalhador da Cultura:

- Desenvolver e gerir junto aos órgãos públicos de educação programas integrados para a área da cultura, estimulando a profissionalização e o fortalecimento da economia em todos os segmentos artísticos e culturais.
- Incentivar a criação de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional, estimulando nesse processo a reflexão sobre as linguagens artísticas e expressões culturais do país. Estabelecer através dos bancos estatais de financiamento linhas de microcrédito para a promoção desses cursos.
- Atuar em parceria com as instituições de ensino, sobretudo as universidades e escolas técnicas públicas, para o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação de gestores de instituições e equipamentos culturais.
- Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade ao atendimento de grupos marginalizados, afro-brasileiros e jovens, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais.
- Estimular a organização de cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão dedicados à formação de críticos especializados nas mais diversas linguagens artísticas e expressões culturais (BRASIL, 2008, p. 88-89).

A cultura tem se apresentado como uma grande fonte de renda, gerando novas possibilidades de formação, e para isto é necessário que esse momento seja acompanhado pela capacitação. Neste ponto a Universidade é altamente contributiva, criando, ampliando e consolidando os novos quadros profissionais nesta área. As mídias digitais ampliaram sua área de ação no campo cultural. A música e o cinema são manifestações artísticas que vêm assimilando essa era digital com muita rapidez, por isso a capacitação profissional precisa de novos espaços nas universidades.

Desde o início do século XXI a cultura tem sido representativa na ordem econômica, trazendo resultados práticos no tocante à cadeia produtiva que move as ações culturais. Daí surge a necessidade de instrumentalizar profissionalmente o setor, garantindo um novo entendimento não só sobre o que é cultura, mas também sobre as formas de garantir renda e sustentabilidade aos profissionais da área. O PNC propõe que sejam criadas formas de ONGs, do sistema S, e que as universidades preparem cada vez mais pessoas para atuar nesse campo, além de possibilitar aos grupos discriminados (afro-brasileiros, indígenas, jovens...) a apropriação do seu saber para difundir seu modo de vida. Para que isto possa acontecer de forma sistemática, é imperativo que o Plano Nacional de Cultura viabilize o desenvolvimento

da economia da Cultura, de acordo com o exposto quanto ao aspecto “Estímulo ao desenvolvimento da economia da Cultura”.

2 Como estímulo ao desenvolvimento da economia da Cultura o PNC sugere:

- Instituir programas de incubadoras de empresas culturais em parceria com iniciativa privada, organizações sociais e universidade, SEBRAE e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Fomentar parcerias entre universidades, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento, absorção e apropriação de materiais e tecnologias de inovação cultural.
- Incentivar os empreendimentos culturais que busquem a expansão dos espaços de articulação da crítica produzida nos meios de comunicação, universidades e grupos independentes que resultem em modelos de atividade inovadores e sustentáveis (BRASIL, 2008, p. 90-93).

Não podemos dissociar do processo cultural o mundo globalizado, nem excluir o mercado, porém o Plano Nacional de Cultura convida especialmente a Universidade e outros organismos culturais a dialogarem com as empresas privadas no sentido de criar programas que expandam as ações culturais para todo o país e ao mesmo tempo a conversarem de forma crítica e articulada com os diferentes setores.

3. 5 CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nenhuma política pública - muito menos a de Cultura - terá êxito se o agente governamental e os órgãos da sociedade não dialogarem. Toda política pública exige coparticipação e responsabilidades de ambos os lados. O PNC pretende desenvolver, junto como o Sistema Nacional de Cultura, as diversas possibilidades de ação nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e com as diversas instâncias de representação; mas para que não se burocratize é necessária uma ação contundente da sociedade. Nesse momento não adianta somente os artistas, os criadores se posicionarem, mas é fundamental que as diversas categorias se façam presentes, para evitar a construção e implantação de políticas excludentes e discriminatórias. Neste contexto, a universidade, como fonte de conhecimento e de trocas, não pode se ausentar desse processo, e sim, deve promover a formação profissional e cultural de pessoas que serão disponibilizados para um mercado nem sempre justo e democrático. Cabe à Universidade participar das discussões e das capacitações

na perspectiva da diversidade e da cultura de paz, disponibilizando à população projetos, programas e ações com novas frentes de trabalho . É necessário que a sociedade, reconhecendo a importância das políticas para a Cultura, participe dessas ações de forma organizada e representativa. endossando a importância da gestão cultural sob o aspecto de políticas públicas

1 Organização de instâncias consultivas e de participação direta

Para atender a esse item, o PNC propõe:

Instituir redes com o objetivo de fortalecer a gestão das políticas públicas para a preservação da memória, formação, fomento e difusão das diversas linguagens artísticas, integrando instituições públicas das três esferas de governo, setor privado, colegiados setoriais e demais instâncias de participação da sociedade civil, sob a coordenação do Ministério da Cultura e instituições vinculadas (BRASIL, 2008, p. 98-99).

Embora a instituição Universidade não seja citada diretamente nesta ação, a participação das IESs se faz necessária por elas comporem o quadro de instituições que podem agir e interagir nas três esferas do governo nos âmbitos educacional e cultural.

Quando da construção do Plano Nacional de Cultura vários tipos de participação foram utilizados, desde pequenas reuniões até debates virtuais. O mecanismo de participação em primeiro momento veio de artistas e criadores, depois de políticos e estudantes; mas para que a Cultura se configure como uma política de Estado é importante que a mobilização envolva toda a sociedade. Assim, os conselhos de Cultura, fóruns e uma legislação específica devem representar a força da participação da sociedade. Só por meio de construção coletiva um órgão como o Ministério da Cultura terá forças para implementar as ações previstas pelo PNC. A representatividade da sociedade civil é fundamental para que planos de âmbito nacional, estadual e municipal tenham força de ação, de forma a propiciar um maior diálogo entre os diversos setores da sociedade. Na ação do item seguinte fica clara a expectativa do PNC neste sentido.

2 Diálogo com as iniciativas do setor privado e da sociedade civil

Nesse item o PNC propõe a seguinte ação:

Capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio (BRASIL, 2008, p. 99-100).

O diálogo entre as diversas esferas do poder público e privado, como é proposto pelo PNC, evidencia a função primeira da Universidade, que é propor e assumir o ensino e a formação humana. Ela deve oferecer sua contribuição no campo da Cultura e da formação artística de forma crítica, aprofundando o conhecimento não como se fosse local do pensamento único, e sim, no modo apresentado por Borba (2001, p.199) quando afirma que a universidade tem o papel de “recuperar a dignidade da pessoa nos movimentos políticos, nos movimentos sociais, dentro das universidades, dentro de movimentos artísticos e sindicais”.

O PNC sugere uma relação entre o setor público e o privado, mas a partir de uma construção histórica que se fundamente no coletivo, mediante um processo de conscientização sobre o papel da Cultura na vida das pessoas. Vivemos numa sociedade dividida entre ricos e pobres e a cultura tem sido dividida em cultura de elite e cultura popular, mas ainda assim não deixa de ser patrimônio vivo e mutável - portanto, um patrimônio histórico. O público e o privado devem se relacionar de maneira que possam construir valores capazes de preservar o patrimônio cultural material e imaterial do país.

Estamos diante do fato de que nem a sociedade nem os governos têm lidado com as questões culturais como fonte de desenvolvimento social do país, e sim, como acessório de relação com outras políticas públicas. Isto nos faz refletir que, embora as diretrizes, as metas e ações do Plano Nacional de Cultura possam parecer idealizadas demais, um pouco utópicas e às vezes ingênuas, elas são, também, uma possibilidade de transformação que foi construída ao longo de um processo de debates e por meios democráticos; por isso é preciso unir forças para sua implantação e futuras avaliações, pois só assim saberemos dizer o que funciona ou não. Neste sentido a Universidade, enquanto instituição educacional e cultural, deve oferecer sua parcela de contribuição, agindo como mediadora e articuladora da política pública de Cultura na região em que atua, ampliando o processo de formação humana.

A próxima seção vai discorrer sobre esse papel que é identificado nas Instituições de Ensino Superior.

4 O LUGAR DA CULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

As universidades brasileiras, independentemente das esferas a que estejam ligadas (federal, estadual, ou municipal ou pública), estão fundamentadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. Mendonça (2000, p.148) afirma que essa divisão surgiu em 1968, com a instituição do AI-5, que gerou o Grupo de Trabalho (GT) para estudar a reforma da universidade brasileira. Em seu relatório este GT procurou esvaziar as discussões sobre a dimensão política e imprimir às instituições universitárias uma perspectiva técnica, que se transformou na lei 5.540/1968. A isto faz referência o trecho citado abaixo:

Desta perspectiva, a lei 5.540 afirmava explicitamente constituir-se a universidade na forma ideal de organização do ensino superior, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a indissolubilidade entre essas funções, particularmente entre ensino e pesquisa, sendo esta última o próprio distintivo da universidade (MENDONÇA, 2000, p.148).

Naquele momento a área da extensão já se prenunciava como menos importante na construção da universidade, e é justamente junto nela que a cultura tem sido alocada, pelo menos no caso das instituições de ensino superior do Paraná, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2 - Localização da área cultural nas Universidades Estaduais do Paraná

Item	Universidade	Sigla	Local da Cultura	Campo específico
01	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Pró-Reitoria de Extensão	Divisão de Cultura
02	Universidade Estadual de Londrina	UEL	Gabinete da Reitoria	Casa da Cultura
03	Universidade Estadual de Maringá	UEM	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Diretoria de Cultura
04	Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Diretoria de Cultura
05	Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais	Divisão de Cultura

Fonte: Sites oficiais das universidades estaduais do Paraná

Segundo Mendonça (2000, p.145), por ocasião do II Seminário Nacional de Reforma Universitária (Curitiba-PR) os debates pontuavam a necessidade de algumas revisões dos conteúdos do Ensino Superior, criticando o tecnicismo pragmático e preconizando um humanismo total. Este tecnicismo das universidades gerou um entrave para o

desenvolvimento da cultura e das artes. Embora entre 1964 e 1968, início da ditadura militar no país, a arte se apresentasse como ferramenta de luta, utilizada não só pelo movimento estudantil, mas também por artistas que acreditavam no poder de conscientização das manifestações artísticas junto à população e contra o regime ditador que se instalara no país naquele período, ainda assim a cultura e a arte não se apresentavam como uma conquista de direito do cidadão. Com isso as universidades brasileiras enfrentaram transformações que se distanciaram da dimensão humana e, com a chegada da globalização passaram a ter que atender ao mercado, como refere Brigagão (2001, p.189);

O mercado exige que o professor e o pesquisador tenham vários papéis em vários lugares. Então a questão de relação entre a universidade e o mercado tornou-se completamente diferente em relação a um só lugar em que você ficava, em que o intelectual, o professor, tinha seu tempo para escrever, para pesquisar, para pensar.

Assim, tanto quanto a cultura, que por meio de mecanismos mercadológicos se distancia do direito fundamental do cidadão, a universidade pública vive um período de isolamento quando a ciência não se relaciona com a cultura. Teixeira Coelho, em palestra proferida na Universidade Estadual de Maringá (1999), já propunha uma reflexão sobre a importância da cultura para a universidade e a sociedade de hoje. O palestrante nos levou a entender o que vem a ser essa percepção moderna de como nos relacionamos com o mundo, com a vida, com os outros e com nós mesmos. Falava ainda que essa “sensibilidade moderna é feita de conhecimento sem verdade, de história sem sentido, de uma sociedade sem espiritualidade, de um poder sem autoridade, de uma política sem virtude e de uma existência sem propósito”.

Desta forma, a visão totalizante do ser humano é relegada e se passa a vivenciar uma “visão laboratorista (que isola as partes para dissecá-las)”, conforme o pensamento de Sanches (2010, p. 34), que defende que a universidade brasileira não pode continuar negando a importância de uma base comum a todos os cursos de graduação com o objetivo de manter uma comunicação interna maior para se criar uma base de reconhecimento mútuo, de cultura geral. A esse respeito o autor escreve:

O ensino universitário se transforma assim num conjunto de partes que não tem mais o todo como horizonte. O separatismo da especialização desempenha ainda um efeito político muito nocivo, reforçando as disputas internas na medida em que cada uma das áreas se vê como a mais importante, o que leva a um inchaço dos cursos de graduação, com as disciplinas técnicas reivindicando mais e mais espaços (SANCHES NETO, 2010, p. 34).

Com isto temos sido levados, inclusive nas universidades, a viver uma vida sem significações, sem entendermos qual o papel de cada um na sociedade e como podemos construir novas possibilidades, sonhos e utopias.

A universidade enquanto instituição tem inicialmente que pensar em si mesma e na relação que mantém com a sociedade, pois só assim terá como cultivar relações de convivência, não só no campo técnico e profissional, mas acima de tudo na construção de identidades.

O cidadão tem mostrado no decorrer dos tempos que sua construção se dá com a soma de pequenas conquistas no decorrer da vida. Sua formação é concretizada nas diversas experiências que acumula nas relações firmadas com outras pessoas. Assim, quando um jovem chega à universidade traz consigo um acúmulo de aprendizados que deverá ser aprimorado e complementado no campo científico, e é nesse momento que o capital cultural terá uma fundamental importância na elaboração do conhecimento. Não inventamos “a roda” a todo o momento, e sim, estamos a reinterpretá-la com novos olhares.

Tomemos como exemplo a formação da área cultural das universidades estaduais do Paraná: cada uma delas conta com um setor cultural no organograma institucional, mas com visões bem diferentes umas das outras.

No *site* oficial da Universidade Estadual de Maringá (UEM) o organograma apresenta o quadro da cultura com a seguinte estrutura: uma Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que é composta de duas diretorias: a Diretoria de Extensão e a Diretoria de Cultura. Esta última conta com profissionais das mais diversificadas áreas artísticas, como artes cênicas (teatro e dança), folclore, artes visuais e música (canto coral), além de manter um museu de história. Essa equipe está distribuída em duas divisões: a Divisão de Artes Musicais (sem corpo técnico) e a Divisão de Artes Plásticas e Cênicas, que é responsável pelos grupos artísticos e pelos cursos que são oferecidos na modalidade de extensão. Ainda estão ligados à Diretoria de Cultura dois órgãos suplementares: o Museu da Bacia do Paraná e o Coral da Universidade Estadual de Maringá. Está a cargo desta diretoria gerir o Conselho de Cultura e as bolsas de incentivo à arte. Estas destinam um auxílio financeiro aos membros selecionados em processo público dos grupos ligados à Divisão de Artes Plásticas e Cênicas. Ligados diretamente à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura estão os seguintes setores o Museu Dinâmico Interdisciplinar, a Escola de Música, o Instituto de Língua Japonesa, o Instituto de Línguas e outros. Com esse organograma, mais especificamente no tocante à Diretoria de Cultura, nota-se claramente que as ações culturais da UEM estão direcionadas somente para a criação artística, sem terem uma ligação mais estreita com outros setores da instituição, como os cursos de graduação e pós-

graduação das diversas áreas do conhecimento, o que inviabiliza o processo de propagação de uma cultura mais geral na formação dos estudantes.

Quanto à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), por meio de consultas ao *site* da instituição constatou-se que o seu organograma é composto por uma Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, dividida em Divisão de Extensão Universitária e Divisão de Assuntos Culturais, e que na área da cultura tem a Seção de Difusão Cultural, a Seção de Serigrafia e o Museu Campos Gerais. O cronograma tem ainda os eventos permanentes: o Festival Nacional de Teatro (FENATA), o Festival Universitário da Canção (FUC) e o Encontro de Corais.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) é formada pela Pró-Reitoria de Extensão, que está constituída pela Divisão de Assuntos Comunitários, Divisão de Extensão, Divisão de Planejamento, Documentação e Registro, Divisão de Cultura e a Área de Esportes. A Divisão de Cultura conta com uma agenda cultural e a seção do Teatro Universitário do Campus de Cascavel (TUCCA), segundo dados obtidos pelo *site* oficial da instituição.

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) conta com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que é constituída pela Diretoria de Extensão e Diretoria de Cultura, além disso compõe seu organograma o setor de Esporte e Lazer. A Diretoria de Cultura desenvolve eventos e exposições e oficinas de instrumentos musicais, que incluem o coral, a musicalização, teatro, dança, capoeira, além do Festival de Teatro da UNICENTRO - FETECO (informações fornecidas pelo *site* oficial da universidade).

No *site* da Universidade Estadual de Londrina (UEL) verifica-se que seu organograma se apresenta com uma estrutura um pouco diferenciada das demais universidades estaduais do Paraná. Ela conta com uma Pró-Reitoria de Extensão, mas a parte cultural – Casa da Cultura – está ligada diretamente ao Gabinete da Reitoria, que é responsável pelo Festival Internacional de Teatro (FILO) e pelos demais projetos na área.

No caso específico da UEL, a cultura ocupa um lugar específico dentro do organograma, pois está vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, e assim o centro de decisões da instituição acaba gerando algumas facilidades nas ações burocráticas, mas ainda sim não garante plena autonomia financeira nem de planejamento cultural.

Aqui cabe uma indagação: a cultura é possuidora de orçamento próprio no âmbito das universidades? Analisemos o exemplo da UEM: 1) O orçamento garantido à Diretoria de Cultura no ano de 2011 foi de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), conforme relato do Diretor de Cultura em evento público em maio de 2011, sendo esse valor dividido em quatro

trimestres. Esse orçamento é insuficiente para uma Diretoria que deve atender a um grande contingente de alunos, além dos demais membros da comunidade universitária (servidores docentes e agentes universitários, comunidade externa). Como a UEM é parte de uma região metropolitana, composta por 25 municípios, esse orçamento realmente caracteriza falta de prioridade para a área cultural na instituição. Segundo a Base de Dados da UEM – 2010, a Universidade Estadual de Maringá oferece 49 cursos de graduação, 93 de especialização, 30 de mestrado e 17 de doutorado, os quais atendem a 21.629 alunos advindos dos mais diversos estados brasileiros e, conseqüentemente, de uma grande diversidade cultural.

Um canal de comunicação que suscitasse a multidisciplinaridade entre os departamentos de cultura e arte e os departamentos de graduação e pós-graduação, com vista à integração de saberes, valorizaria a riqueza da diversidade cultural presente no *campus* universitário, que recebe alunos dos mais diferentes municípios do Estado e até mesmo alunos de diferentes estados.

Mapear as ações que são realizadas no âmbito das universidades públicas é traçar uma espécie de raios-X da situação cultural nas IESs Paraná, mais especificamente da Universidade Estadual de Maringá. A relação dos alunos de graduação e pós-graduação, dos docentes e agentes universitários e da comunidade externa (Maringá e região metropolitana) com o processo desenvolvido no âmbito do *campus*-sede e dos demais campi possibilita distinguir uma interface entre o que é proposto pelo Plano Nacional de Cultura e o que realmente é praticado como política cultural nas universidades públicas. Vale ressaltar o que Sanches (2010) aponta sobre a importância da extensão na conjugação dos saberes na estrutura da universidade:

Dentro da estrutura da Universidade brasileira, o grande espaço de conjugação dos saberes, de ultrapassagem das especialidades e de uma visão que interligue o indivíduo, o contexto e o planeta é a extensão. Mais do que a face solidária da Universidade, a extensão assume hoje uma centralidade no pensamento universitário. No espaço-escola em que ela se faz, devem se religar cada vez mais Universidade e sociedade, e também as várias áreas, os múltiplos saberes, as artes e as ciências. A extensão passa a se configurar, então, como o âmbito acadêmico com maior capacidade de superar a polarização dos binômios e conferir ao trabalho universitário a coerência e a unidade que somente o desgastado, mas ainda imprescindível tripé (ensino, pesquisa e extensão) pode concretizar (SANCHES NETO, 2010, p. 35).

Segundo as palavras de Sanches, existe sim a possibilidade de um olhar diferenciado para a cultura, a qual está estruturalmente vinculada com a extensão, Esse processo criaria pontes entre o conhecimento científico, os saberes tradicionais e os saberes culturais, os quais,

ao se interligarem, possibilitam novos saberes. Desta maneira a universidade é uma instituição que tem como vocação primeira a formação e que pode colaborar na construção do conhecimento científico e cultural, formando uma rede social que, com base nos valores e tradições da sua comunidade local, é capaz de contribuir na reflexão macro da coletividade.

Como em nosso país a discussão de uma política pública de cultura está em processo de construção, é muito recente este processo de planejamento de médio e longo prazo nessa área. Vivemos um aprofundamento de nossa democracia e neste patamar é essencial a atuação de diversos atores para que uma política pública de cultura possa promover o desenvolvimento e a inclusão social da produção científica, tecnológica e cidadã do povo brasileiro. Neste contexto, faz-se necessário conhecer um pouco mais da realidade da UEM, com o objetivo de pensar sua função de articuladora e mediadora de uma política pública de cultura para ela mesma e para a região.

4.1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ E A CULTURA

A Universidade Estadual de Maringá foi criada em 1969, seguindo o mesmo exemplo das demais instituições do país. A UEM nasceu da junção da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas (1959), da Faculdade Estadual de Direito (1966) e da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1966).

A Lei nº 6.034 de 06/11/69 autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76, pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação. A partir de 1999, foi implantada, em caráter experimental, a autonomia da Universidade, conforme Termo de Autonomia, assinado em 18 de março de 1999 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2011).

Nessa formação a cultura sempre esteve presente no organograma da instituição, primeiramente por meio da Diretoria de Promoção e Difusão Cultural. Em 1993 a Resolução 228/93-CAD (Conselho de Administração) passou a denominar-se Diretoria de Cultura, por ocasião da aprovação do regulamento e organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, mas ainda assim não como eixo prioritário, e sim secundário à extensão. O Regimento Geral da universidade passou por reformulações em 2009, mas manteve a cultura como parte da extensão. No capítulo III do Regimento Geral da UEM são apresentados os objetivos da

extensão nos artigos 75 a 81, e a cultura não aparece em nenhum desses artigos como objetivo, nem no restante do documento, com se pode perceber na transcrição abaixo:

CAPÍTULO III - EXTENSÃO

Art. 75. A Universidade incentiva a extensão por todos os meios ao seu alcance, destacando-se:

I - concessão de bolsas de extensão que contemplem programas e projetos de extensão;

II - intercâmbio com outras instituições fomentadoras de atividades de extensão;

III - concessão de auxílios para execução de atividades de extensão;

IV - realização de convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, com o objetivo de atuações conjuntas em atividades de extensão;

V - divulgação dos resultados das atividades de extensão realizadas pela Universidade;

VI - promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas vinculados à prática extensionista, bem como participação em iniciativas semelhantes de outras instituições.

Art. 76. A extensão é desenvolvida com o propósito de divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos, culturais e sociais, em atendimento às demandas da comunidade interna e externa.

Art. 77. Os eventos, cursos ou serviços de extensão podem ser financiados, de acordo com a legislação vigente.

Art. 78. A Universidade pode oferecer cursos de extensão uma ou várias vezes.

Parágrafo único. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão deve regulamentar os aspectos específicos da organização dos cursos de que trata este capítulo.

Art. 79. O processo de admissão aos cursos de extensão far-se-á de acordo com o estabelecido nos respectivos projetos, observada a legislação vigente.

Art. 80. Os cursos de extensão podem ser oferecidos em parceria com instituições públicas ou privadas.

Art. 81. O orçamento da Universidade consigna verbas destinadas à extensão para assegurar e tornar cada vez mais efetivo o exercício desta atividade universitária (REGIMENTO GERAL, 2009, p.12).

Desde a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UEM o que se observa é que a área da cultura tem focalizado principalmente o campo das artes e que sua atuação se concentra em eventos, limitando um projeto que deveria ser mais dinâmico, que inclusive propiciasse ações de formação crítica compatíveis com as expectativas do Ministério da Cultura e do PNC.

A Diretoria de Cultura tem se fundamentado, ao longo dos anos, num processo de cursos livres oferecidos à comunidade interna e externa, mas sem um comprometimento com a pesquisa na área. Os cursos livres que são oferecidos nas mais diversas áreas pela Diretoria de Cultura atingem um número limitado de pessoas e não garantem continuidade no processo de formação cultural. Além disso, são cobradas mensalidades que variam entre três e oito

parcelas com diferentes valores, com exceção de alguns poucos cursos oferecidos gratuitamente.

Para exemplificar essa realidade segue a tabela disponibilizada no site oficial do órgão para os cursos do primeiro semestre de 2012.

Tabela 3 - Cursos de extensão oferecidos pela Diretoria de Cultura da UEM para o primeiro semestre de 2012

Nº	CURSO	DIA	HORA	DATA
1	Fundamentos da Linguagem Visual	5ª-feira	13h às 16h	15/03 a 29/11/2012
2	Linguagem Visual: Estúdio Avançado	Turma 1: 4ª-feira	13h às 16h	14/03 a 28/11/2012
		Turma 2: 5ª-feira	19h às 21h30	16/03 a 30/11/2012
		Turma 3: 6ª-feira	13h às 16h	16/03 a 30/11/2012
3	Curso Básico de Cerâmica	3ª-feira	14h às 16h30	13/03 a 26/06/2012
4	Curso Avançado de Cerâmica	5ª-feira	9h às 11h30	15/03 a 28/06/2012
5	Ballet Clássico Iniciante para Adulto	Turma 1: 3ª e 5ª-feira	8h às 09h30	13/03 a 26/06/2012
		Turma 2: 3ª e 5ª-feira	16h30 às 18h	13/03 a 26/06/2012
6	Dança Contemporânea	Turma 1: 3ª e 5ª-feira	9h30 às 10h30	13/03 a 26/06/2012
		Turma 2: 3ª e 5ª-feira	18h às 19h	13/03 a 26/06/2012
7	Jazz Intermediário	2ª-feira e 4ª-feira	18h às 19h	12/03 a 27/06/2012
8	Alongamento e Flexibilidade	5ª-feira	8h às 9h	15/03 a 05/07/2012
9	Ballet Clássico Adulto Intermediário – Turma I	3ª e 6ª-feira	17h30 às 19h	13/03 a 29/06/2012
10	Liberando as Tensões das 7 Couraças Musculares	5ª-feira	20h às 22h	15/03 a 17/05/2012
11	Sapateado Adulto Iniciante	Sábado	10h às 11h30	17/03 a 30/06/2012
12	Sapateado Americano Iniciante Adulto	3ª e 6ª-feira	19h às 20h	13/03 a 29/06/2012
13	Ballet Clássico Iniciante	2ª e 4ª-feira	14h30 às 15h30	12/03 a 28/06/2012
14	Danças Folclóricas e Populares: Grupo Fogaça	6ª-feira	20h às 23h30	16/03 a 30/11/2012
15	Dança de Salão Iniciante I	Turma 1: 2ª e 4ª-feira	18h às 19h	12/03 a 27/06/2012
		Turma 2: 2ª e 4ª-feira	19h às 20h	12/03 a 27/06/2012
16	Teatro de Bonecos: Confecção, Manipulação e Montagem	2ª e 4ª-feira	18h30 às 20h	12/03 a 27/06/2012
17	Teatro para Atores Iniciais - Módulo I	2ª e 4ª-feira	19h às 22h	12/03 a 03/07/2012
18	Encenamento de Garcia Lorca - Módulo III	2ª, 3ª e 4ª-feira	19h30 às 22h30	12/03 a 05/12/2012

Inscrições

DCU - Diretoria de Cultura - Bloco A 34, Sala 04

Período: 13/02 a 29/02/2012

Horário: 8h às 11h e 13h30min às 17h

Telefone: 3011 - 3880 e 3011 - 3879

site: www.pec.uem.br/dcu

e-mail: sec-dcu@uem.br

Documentos necessários:

CPF, RG e comprovante de endereço para emissão do termo de compromisso.
OBS: Quando o inscrito for menor de 18 anos, para a realização da matrícula, um responsável (pai ou mãe) deverá comparecer também com os documentos acima citados para assinar o termo de compromisso.

Fonte: Site oficial (<http://www.pec.uem.br/dcu>) da Diretoria de Cultura, Maringá - 2012.

Nesse desenho os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, quando se inscrevem nos cursos, recebem informações fragmentadas, o que não caracteriza como uma política de formação desses estudantes.

Ao longo dos dezenove anos de sua criação a Diretoria de Cultura vem mantendo a mesma proposta, promovendo apenas cursos e eventos. Embora o artigo 12 da Resolução n.º 228/93-CAD preveja, outras ações além das já realizadas (cursos e eventos), o que se nos apresenta é outro panorama. O setor não avança além dos eventos e cursos em decorrência de vários fatores, como falta de recursos e equipe reduzida e com pouca prática no debate de política pública de cultura, conforme mostra a transcrição abaixo que criou essa Diretoria.

Art. 12 - À Diretoria de Cultura compete:

- I - oferecer cursos nas áreas de artes musicais, cênicas e plásticas;
- II - promover eventos, comemorações, festividades e apresentações de natureza artístico-cultural para divulgação, incentivo das artes em geral, manutenção e ampliação dos seus objetivos;
- III - promover intercâmbio com instituições de ensino de 1º, 2º e 3º graus, embaixadas e entidades culturais regionais, nacionais e estrangeiras;
- IV - apoiar a criação e desenvolvimento de grupos e conjuntos envolvidos em atividades artístico-culturais;
- V - colaborar com os demais órgãos da instituição na promoção de eventos culturais, cursos de extensão e de atualização e nas pesquisas de caráter artístico-cultural;
- VI - co-produzir e co-promover atividades artístico-culturais com órgãos/instituições afins;
- VII - exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas neste regulamento e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições de legislação federal de ensino e de legislação interna da universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente designadas pela pró-reitoria (RESOLUÇÃO N° 228/93-CAD, 1993).

A leitura desse artigo deixa claro que mesmo a participação dos alunos, dos agentes universitários e dos docentes, é ainda assim de forma limitada, inviabilizando uma ação junto aos *campi* e à Região Metropolitana de Maringá.

A equipe da Diretoria de Cultura é composta por treze servidores, assim distribuídos: três técnicos na área da dança, dois técnicos nas artes visuais, dois instrutores inativos no teatro (um deles disponibilizado à Secretaria de Estado da Cultura/Curitiba), um técnico no Coral Universitário e três técnicos na secretaria. Destes últimos, um tem curso superior mas não é lotado no setor, e sim, na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Além destes, dois técnicos - um de nível superior e um de nível médio - trabalham no Museu da Bacia do Paraná. Se o conceito de cultura que defendemos neste estudo for levado em consideração, a equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura fica maior se nela forem incluídos os demais setores afetos a essa unidade administrativa, a saber: o Museu Dinâmico Interdisciplinar, a Escola de Música, o Instituto de Línguas, o Instituto de Estudos Japoneses, o Núcleo de Psicologia Aplicada, o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e Adolescente, o Pró-Egresso, a Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional e a Diretoria de Extensão – carro-chefe da Pró-Reitoria.

A Diretoria de Extensão é uma unidade que regulamenta e fiscaliza as normas para os eventos, cursos e projetos de extensão, não constituindo um setor proponente de políticas para a área; assim a Diretoria de Cultura fica à mercê das regras da Extensão, sem serem levadas em conta as especificidades simbólicas, cidadã e econômica da cultura. É perceptível a fragilidade da realidade cultural da UEM mediante uma simples consulta ao *site* da instituição, que, ao traçar o histórico e o perfil dessa unidade de ensino, cita a área cultural em apenas alguns poucos e desatualizados números das apresentações culturais e cursos.

A UEM está em busca de excelência em ensino e pesquisa, mas a extensão, que possibilita uma ponte mais estreita com a comunidade, vem enfrentando uma política de secundarização. A expectativa é que com a criação dos cursos de artes esse quadro venha a ser alterado, dando visibilidade ao debate sobre política pública de cultura no âmbito universitário. Os cursos de Licenciatura em Artes Cênicas, Artes Visuais e Comunicação em Mídias foram criados em 2010, mas ainda não formam departamento; já os cursos de Moda e de *Design* foram implantados em 2002 e reconhecidos em 2007, respectivamente pelos decretos estaduais nº 1235(07/08/2007) e nº 1311 (15/08/2007). O curso de graduação em Música se deu em 2002 e somente em dezembro de 2007 foi criado o Departamento de Música. O curso de Arquitetura e Urbanismo foi implantado em 2000 e reconhecido pelo Decreto Estadual nº 5467, de 05/10/2005. Os cursos de Filosofia e Ciências Sociais também

foram criados no ano de 2000, mas somente em 1º de fevereiro de 2005 veio o reconhecimento, por meio dos decretos estaduais, respectivamente, n.º 4.280 e n.º 4.282/2005. Com essas inclusões acredita-se que num futuro próximo, pela área do ensino, o quadro poderá ser modificado, propiciando um novo olhar sobre a área cultural dentro e fora da Universidade Estadual de Maringá.

Os departamentos de ensino da UEM promovem semanas acadêmicas, mostras de cinema e outras atividades que de alguma forma debatem temas pertinentes à questão cultural, mas vale ressaltar que são ações desvinculadas de um programa maior, que caracterize uma política pública e unifique as propostas, criando um sistema não só para o *campus*-sede, mas também para os demais *campi* e a região de abrangência da instituição.

Sobre as questões culturais de uma universidade, cumpre lembrar que não se pode determinar um plano de ação sem ouvir a comunidade estudantil, que sempre será o objeto-fim da instituição, e cuja opinião deve encontrar espaço nesse estudo. Neste sentido, para orientar a coleta dos depoimentos dos universitários fez-se uma escolha de quatro cursos entre os sete centros de ensino distribuídos pela instituição. E é o que trataremos no item a seguir.

4.2 O QUE PENSAM OS ALUNOS

Ao conversarmos individualmente com alguns alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura em Artes Cênicas, Música e Direito, matriculados no primeiro e no último ano dos referidos cursos de graduação da UEM, observamos uma semelhança interessante entre os pensamentos de cada sobre a cultura e a universidade. Quando lhes perguntamos o que entendiam como cultura na universidade, obtivemos depoimentos de alunos ligados diretamente com a área artística e de outros ligados a uma proposta mais distanciada da área das artes, como é o caso do curso de Direito.

Os alunos dos cursos que o Ministério da Cultura considera artísticos, mas que na UEM nem sempre estão vinculados ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, como é o caso do curso de Arquitetura e Urbanismo, que é ligado ao Centro de Tecnologia, de certa forma entendem a vivência cotidiana como processo cultural e têm um conceito mais próximo ao que prevê o Plano Nacional de Cultura.

Acho que a cultura são todas as relações que acontecem na universidade, seja no cotidiano, seja eventos esporádicos, como a recepção dos calouros, ou demais eventos que possam acontecer aqui. Mas creio que ela também se dê aqui, se dá durante esse cotidiano, entre os estudantes, entre funcionários e entre os professores (Aluna do 5º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEM, 2011).

Esse depoimento reforça a expectativa não de se viver na universidade o estudo da área específica de cada aluno, mas de buscar novos relacionamentos que possam contribuir para uma boa vivência intelectual, ampliando as relações cotidianas das pessoas que vivam nesse universo de formação.

[...] Porque na universidade o aprendizado é muito... muito ligado à vivência que o aluno tem que ter com a instituição. Não apenas a instituição em si, mas com os colegas em si. Então imagino que todo o aparato que a universidade tem a oferecer de certa forma acaba sendo uma cultura, uma maneira como o aluno pode se apropriar da informação que ele recebe e botar em prática. E... Isso é até meio que um consenso, todos dizem que é a vivência da universidade que te faz você crescer. Então essa cultura dentro da universidade, em minha opinião, é o mais elementar desse crescimento que o aluno pode ter. Eu imagino que essa é a ideia que eu tenho da cultura em si (aluno do 1º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEM, 2011).

Por outro lado, é muito forte a arte como resposta à prática cultural. Percebe-se nos mais jovens uma consciência sobre a arte como movimento que integra os diferentes públicos que transitam pela academia, uma consistência fundada no dinamismo e na busca de transformação. Ao mesmo tempo observa-se que há uma relação de integração entre as partes que compõem a comunidade acadêmica interna (alunos, agentes universitários e docentes), mas, na visão do aluno, a comunidade externa não é incluída. É como se a universidade vivesse numa “redoma”, fechada em si mesma, não incluindo em seu raio de atuação os que estão fora do território universitário.

Bom, a princípio, quando eu vi a pergunta pensei o que seria cultura. Pensei numa interface mais ampla do que da universidade, pensando que cultura é tudo. Tudo que tenha essa ligação entre as atividades sociais. E a partir dessas transformações da sociedade..., do homem vamo-nos constituindo e formando o que eu talvez denominaria de cultura. Guiando aqui então a pergunta o que eu entendo dentro da universidade, vou direcionar um pouquinho, então, dessas transformações que eu acredito que sejam cultura para o meio artístico é... pensando em... na transformação que a gente obtém, que o homem faz e partindo de que ele produz arte, nesse sentido. Dentre essas vou falar da música, é claro, mas também, do teatro, da dança, artes plásticas, enfim, pensando em um viés artístico. Como vou fazer essa referência com a universidade, posso pensar, digo, é...é... vou pensar então talvez em nós acadêmicos em relação à arte em si. Que eu acho que então, o

que eu entendo pela cultura na universidade é o movimento entre não só acadêmicos, mas também coordenadores, funcionários, professores e alunos promovendo esse movimento de arte (aluna do 4º ano do curso de Música-Licenciatura em Educação Musical, 2011).

É a partir dessa convivência entre os diversos segmentos constituídos na universidade que os alunos mostram seu entendimento sobre as transformações que podem ocorrer na sua formação durante o período em que passam pela instituição. Para eles, a cultura é uma construção do saber científico a partir do saber advindo de cada um, mas eles não têm um entendimento amplo sobre formação cultural. Mesmo para os universitários a cultura ainda não é apreendida como direito, ficando visível a dicotomia entre o popular e o erudito. Os interesses mercadológicos acabam por dificultar a consciência do que seja cultura na vida de cada um. Dessa forma, ao chegar à universidade o aluno sente-se num mundo muito diferente daquele a que ele estava acostumado e os novos conhecimentos o levam a uma viagem que ao mesmo tempo o ajuda e pode distanciá-lo da sua identidade. Ele chega com determinado capital cultural⁶, e se na universidade não encontrar vazão e aprofundamento esse conhecimento pode diluir-se e se perder no emaranhado das novas influências científicas, criando um hiato entre a sua cultura e a cultura universitária. Para evitar isto, a universidade precisa desenvolver com excelência o campo cultural, para que, ao trabalhar com a diversidade de seu público, colabore com a comunidade acadêmica e a externa, propiciando um sentimento de pertença que possibilita um novo olhar do aluno ao se formar e voltar seu conhecimento para a sociedade, seja no campo artístico ou não. Com essa visão o aluno de Licenciatura em Artes Cênicas defende que o conhecimento cultural se constrói a partir da troca de informações entre as várias manifestações artísticas, de forma que o conhecimento vá além do científico.

Cultura... acredito que seja toda manifestação popular, que gera por meio da dança, do teatro, da música, da capoeira que a universidade vem oferecer para o aluno; conhecimento que ele possa trocar informações. Se ele já é do meio ele vai poder passar a participar desse grupo, se ele não é e tem curiosidade ele pode entrar começar do início e se tornar membro do grupo. Pra que então... Ele não se forma simplesmente no seu curso, mas sim saia com conhecimento cultural que ele vai poder levar pra vida posteriormente (aluno do 1º ano do curso de Licenciatura em Artes Cênicas, 2011).

⁶ Capital Cultural – conjunto dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos. Sob o aspecto dos programas de política cultural podem ser analisada sob o ponto de vista da produção (política cultural propriamente dita), e do consumo (ação cultural), definição segundo Teixeira Coelho (1997, p. 86).

O depoimento do aluno do curso de Licenciatura em Artes Cênicas entende as manifestações populares nas atividades artísticas são importantes para a cultura geral do futuro profissional que a universidade prepara, independentemente de já ter ou não conhecido as manifestações artísticas.

Perguntou-se aos alunos o que eles consideravam uma política de cultura. As respostas, de certa maneira, reafirmam a política de cultura com um conjunto de ações que possibilitarão maior ou menor participação em atividades artísticas e na construção do conhecimento.

Política de cultura (risos)... Hum, essa é difícil, heim (mais risos). A meu ver a política seria a maneira de como abordar a cultura. Até porque se você considera cultura meramente apresentações musicais a política vai ser diferente. A partir do momento que você vê a cultura como um todo, o impacto que ela tem sobre a vida acadêmica, sobre a vida da cidade mesmo, a partir da universidade, essa política tende a mudar. Você vai trabalhar tudo que acontece na universidade de uma maneira diferente, uma maneira mais efetiva, que os alunos possam interagir mais, sabe! Eu imagino algo assim (aluno do 1º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEM, 2011).

É perceptível o início do processo reflexivo em relação à política de cultura dentro de uma instituição de ensino superior, pois o aluno pontua questões que nos convidam a um debate mais profícuo. Há um entendimento de que a política de cultura realmente pode ampliar os horizontes da universidade e de sua comunidade para além da prática dos eventos.

Dentro da instituição eu acredito que seja toda forma de incentivo que a própria instituição possa oferecer, seja coisas básicas como ceder o espaço, ceder local, horário, seja então com verba. Tá acontecendo agora o festival “Maio no Palco”⁷, então tem todo um preparo, tanto da organização do teatro quanto da universidade... É cedendo o espaço, então eu acredito que a cultura, o incentivo à cultura dentro da instituição seria exatamente todo o apoio, seja ele técnico, seja ele científico e teórico também, trazendo pessoas capacitadas para oferecer palestra, todo um conhecimento (aluno do 1º ano do curso de Licenciatura em Artes Cênicas, 2011).

Percebe-se que o jovem universitário tem se mostrado sedento por transformações e, com a implantação de diversos cursos na área artística, é maior a possibilidade de mudanças no tocante à política pública de cultura para as IESs, proporcionando às universidades – no caso, a UEM - uma postura mais crítica.

⁷ Mostra Cultural que apresenta os espetáculos dos grupos ligados a Diretoria de Cultura e grupos convidados pelo órgão a participar, acontece durante o mês de maio, no Oficina de Teatro da UEM.

A terceira indagação junto aos alunos quis saber se eles identificam na Universidade Estadual de Maringá uma política de cultura. Nessa questão são perceptíveis diferenças nítidas entre os cursos ligados ao campo artístico e os demais. A aluna do 5º ano de Arquitetura e Urbanismo registra em seu depoimento que não percebe um planejamento estruturado nas questões culturais.

Olha... Eu não consigo identificar uma cultura, uma política de cultura na universidade. Eu acho que os eventos que aqui ocorrem às vezes pra promoção da universidade, ou porque o DCE – que é o diretório dos estudantes, propõe isso pra convivência, mas como política eu não vejo acontecendo; pode haver, mas eu acho que não fica claro pra quem faz parte da comunidade universitária (aluna do 5º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEM, 2011).

Já o aluno de Arquitetura e Urbanismo que acaba de entrar na universidade percebe uma política de cursos e eventos, mas ainda para um reduzido público, o que mostra a necessidade de ampliá-la para toda a universidade.

Na universidade, especificamente aqui... hum...bem, eu acho. A política de cultura que se observa realmente ligada ao campo de música, cinema. Ligadas sempre a projetos de extensão dos cursos, como por exemplo, CINEUEM⁸, apresentações do curso de música, mas sempre restritos. Você acaba tendo um pequeno nicho criado de apropriação dessa cultura e isso acaba não se abrindo muito. Pelo menos é o que eu observo um pouco na UEM, especificamente. Isso poderia mudar em minha opinião. [...] Essa visão um pouco restrita do que é cultura, do que é repetida aqui na UEM. Essa é a ideia que eu tenho (aluno do 1º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEM, 2011).

Em seu depoimento a aluna do curso de música expressa o desejo de uma ação mais ampliada no campo da política cultural. Acredita que a universidade não pode se fixar na prática de eventos culturais, embora os considere importantes, mas salienta que só essa ação não basta, sendo necessária uma prática transformadora que venha de cada um, no seu interior. Acredita na força da participação das pessoas, na diversidade de pensamentos para uma transformação maior e mais profunda.

⁸ CINEUEM – Projeto de Extensão vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, que apresenta a projeção de uma película acompanhada de debates ao final da sessão. É realizada toda quinta-feira no horário das 18horas e 30 minutos.

É...bom... o que bem grosseiramente vamos dizer que a gente preocupa além (pausa) da divulgação, de incentivo, de financiamento, enfim diante desses aspectos que eu acho que estão todos envolvidos, talvez na minha percepção de enxergar, identifico algumas ações desta política, seja ela como uma apresentação de teatro que tenha no Teatro Oficina seja num recital ao meio-dia que tenha aqui no bloco de música, uma “calourada” que sei lá que o DCE possa fazer, mas que esteja relacionado com essas transformações e manifestações, é que seriam ações que eu percebo realizada por acadêmicos ou por pessoas hierarquicamente dentro da universidade, sejam professores, sejam coordenadores, não sei. Exponham isso pra nós aqui na universidade. Me atento a certamente à política de cultura também, tentando não entrar num senso comum – de a cultura ser só essa banda que vai vim tocar ou vai ter um festival. Então tá tendo cultura ali, não nesse sentido... Eu quero dizer também, citei essas porque é senso comum, nós conhecemos, nós vemos isso, temos divulgação a respeito disso, mas também que não adianta que seja só isso. Seria uma política de cultura pra mim é totalmente relacionada a nós que aqui estamos e a possibilidades intelectuais que abarcam a partir dessa cultura que então disse anteriormente. Então não vou limitar que cultura é só um recital de música ou só uma apresentação de teatro. Não que isso seja só, que eu acho que isso é muita coisa, sim, mas pensando em arte, em produzir arte. Nessa produção, nessa possibilidade, das pessoas que o fazem, nas pessoas que assistem... nas pessoas que participam, que mobilizam para que essas coisas aconteçam, vai gerar um ambiente que eu acho que... produz arte, produz consequentemente a cultura, a nossa cultura. E... essas coisas que citei entre recitais, *shows*, acredito que são os aspectos que saltam aos nossos olhos, mas que é muito mais do que isto. A universidade para alguns alunos também é uma política que a gente também constrói e que eu também posso ajudar a construir. Não deixar só o coordenador da DCU por exemplo, fazer isso. Acho que é isso (aluna do 4º ano do curso de Música - Licenciatura em Educação Musical, 2011).

A aluna “caloura” do curso de Direito vê a política de cultura da UEM vinculada às habilidades artísticas e ao talento dos alunos, representados pelos eventos promovidos nos cursos, normalmente ações provenientes de projetos de eventos dos departamentos, e/ou desenvolvidos pelos centros acadêmicos dos cursos.

Acredito que um bom exemplo de política de cultura na universidade foi a “Noite Cultural” realizada pelo curso de Direito no último mês (agosto). Foi cedido um espaço e muito incentivo para que os alunos apresentassem qualquer tipo de habilidade. Fornecer uma base e influenciar os alunos é essencial para manter a riqueza cultural e fazê-la ser reconhecida e admirada pelos outros alunos (aluna do 1º ano do curso de Direito, 2011).

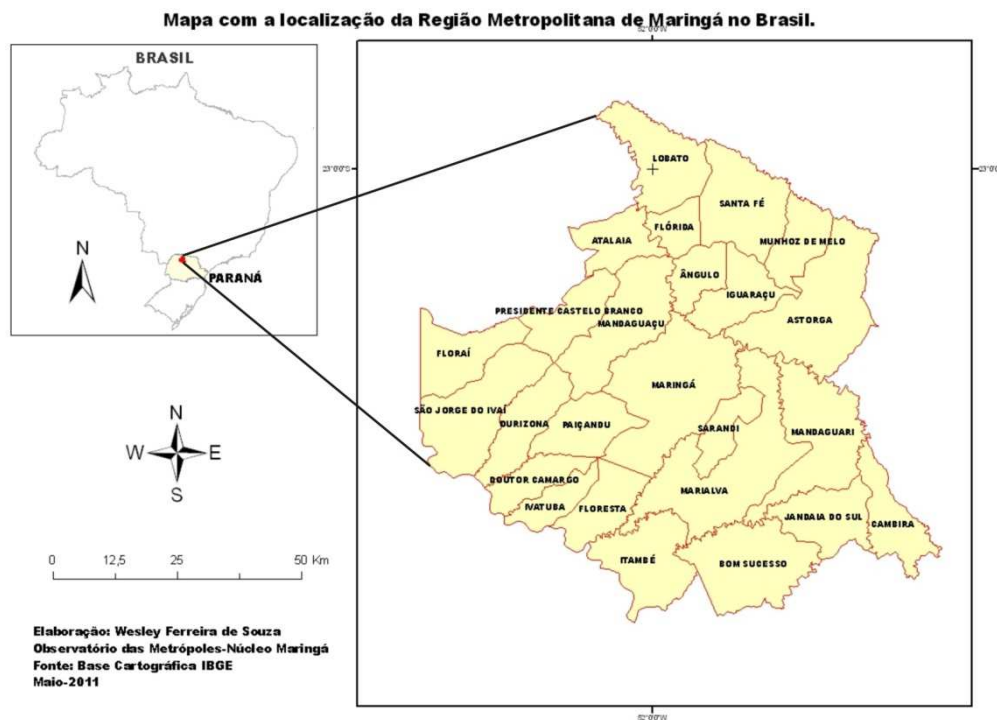
Como o depoimento dos alunos se baseou em alguns cursos oferecidos no *campus*-sede, não temos uma mostra significativa da opinião dos estudantes e os depoimentos colhidos indicam uma carência do debate de políticas públicas com os jovens universitários.

Conquanto as universidades tenham participado da construção do Plano Nacional de Cultura, em suas diretrizes gerais elas ainda não mantêm uma prática de reflexão com seus alunos, pois nem a própria universidade tem se apropriado dessa discussão de maneira intensa. O panorama da política pública de cultura na universidade se evidenciou como apenas um conjunto de eventos desenvolvidos pelo órgão responsável pela cultura – DCU - e pelos diversos departamentos dos cursos de graduação e pós-graduação, acrescidos de propostas pelo DCE – Diretório Central dos Estudantes e alguns centros acadêmicos, ainda assim de forma precária. Como a cultura está vinculada à extensão, no próximo ponto o estudo se concentrará na Região Metropolitana de Maringá, que se encontra no raio de atuação da Universidade Estadual de Maringá

4.3 COLETA DE DADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

A Região Metropolitana de Maringá (RMM), hoje composta por 25 municípios que totalizam uma área territorial de 5.227 km² com uma população de 690.324 habitantes (IBGE, 2010), foi criada em 1998, pela Lei Estadual n.º 83/98, inicialmente com oito municípios (Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaçu e Ângulo). No ano de 2002, através de Lei Complementar de n.º 13/565-2002, o município de Floresta passou a compor a RMM, e três anos mais tarde mais uma vez a RMM foi ampliada por meio do Projeto de Lei Complementar n.º 110/2005, passando a incluir os municípios de Doutor Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé. No ano de 2010 a Lei Complementar N.º 127/2010, de 17 de fevereiro de 2010, acrescentou à RMM mais doze municípios: Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí.

Mapa 1- Localização da Região Metropolitana de Maringá



Fonte: IBGE – Base Cartográfica – Observatório das Metrôpoles – Maringá – 2011

Segundo Rodrigues e Tonella (2010), na década de 2000 a Rede Observatório das Metrôpoles (UFRJ/IPPUR) realizou para o Ministério das Cidades uma pesquisa para estabelecer uma divisão por categoria na classificação das regiões metropolitanas. Foram determinadas quatro categorias como metropolitanas e duas categorias como espaços não metropolitanos, vindo ao encontro de pesquisas realizadas pelo IPEA (2000) que já classificavam Londrina e Maringá como “aglomerações urbanas”, e não como regiões metropolitanas.

[...] categoria 1 – RM de São Paulo; categoria 2 – RM do Rio de Janeiro; categoria 3 – RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza; categoria 4 – RMs de Campinas, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis, assim como Manaus. [...] categoria 5 – RMs de Natal, Londrina, São Luís, Maceió, João Pessoa, Baixada Santista, Norte/Nordeste Catarinense, Aracaju, Cuiabá e Campo Grande; categoria 6 – Teresina, Vale do Aço, Maringá, Foz do Itajaí, Carbonífera, Porto Velho, Macapá, Rio Branco, Palmas, Boa Vista e Tubarão (RODRIGUES; TONELLA. 2010, p.11-12).

Mesmo sem estar classificada no âmbito federal como região metropolitana, Maringá, por determinação do governo estadual, é mantida como tal e isso se dá em razão do

crescimento demográfico nas metrópoles do país propiciando que as novas aglomerações urbanas se apresentem como pólo de imigrantes, ainda segundo Rodrigues e Tonella (2010) Maringá se mantém na categoria seis devido aos seguintes indicadores:

[...] população estimada em 2004 (539.076); número de agências bancárias/2003 (54); total de operações financeiras em 2003 (R\$1.654.851.253); massa de rendimento mensal em 2000 (R\$178.926.723); total de empregos formais em atividades de ponta/2002 (6.535); total de passageiros/tráfego aéreo em 2003 (173.368); total de sedes das 500 maiores empresas brasileiras, em 2004 (uma) (RODRIGUES; TONELLA, 2010, p.12).

Maringá, desde sua fundação foi planejada para ser uma cidade pólo, mas ainda assim não se caracterizava como uma região metropolitana. Sua posição geográfica acabou sendo mais determinante do que possíveis características de metrópole. Mota (2010, p.41) relata que o fato de a cidade estar “situada entre a mesorregião norte-central paranaense e a microrregião geográfica de Maringá, conforme a regionalização do IBGE (1990)” ampliava suas possibilidades de centralidade em relação aos demais municípios; mas na realidade a região metropolitana de Maringá sempre se apresentou como um arranjo institucional em que prevaleceram os interesses políticos, até porque acreditavam os prefeitos dos pequenos municípios que ao pertencerem à RMM poderiam captar indústrias e recursos para suas cidades, como nos mostra Mota (2010).

Com aprovação da Lei Complementar nº 110/2005, foram incorporados os municípios de Astorga, Ivatuba, Itambé e Doutor Camargo à RMM. O primeiro possuía 23.637 habitantes (IBGE, 2000), enquanto os outros três municípios juntos, totalizavam 14.519 habitantes (IBGE, 2000). A incorporação destes municípios transformou-se em motivo de ironia e sátira por parte da maioria da população, principalmente da comunidade acadêmica, pelo fato de a RMM estar quase chegando ao rio Paranapanema, na divisa do Estado do Paraná. Contudo é motivo de grande esperança e entusiasmo por parte de prefeitos destes municípios, pois **creem** que, pelo fato de pertencerem à ‘Região Metropolitana’, suas cidades, como Ângulo, que contava com 2.840 habitantes, Iguaraçu, com 3.598 habitantes, Ivatuba, com 2.796 habitantes (IBGE, 2000), passarão a **atrair indústrias**. Outros veem a oportunidade de empréstimos diretos das agências internacionais (MOTA, 2010, p. 54).

A partir do fato de a cidade se apresentar como centro de duas regiões administrativamente diferentes - a Região Metropolitana de Maringá (RMM) e a Associação dos Municípios do Setentrião do Paraná (AMUSEP) -, somado à sua importância como cidade polo também no Ensino Superior, é que resolvemos buscar informações junto aos gestores

municipais sobre a condição da cultura em cada município. Entre a RMM e a AMUSEP a diferença de municípios é representada pelas seguintes cidades: da AMUSEP - Colorado, Itaguajé, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Paranacity, Santo Inácio, Santa Inês, Uniflor; da RMM - Cambira e Jandaia do Sul.

Mapa 2- Mapa da regional da AMUSEP

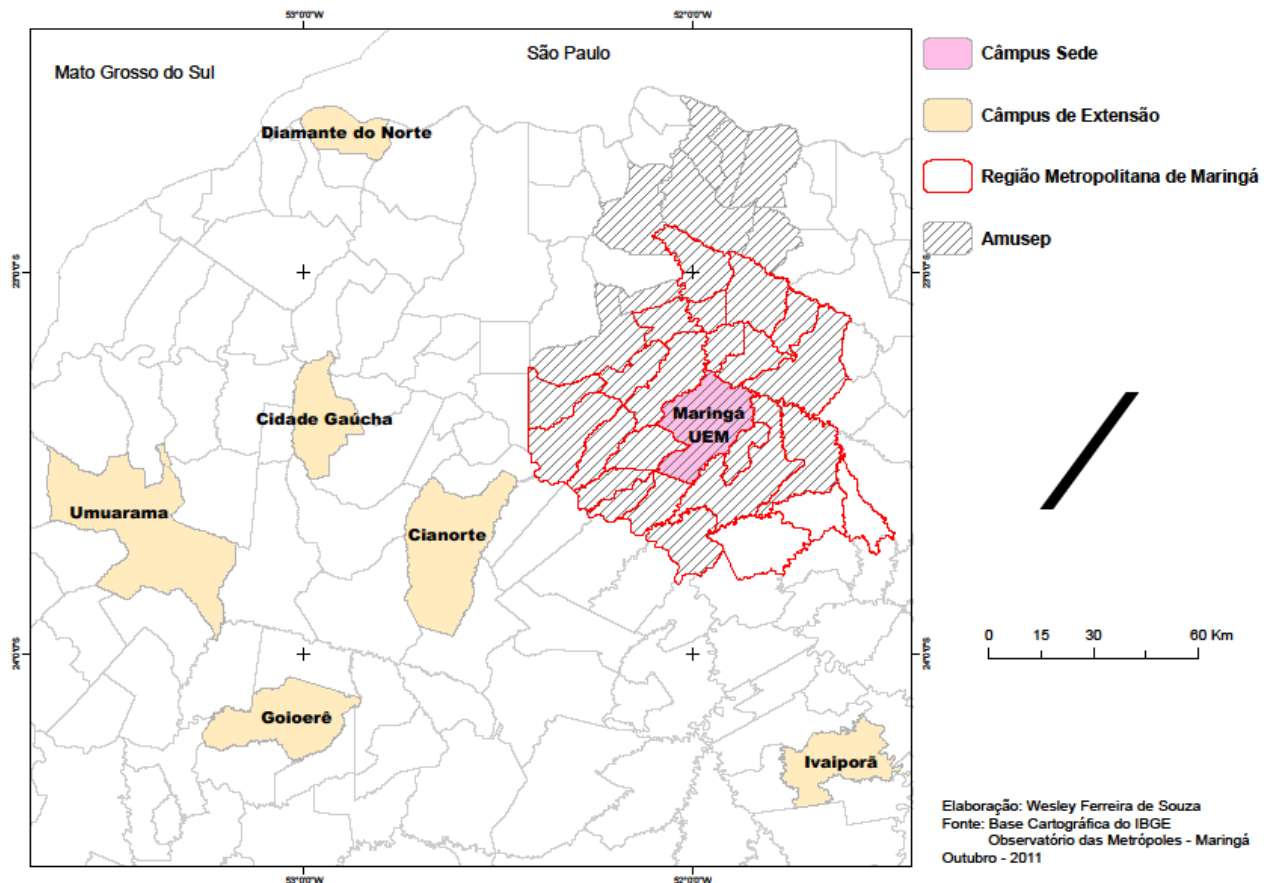


Fonte: Site a Amusep (www.amusep.com.br).

A Universidade Estadual de Maringá é da maior importância para a RMM, inclusive por seus vários *campi*, situados nos municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama. Como os *campi* de extensão não estão localizados nem no âmbito territorial da RMM nem no da AMUSEP, foi necessário um recorte para o estudo. Por outro lado, haveria pouco tempo para pesquisar trinta municípios, e no outro extremo, pesquisar apenas sete municípios talvez não atingisse resultados significativos, enquanto essa abordagem poderia desenhar um panorama mais diversificado do PNC em relação à UEM;

além disto, o núcleo de Maringá do Observatório das Metrôpoles faz um acompanhamento desses municípios no sentido de pensar políticas metropolitanas de desenvolvimento. Neste contexto, como talvez não chegássemos a uma representação substancial, resolvemos pesquisar os vinte e cinco municípios da RMM.

Mapa 3 - Mapa dos Campi de Extensão da Universidade Estadual de Maringá



Fonte: IBGE – Base Cartográfica - Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá. 2011

Através do levantamento de dados e de consulta ao *site* do Ministério da Cultura foram localizadas pesquisas realizadas pelo IBGE (2003, 2004 e 2005) publicadas no ano de 2006 nas quais pela primeira vez o objetivo foi criar indicadores culturais que pudessem ajudar na elaboração de políticas públicas para a área. Assim, o IBGE firmou convênio com o Ministério da Cultura de forma a possibilitar a delimitação da pesquisa, determinando conceitos e metodologia para uma área sobre a qual ainda não se tinha nenhum levantamento. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC⁹ gerou então um Suplemento Especial na área da cultura, pesquisando os itens relatados abaixo:

⁹ MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais, levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura,

Os resultados ora selecionados estão agregados por faixas de tamanho populacional dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação, e abrangem informações sobre o órgão gestor da cultura nas municipalidades; condições de sua infraestrutura para o cumprimento da função; recursos humanos e orçamentários da Função Cultura da administração municipal; instrumentos de gestão utilizados; legislação específica sobre o tema; existência e funcionamento de Conselhos, Fundos e Fundações Municipais de Cultura; atividades artísticas e artesanais desenvolvidas, nas suas mais diversas manifestações, apoiadas ou não pelo poder local; e meios de comunicação e equipamentos culturais existentes nessas localidades.

Tais estatísticas, organizadas em textos analíticos sobre os temas abordados e em um conjunto de tabelas, gráficos e cartogramas, somam-se a outras iniciativas da Instituição com vistas à construção de um sistema de indicadores sobre a cultura no País e contribuem para o planejamento de políticas e estratégias orientadas para a melhoria da qualidade de vida da população, através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas (IBGE, 2006).

Como a análise desse suplemento especial foi feita por regiões e seus resultados foram apresentados por estados, não havia condições de precisar os dados por município. Além disso seria possível vislumbrar uma atualização dos números em relação ao ano da execução da pesquisa pelo IBGE. Por isso na metodologia de coleta de dados para esse estudo, em relação à Região Metropolitana de Maringá, decidimos utilizar como eixo algumas questões do questionário do IBGE, o que facilitou a comparação pelo menos entre os resultados do Estado do Paraná.

O questionário foi dividido em quatro eixos principais: 1 – Local da Cultura, dividido nos aspectos: organograma da prefeitura, infraestrutura física e equipamentos, categoria da equipe de recursos humanos e o respectivo nível de escolarização; 2 – Recursos Financeiros, subdividido nos aspectos orçamento, média de gastos com o setor e o percentual da cultura no orçamento da prefeitura; 3 – Legislação, em que se perguntou se o município tinha legislação própria para o setor cultural, quais os objetivos da pasta e o que o Sistema Nacional de Cultura exigia que se conhecesse sobre a legislação federal e estadual. ; e o 4) – Capacitação aos Municípios, que buscou saber quais os cursos oferecidos à população, as atividades culturais desenvolvidas, os grupos artísticos pertencentes à cidade, as características do artesanato local e a os equipamentos culturais e de meios de comunicação de que o município dispunha. Definido o questionário (em anexo), o próximo passo foi levantar os responsáveis

compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. Os dados estatísticos e cadastrais que ora compõem sua base de informações constituem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo das cidades brasileiras. Tais indicadores expressam, de forma clara e objetiva, não só a oferta e a qualidade dos serviços públicos locais como também a capacidade dos gestores municipais em atender às populações (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic>).

pela área da cultura nos vinte e cinco municípios da RMM, item em que encontramos dificuldade nos municípios de Ângulo, Bom Sucesso e Jandaia do Sul, nos quais não existe um representante legal na área.

A ordenação das visitas foi determinada pela localização geográfica, pois isto facilitaria aproveitar o preenchimento dos questionários. Seguindo esse critério, agendamos três municípios por dia de visita (4 horas/dia). Essa conduta foi definida em comum acordo com o setor de Garagem da UEM, criando um melhor aproveitamento de tempo e recursos financeiros em relação aos custos com combustíveis e hora/trabalho do motorista.

Após as primeiras definições dos procedimentos metodológicos as visitas foram agendadas por meio telefônico e sempre buscamos falar com a pessoa encarregada da gestão cultural no município. Muitas vezes foi necessária mais de uma ligação até chegar a essa pessoa. No município de Astorga, mesmo com agendamento efetuado previamente, não foi possível falar com a pessoa responsável pela pasta, por isso o questionário foi respondido por um funcionário mais antigo e uma funcionária (secretária) do setor. Segue em anexo o cronograma de visitas, salientando-se que a visita ao município de Maringá não pôde ser realizada no dia 06 de maio de 2011, pois, em razão dos festejos de aniversário da cidade, a visita requereria uma agenda extra de atividades para a secretária de Cultura. Os municípios no entorno de Maringá foram escolhidos para serem visitados nas últimas datas devido ao seu maior contingente populacional e à sua proximidade geográfica, fatores que exigiriam um tempo maior para o preenchimento do questionário.

Ao sair para as primeiras visitas havia uma definição prévia no sentido de que o questionário fosse preenchido pela pesquisadora, mas logo ao chegar à cidade de Ângulo nos perguntaram se não poderíamos deixar o questionário e voltar em outro momento para buscar o instrumento da coleta de dados. O gestor tinha certo receio de que estivéssemos como fiscais, correndo o risco de ser visto como inoperante. Só depois de dar todos os esclarecimentos a respeito da pesquisa e de explicar que aquele instrumento não previa nenhum compromisso do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, nem da Universidade Estadual de Maringá, de levar capacitação ou recursos para essa área e muito menos de registrar que o município estava certo ou errado com determinadas decisões é que iniciamos o questionário. Esse exemplo nos orientou sobre como nos apresentar nos demais locais.

Desta maneira passamos a esclarecer todos os pontos que pudessem motivar algum tipo de dúvida ou expectativa ao gestor para depois iniciarmos os procedimentos de preenchimento do questionário.

Vale ressaltar que encontramos municípios bastante disponíveis no atendimento às questões levantadas com as perguntas. O município de Santa Fé que fez questão que fôssemos no dia em que estaria ocorrendo uma mostra cultural na cidade, assim tivemos a oportunidade de presenciar a relação entre a cultura e os munícipes. A percepção que tivemos na maioria das cidades visitadas foi de colaboração e de desejo de conhecer e ampliar a área cultural.

Ficou-nos bem claro o sentimento de distanciamento das ações que são desenvolvidas nas pequenas cidades em relação aos maiores municípios. Muitas vezes os gestores se sentem impotentes diante do isolamento a que são submetidos, da falta de recursos e de prioridade da cultura da administração municipal e do distanciamento dos órgãos estaduais e federais do campo da cultura. O que se percebe em linhas gerais é que a maior parte das pessoas que estão à frente da pasta da cultura nos municípios estiveram anteriormente vinculadas a alguma atividade artística. Somente em dois ou três casos essas pastas estão sob a responsabilidade de profissionais distantes da área.

No eixo recursos financeiros, presente no questionário, o objetivo foi obter a média de gastos com a cultura no ano anterior (2010). Como mecanismo de orientação e/ou informação foi pesquisado junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, mais precisamente nos Cadernos Municipais - campo específico “gastos com a função cultura em 2009”, o montante declarado pelos gestores dos vinte e cinco municípios da RMM. O mais curioso é que essa informação acabou sendo fornecida pela pesquisadora à maioria das pessoas contatadas para o preenchimento dos questionários. Foi perceptível a falta de conhecimento nessa área por parte dos gestores culturais. Este fato reafirma a necessidade de políticas públicas que possam garantir não só o acesso e a fruição da cultura, mas também garantir recursos orçamentais para essa área que possibilitem ações, projetos e programas que garantam a manutenção e o desenvolvimento da área cultural como direito, como política de Estado, e não programa de governo.

O resultado da coleta de dados corresponde às informações fornecidas pelos entrevistados de cada município da Região Metropolitana de Maringá. Em algumas cidades não foi o responsável pelo setor quem atendeu o pesquisador, como já explicitado anteriormente, ficando a cargo dos municípios a veracidade de alguns dados.

Na tabela 4 estão apresentados os recursos gastos na área da cultura que eram do conhecimento dos entrevistados, os, quais, em alguns casos, não têm autonomia no planejamento financeiro, mas apenas na execução das ações desenvolvidas na cidade. Outra situação está relacionada com a posição da cultura no organograma. Quando ela está ligada a outra secretaria aumenta o desconhecimento dos recursos financeiros para o setor e o

orçamento acaba não sendo realizado de forma ampla e com a participação de profissionais com conhecimentos específicos na área.

Tabela 4 - Média de gastos com a cultura em 2010

Municípios	Orçamento Próprio		Média de gastos em R\$	Percentual do Orçamento Geral
	Sim	Não		
Ângulo		x	n/s	n/s
Astorga			n/s	n/s
Atalaia	x		84.011,15	1%
Bom Sucesso		x	n/s	n/s
Cambira		x	n/s	n/s
Doutor Camargo		x	15.000,00	n/s
Floraí		x	15.000,00	n/s
Floresta		x	n/s	n/s
Florida		x	n/i	n/i
Iguaraçu	x		100.000,00	0,7%
Itambé		x	70.000,00	n/s
Ivatuba		x	49.000,00	n/s
Jandaia do Sul	x		400.000,00	2%
Lobato		x	194.038,48	n/s
Mandaguaçu		x	150.000,00	n/i
Mandaguari	x		400.000,00	1%
Marialva		x	300.000,00	n/s
Maringá	x		5.350.000,00	0,81%
Munhoz de Mello		x	95.000,00	n/s
Ourizona		x	n/s	n/s
Paiçandu		x	59.000,00	n/s
Pres.Castelo Branco		x	60.000,00	n/s
Santa Fé		x	n/s	n/s
São Jorge do Ivaí		x	n/i	n/i
Sarandi		x	220.000,00	n/s

Legenda: n/s – não sabe n/i – não informou

Fonte: Autor

Lembramos que os dados fornecidos nessa tabela respeitam a informação fornecida pelos gestores que responderam o questionário e foi opção da pesquisadora manter a informação do pesquisado sem a confrontação com os dados oficiais do Estado justamente

para exemplificar o distanciamento que os gestores municipais enfrentam em administrar a pasta.

4.3.1 Resultados

A figura mostra o resultado da coleta de dados junto aos gestores municipais no âmbito da cultura na RMM, Esses dados representam a realidade de pequenos municípios que tem na cidade polo – Maringá - referência em diversos campos como se vê abaixo.

Tabela 5- População e área dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá.

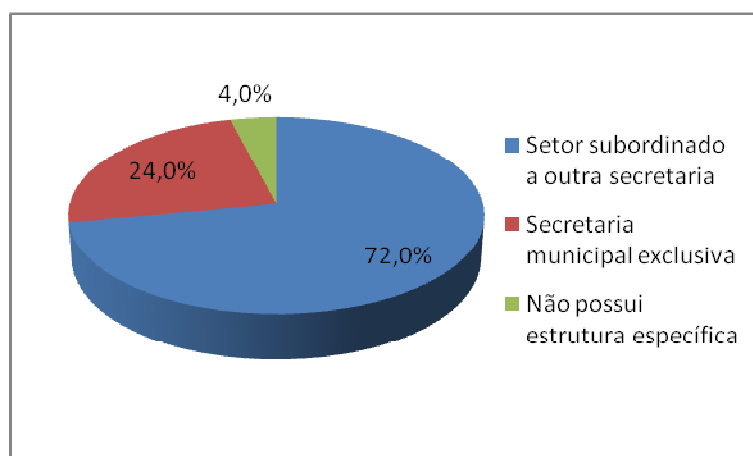
Município	População	Percentual (%)	Área	Percentual (%)
Ângulo	2.861	0,4%	106	1,9%
Astorga	24.705	3,6%	435	7,9%
Atalaia	3.913	0,6%	138	2,5%
Bom Sucesso	6.568	1,0%	323	5,8%
Cambira	7.236	1,0%	163	2,9%
Doutor Camargo	5.829	0,8%	118	2,1%
Floraí	5.050	0,7%	191	3,5%
Floresta	5.921	0,9%	158	2,9%
Florida	2.540	0,4%	83	1,5%
Iguaraçu	3.992	0,6%	165	3,0%
Itambé	5.977	0,9%	244	4,4%
Ivatuba	3.008	0,4%	97	1,8%
Jandaia do Sul	20.283	2,9%	138	2,5%
Lobato	4.392	0,6%	241	4,4%
Mandaguacu	19.784	2,9%	294	5,3%
Mandaguari	32.669	4,7%	336	6,1%
Marialva	31.959	4,6%	476	8,6%
Maringá	357.077	51,7%	488	8,8%
Munhoz de Mello	3.678	0,5%	137	2,5%
Ourizona	3.380	0,5%	176	3,2%
Paiçandu	35.936	5,2%	171	3,1%
Pres.Castelo Branco	4.775	0,7%	156	2,8%
Santa Fé	10.436	1,5%	276	5,0%
São Jorge do Ivaí	5.508	0,8%	315	5,7%
Sarandi	82.847	12,0%	103	1,9%
Total	690.324	100,0%	5.527	100,0%

Fonte: Autor

O município de Maringá é o que possui a maior população entre os municípios da região, chegando a 51,7% do total, seguido do município de Sarandi, com 12%. Com relação à área o município de Maringá também é o maior, com 8,8%, seguido de Marialva, com 8.6%. A Região Metropolitana de Maringá é composta de pequenos municípios, fator que poderia ser considerado uma facilidade para a implantação de ações participativas junto aos municípios, mas o que percebemos nessa coleta de dados foi justamente o oposto. Por serem municípios pequenos, o gestor municipal utiliza isso como fator de dificuldade para implementação de ações culturais, justificando a pouca arrecadação e falta de recursos para aplicação na cultura.

Vale ressaltar que as análises realizadas por meio dos gráficos que se seguem estão vinculados ao número de municípios que compõem a RMM e que totalizam hoje 25 cidades.

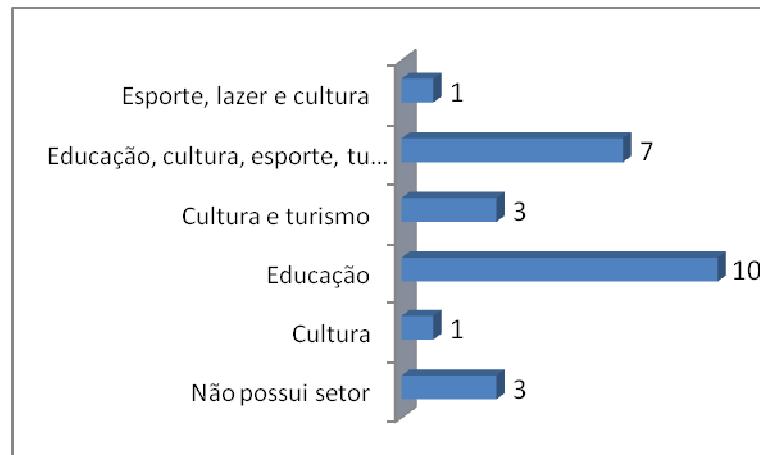
Figura 1- Existência de setores específicos para os assuntos da cultura nos municípios



Fonte: Autor

Os resultados da pesquisa indicam que 4% dos municípios ainda não possuem uma estrutura específica para os assuntos da cultura e que em 72% deles a cultura é subordinada a outra secretaria. Apenas 24% possuem secretaria exclusiva. Esses resultados apontam o pouco dinamismo dos setores culturais da RMM. A pesquisa do IBGE “Sistemas de Informações e Indicadores Sociais (2003)”, apresenta na tabela 28 – Despesa total com cultura do Governo Estadual, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação, mostra que em 2003 o Paraná empregou aproximadamente trinta e três milhões de reais que corresponde a 4,4% do total gasto pelas unidades da Federação, o que reafirma a falta de prioridade para o setor. E se formos analisar a importância que o estado do Paraná tem para a região sul, como também para o país, esse percentual é baixo comparado a participação de estados das regiões nordeste e norte respectivamente: Maranhão (4,6%), Bahia (10.6%), Amazonas (6.1%) e Pará (5,1%).

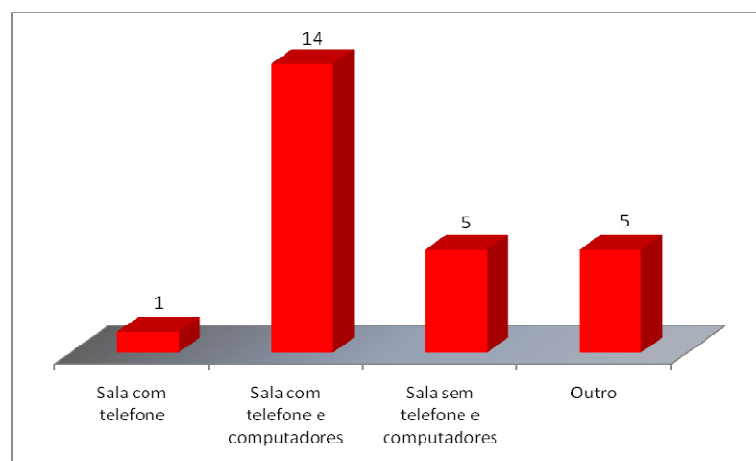
Figura 2 - Setores específicos nos municípios para os assuntos da cultura



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios pesquisados apenas um possui setor específico para a Cultura, nos demais a Cultura está ligada a outras secretarias. Na maioria dos municípios o setor da cultura está ligado com o da educação. É importante destacar que do universo dos vinte e cinco municípios três não possuem um órgão que trate das questões da cultura.

Figura 3 - Infraestrutura do órgão gestor para os assuntos da cultura nos municípios



Fonte: Autor

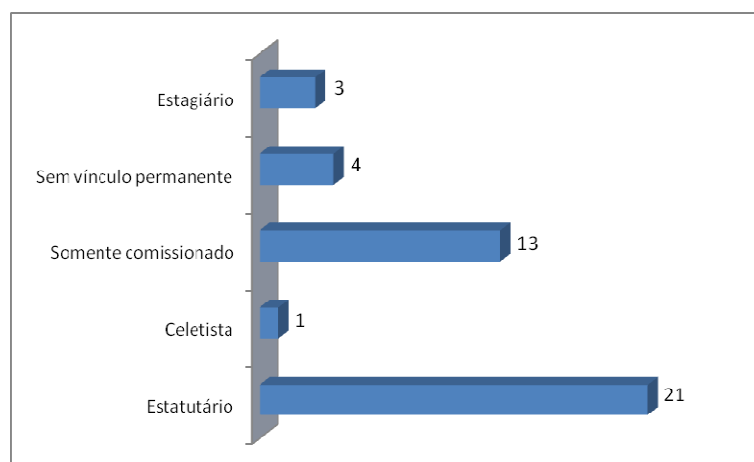
No tocante à infraestrutura dos vinte e cinco municípios pesquisados, um município possui sala com um telefone, e catorze possuem sala com telefone e computadores, e destes, nove têm sala com um computador, um com dois computadores, dois com quatro computadores, um com catorze computadores e um com quinze computadores. Dos cinco municípios que possuem sala sem telefone e computadores, quatro não possuem computadores e um possui apenas um computador. Os outros cinco municípios, classificados

como “outro”, não têm estrutura física específica, utilizando salas emprestadas, tendo muitas vezes somente uma mesa.

O gráfico da figura 3 mostra a falta de infraestrutura físico-administrativa para o setor cultural nos municípios da RMM. Os dois municípios que relatam ter catorze ou quinze computadores contaram com os equipamentos do Telecentro¹⁰ de suas cidades que estão diretamente ligados com o setor da cultural local.

A figura 4 nos demonstra a precariedade do setor se tomarmos como base a equipe de recursos humanos, que sempre se apresenta bem abaixo das necessidades reais da população. Considerando-se o total de municípios e o total de profissionais na área cultural percebe-se que muitos municípios têm somente um servidor para atender a comunidade.

Figura 4 - Categoria da equipe de recursos humanos

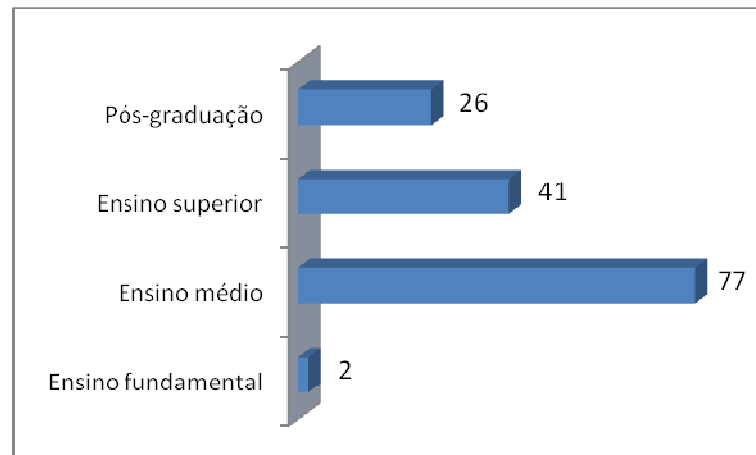


Fonte: Autor

No passado o quadro de servidores era constituído muito mais de funcionários como cargo comissionado do que de funcionário de carreira. Por outro lado, embora o número de comissionado ainda seja bem elevado, já existe uma nova política de recursos humanos para a cultura. Isso não significa que o maior número de servidores estatutários esteja ligado diretamente ao campo específico da cultura, mas pode ser um diferencial na questão do planejamento, elaboração e implementação de ações culturais enquanto organização de uma política pública.

¹⁰ O Programa Telecentros Paranavegar oferece inclusão digital a diversas comunidades do Estado através da disseminação do acesso público à internet e uso de correios eletrônicos. Para isso, são disponibilizados computadores com sistemas não proprietários, mais conhecidos como "softwares livres" e, também, Agentes Locais de Inclusão Digital que trabalham na capacitação da comunidade para o correto uso da tecnologia da informação. Disponível no site: < <http://www.seae.pr.gov.br>>. Acesso em 19 jun. 2012.

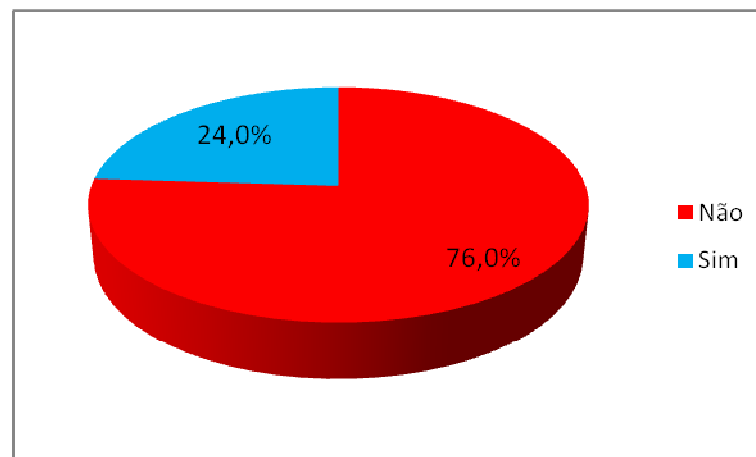
Figura 5- Nível de escolaridade da equipe de cultura no município



Fonte: Autor

Por outro lado, no tocante ao nível de formação, embora as equipes sejam extremamente pequenas e insuficientes para atender à demanda dos municípios, elas surpreendem pelo grau de formação escolar, que é melhor.

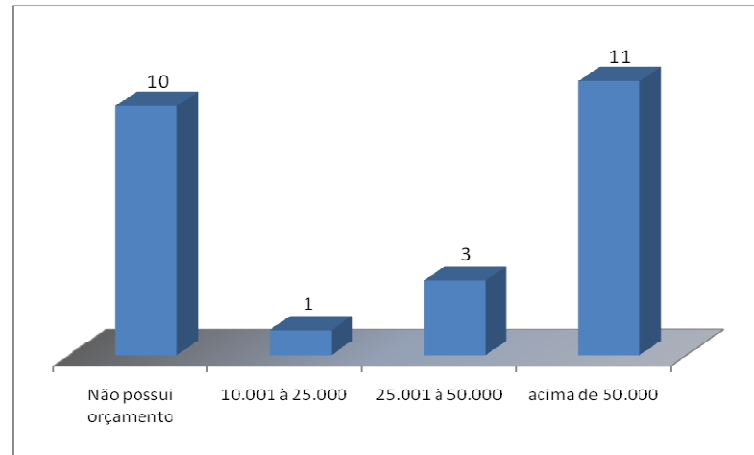
Figura 6 - Orçamento para o setor nos municípios



Fonte: Autor

Com relação aos recursos financeiros, 76% dos municípios não apresentam orçamento para o setor. Esse gráfico evidencia a falta de recursos para que uma política de cultura possa ser colocada em prática nos pequenos municípios, pois mesmo os municípios que prevêm em seu orçamento próprio recursos para o setor cultural, estes recursos são baixos, ficando aquém das necessidades dos programas e ações culturais previstos inclusive pelo PNC.

Figura 7 - Recursos dos municípios destinados à pasta da cultura



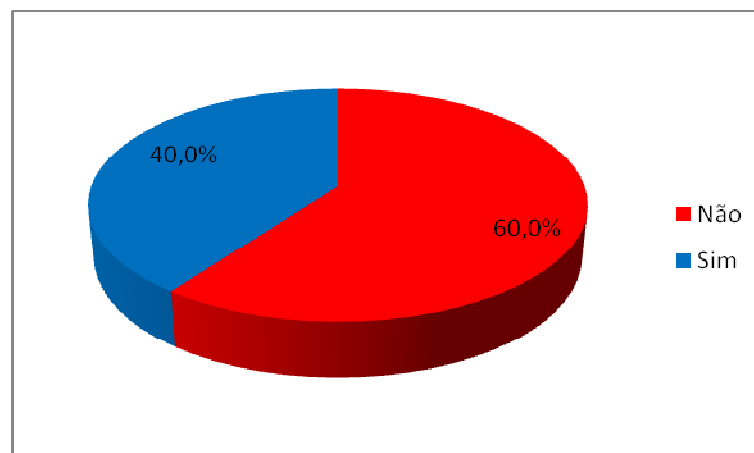
Fonte: Autor

Dos quinze municípios cujos orçamentos reservam recursos para a pasta da cultura, o município de Doutor Camargo é o que prevê os menores recursos financeiros: de R\$ 10.001 a R\$ 25.000. Com relação ao percentual do orçamento total do município destinado ao setor cultural, Iguaçu reserva 0.07% do orçamento, Maringá 0.81%. Atalaia e Mandaguari 1% e Jandaia do Sul destina ao setor 2% do orçamento.

Vale registrar que os 2% destinados por Jandaia do Sul ao setor cultural não constituem uma prática habitual, mas se devem às obras do Centro de Eventos que se encontra em construção com recursos do Ministério do Turismo, que exige uma contrapartida do município.

Nos municípios de Iguaçu, Atalaia e Mandaguari o gestor cultural vem fazendo um trabalho de conscientização junto ao prefeito no intuito de firmar ações que possam no futuro efetivar uma política de cultura.

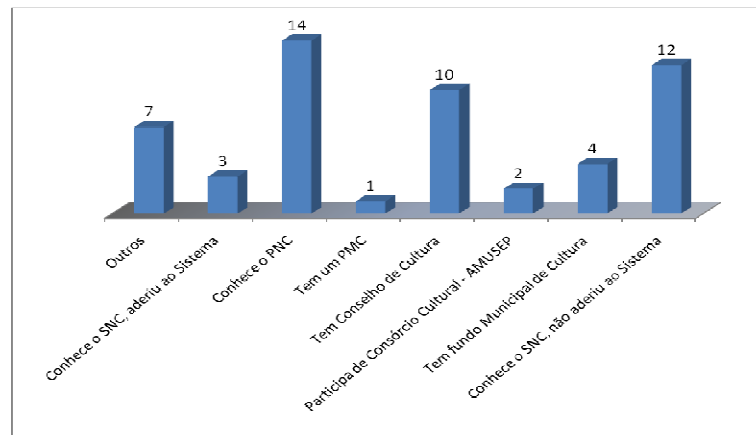
Figura 8 - Legislação própria para a área da cultura



Fonte: Autor

Quanto à legislação, 60% dos municípios não possuem legislação própria para a área de cultura. Foi perceptível na coleta dos dados a ignorância dos gestores culturais em perceber a importância de instrumentalizar a pasta da cultura com leis que garantam não só a questão de recursos para o setor, mas também a criação de canais que interliguem a cultura local com o Estado e a União.

Figura 9 - Legislação exigida pelo SNC (Sistema Nacional de Cultura)



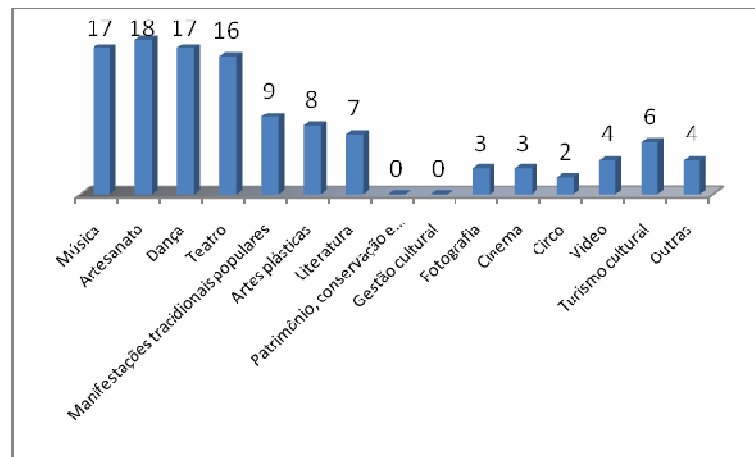
Fonte: Autor

No tocante à legislação exigida pelo SNC (Sistema Nacional de Cultura), apenas três municípios conhecem o sistema e aderiram a ele. Ao se consultar o blogs.cultura.gov.br essa informação não se confirma: na RMM somente a cidade de Maringá aderiu ao SNC, o que deixa clara a falta de informação dos gestores municipais no campo da legislação cultural. Na Região Sul 117 municípios aderiram ao SNC, dos quais trinta e um são do Paraná: Araucária, Cianorte, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Imbaú, Itaipulândia, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Maripá, Matelândia, Mercedes, Missal, Nova Esperança, Nova Santa Rosa, Palotina, Pato Bragado, Pinhais, Pitangueiras, Ponta Grossa, Porecatu, Quatro Barras, Quatro Pontes, Sabáudia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Inácio, São Miguel do Iguçu, Sertanópolis, Turvo e Vera Cruz do Oeste - conforme o documento “Acordo de Cooperação Federativa – Resumo Geral em 08/08/2011”, disponibilizado no blogs.cultura.gov.br.

Catorze municípios conhecem apenas o PNC (Plano Nacional de Cultura) superficialmente. Os entrevistados chegaram mesmo a comentar que participaram de alguns encontros organizados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, mas que nessas reuniões houve pouco detalhamento, dificultando assim um entendimento mais profundo das

reais vantagens e possíveis desvantagens do SNC. Pela falta de proximidade com o tema, consideraram o sistema muito burocrático, com exigência de muitos documentos. Dos dez municípios que têm conselho municipal de cultura poucos são os que mantêm o conselho atuante. O município de Maringá tem o Conselho de Cultura e o Fundo de Cultura, mas esses órgãos ainda estão muito longe de obter uma participação ativa da comunidade artística e da comunidade em geral. No item referente ao Consórcio Cultural evidencia-se uma compreensão equivocada das atividades desenvolvidas pelos secretários municipais de cultura no âmbito da AMUSEP: dois dos municípios que a integram afirmam participar de um consórcio, mas isto não é real, pois a AMUSEP não tem consolidado um consórcio cultural.

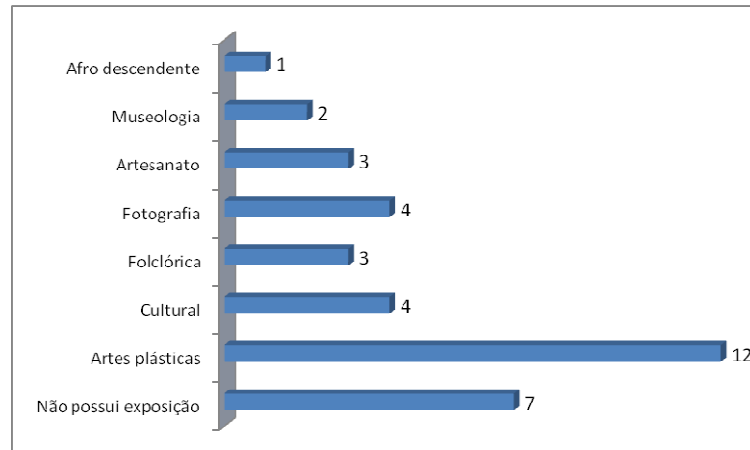
Figura 10 - Existência de escola, oficina ou curso regular de formação em atividades típicas de cultura



Fonte: Autor

Nenhum dos municípios possui escola, oficina ou curso regular de formação para patrimônio, conservação e restauração ou gestão cultural e somente os municípios de Floresta e Munhoz de Melo possuem atividades para circo. Assim, percebemos a fragilidade de determinadas ações no tocante ao ensino de algumas práticas culturais. A opção de maior alcance na grande maioria dos municípios recai sobre a música, artesanato, dança, teatro, e em segundo plano as manifestações tradicionais populares, artes plásticas e a literatura são as técnicas aplicadas nas oficinas oferecidas pelo setor da cultura dos municípios.

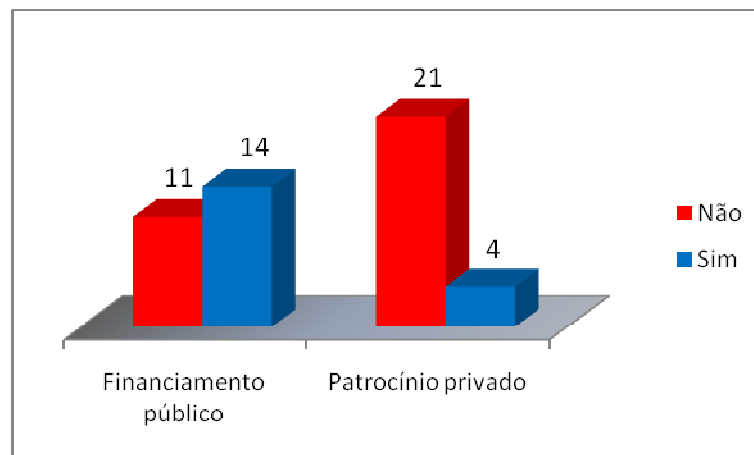
Figura 11 - Atividades culturais de Exposição – diversas



Fonte: Autor

Sete municípios não possuem atividades culturais de Exposição (diversas), e mesmo no campo do ensino as artes plásticas são desenvolvidas somente em oito municípios, como mostra a figura 10, e doze municípios organizam exposições de artes plásticas. Isso se deve ao fato de algumas localidades, além de contarem com os trabalhos regulares da escola (disciplina de artes plásticas) artistas plásticos organizam suas exposições individuais; mas estes não ministram cursos para a população, apenas fazem um trabalho individual

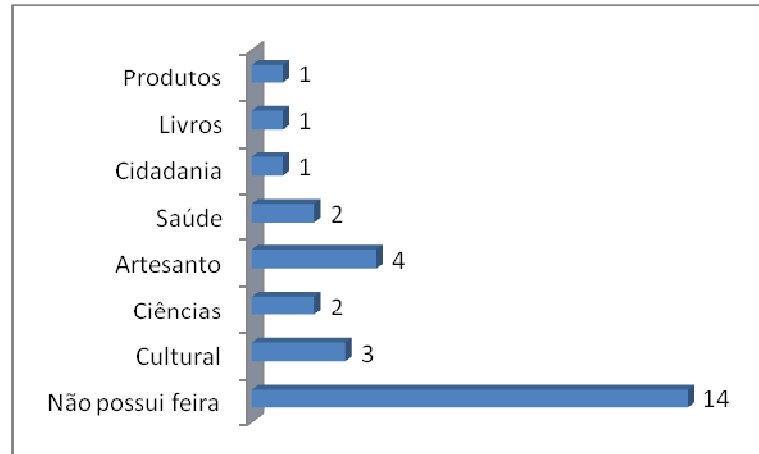
Figura 12 - Origem do orçamento para as atividades culturais de Exposição - diversas



Fonte: Autor

Para as atividades culturais de Exposição (diversas) onze municípios não recebem financiamento público e apenas quatro municípios recebem patrocínio privado. Este último fato demonstra que, mesmo com a falta de orçamento para o setor da cultura, o gestor municipal é capaz de viabilizar ações e atividades culturais.

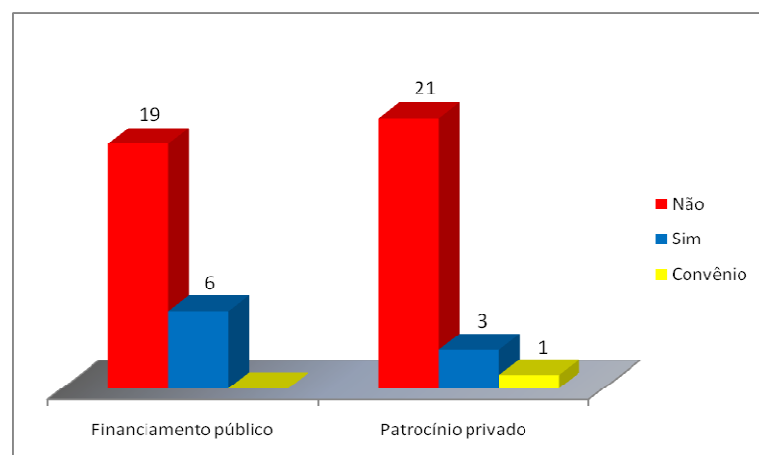
Figura 13 - Atividades culturais de Feira



Fonte: Autor

Catorze municípios não possuem atividades culturais de feira. Nesse campo é preciso registrar que esse tipo de evento tem vínculo direto com as escolas, as quais, em vista da dimensão populacional e orçamentária, fazem parcerias com os setores culturais das respectivas cidades. As terminologias utilizadas na figura 13 representam os tipos de feira que são organizadas nos municípios e que tem os seguintes significados: produtos – produtos agrícolas; livros – feira de livros; cidadania – tema mais ampliado para uma feira diversificada; saúde – temas ligados com a saúde; ciências – vinculada com as disciplinas de ciências ministradas nas escolas estaduais e municipais.

Figura 14: Origem do orçamento para as atividades culturais de Feira

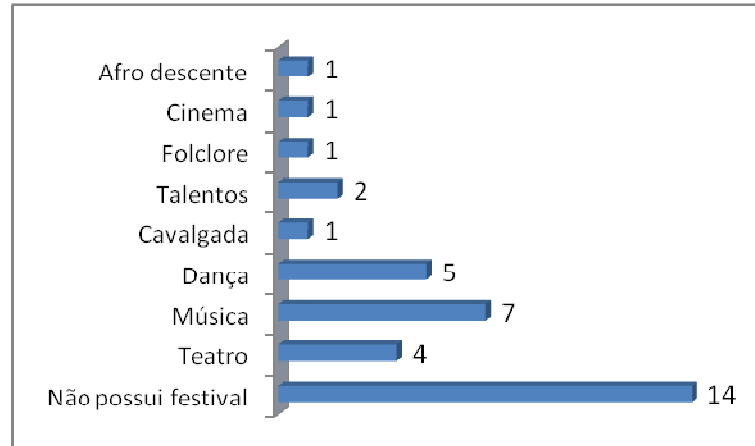


Fonte: Autor

Para as atividades culturais de Feira dezenove municípios não recebem financiamento público e apenas quatro municípios recebem patrocínio privado e um recebe patrocínio de

convênio. Esse gráfico mostra que as ações são desenvolvidas por meio das práticas curriculares das escolas, e que as feiras são organizadas mediante ações voluntárias de professores e alunos e da equipe da cultura, que muitas vezes cedem o espaço as escolas.

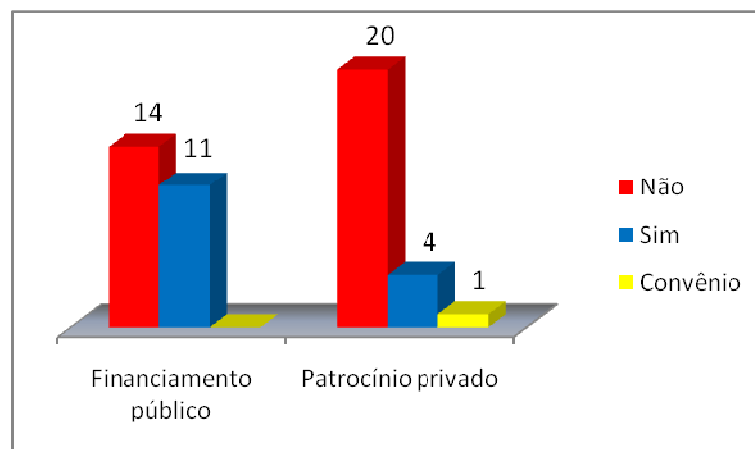
Figura 15 - Atividades culturais de Festival



Fonte: Autor

Catorze municípios não possuem atividades culturais de festival, e dezesseis dos municípios que organizam um festival, este está voltado para as áreas de dança, música e teatro. Já os festivais de afrodescendente, folclore e talentos estão vinculados à rede escolar e é a forma de expor os conhecimentos assimilados nas aulas que tratam desses assuntos. O único festival de cinema é realizado na cidade de Maringá, sob a organização de uma empresa sem vínculo com a gestão municipal.

Figura 16 - Origem do orçamento para as atividades culturais de Festival



Fonte: Autor

Para as atividades culturais de festival, catorze municípios não recebem financiamento público e apenas quatro municípios recebem patrocínio privado. Os convênios citados tanto neste gráfico quanto em anteriores estão relacionados com o SESC e/ou SEBRAE.

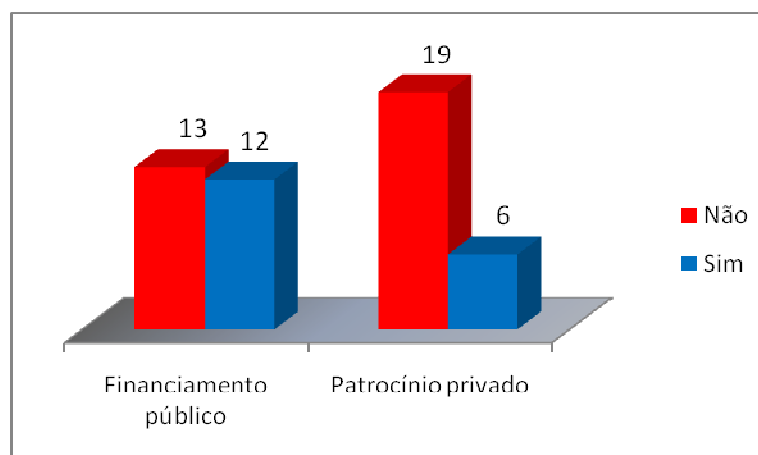
Figura 17- Atividades culturais de Concurso



Fonte: Autor

Treze municípios não possuem atividades culturais de concurso, e nos que o promove, esse evento está vinculado a ações das escolas que os professores descobrem nessa modalidade de atividade uma forma de sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Figura 18 - Origem do orçamento para as atividades culturais de Concurso

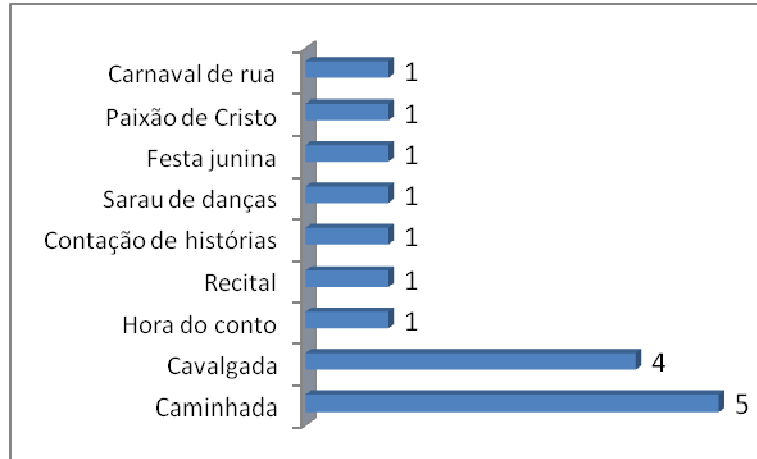


Fonte: Autor

Para as atividades culturais de concurso treze municípios não recebem financiamento público e apenas seis municípios recebem patrocínio privado.

O patrocínio é meio praticamente inexistente nessa região. Até a própria cidade de Maringá enfrenta dificuldades nessa área. Falta conscientização das empresas assim elas não contribuem para a realização dessa prática cultural na cidade, muito menos na região, que é composta por pequenos municípios, onde as maiores fontes de recursos são a agricultura e serviços.

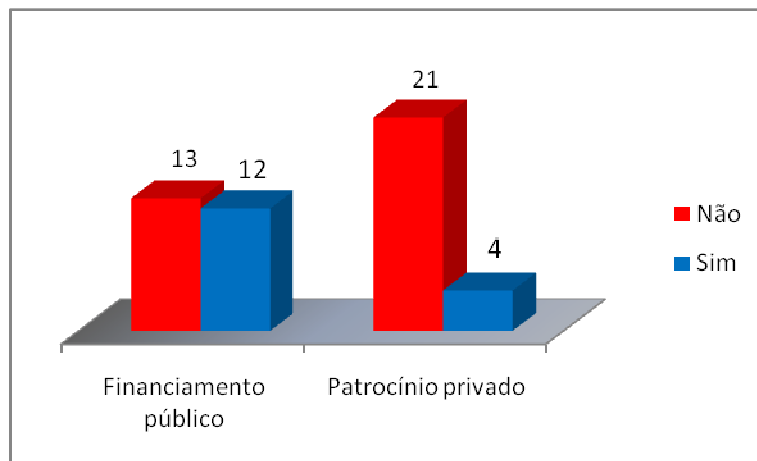
Figura 19 - Outras atividades culturais



Fonte: Autor

Quatro municípios possuem atividades culturais de cavalgada e cinco de caminhada, o que demonstra que muitos municípios nem ao menos tem clareza de suas possibilidades no tocante à realização dessas ações culturais. Sete municípios têm eventos pontuais e nove municípios não se propõem a nenhuma outra atividade que possa congrega a comunidade na troca de experiências em seus modos de vida.

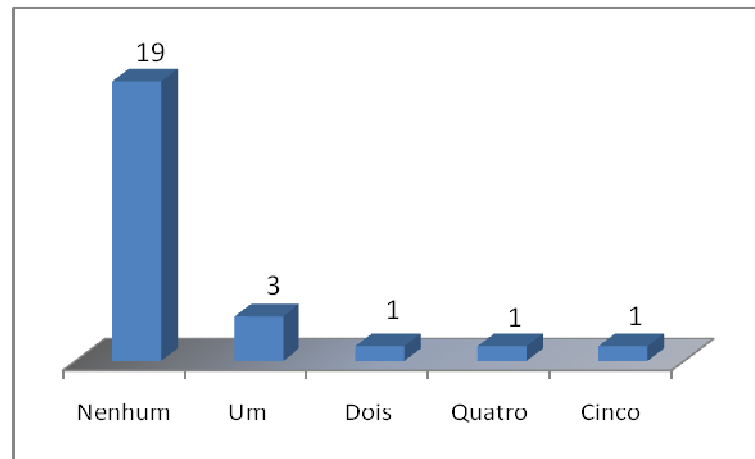
Figura 20 - Origem do orçamento para outras as atividades culturais



Fonte: Autor

Para outras atividades culturais, treze municípios não recebem financiamento público e apenas quatro municípios recebem patrocínio privado. Com esse panorama fica explícita a falta de planejamento na área da cultura. O que se pode perceber é que essas ações nascem do desejo ocasional da população mais simples e que são ações pontuais que não têm continuidade de ação de um ano para o outro, o que gera uma dificuldade ainda maior de liberação de recursos.

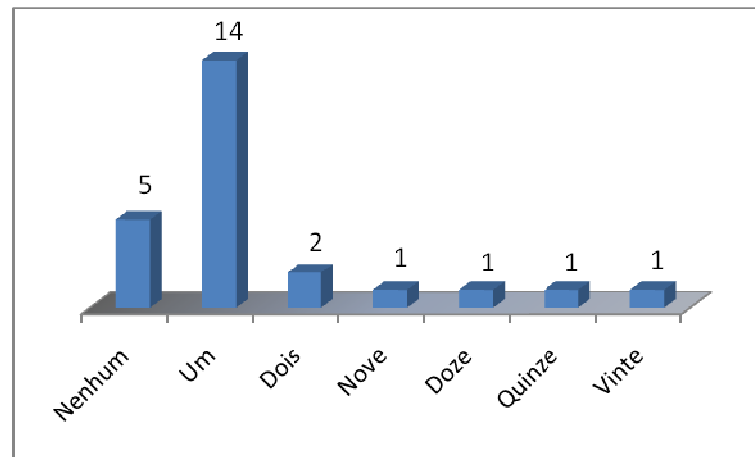
Figura 21 - Grupos artísticos - Artes plásticas e visuais



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, dezenove não possuem grupos artísticos de artes visuais, três possuem um grupo, um possui dois grupos, um possui quatro grupos e um possui cinco grupos. A maior parte dos municípios alega dificuldades em disponibilizar um profissional da área para ministrar aulas por não havê-los na cidade, dependendo dos municípios maiores. Outras justificativas para isto também são fatores como aquisição de materiais, locais de exposição e processo de aprendizado extenso, que acabam dificultando a manutenção dos grupos.

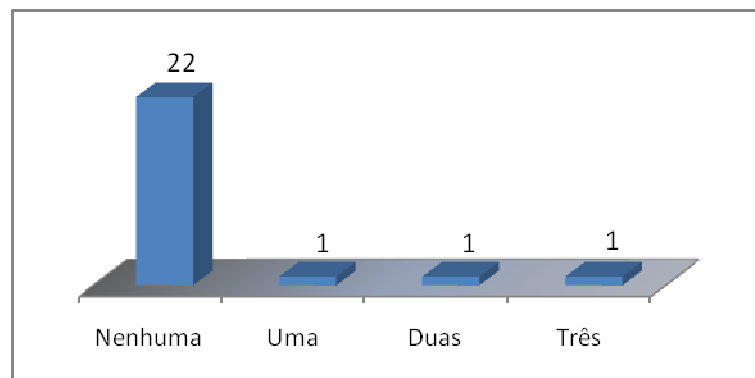
Figura 22 - Grupos artísticos - Artesanato



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, cinco não possuem grupos artísticos de artesanato, catorze possuem um grupo e dois possuem dois grupos. No campo do artesanato a participação é maior devido a convênios de instituições como o SEBRAE, o SESC e outras unidades da própria prefeitura como os CRAS e o Peti, que são ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social e compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

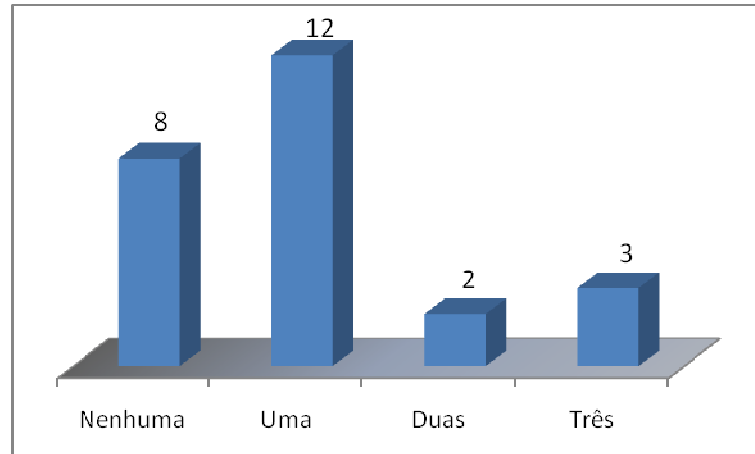
Figura 23 - Grupos artísticos - Associação literária



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, vinte e dois não possuem grupos artísticos de associação literária, um possui um grupo, um possui dois grupos e um possui três grupos. Embora praticamente todos os municípios tenham uma biblioteca, as atividades ali desenvolvidas não geram ações que fomentem a criação literária.

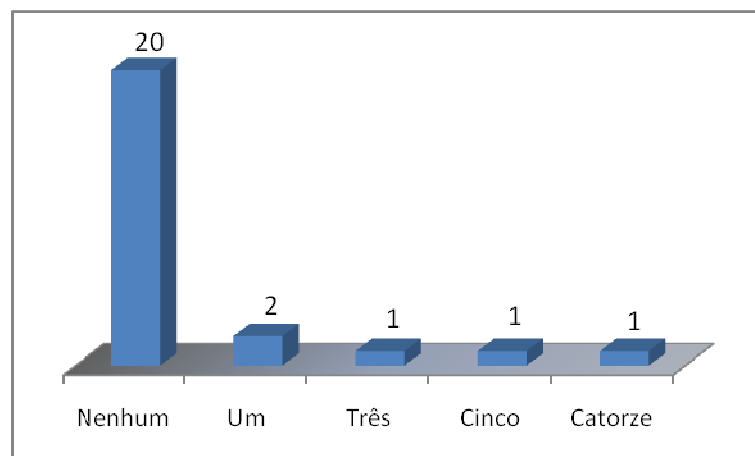
Figura 24 - Grupos artísticos - Banda



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, oito não possuem grupos artísticos de banda, doze possuem um grupo, dois possuem dois grupos e três possuem três grupos. Cabe ressaltar que, mesmo tendo havido em anos anteriores um programa do Ministério da Cultura de incentivo à formação de bandas, percebemos que muitos municípios tinham conhecimento desse programa e alguns chegaram a ser beneficiados com instrumentos, mas as bandas e/ou fanfarras não chegaram a se solidificar. Em conversa com alguns gestores culturais foi relatado que essa região do Paraná já foi muito forte em concursos de fanfarras, mas hoje o quadro que se apresenta é de doze municípios com uma banda, mas esta muitas vezes não tem atuação prática.

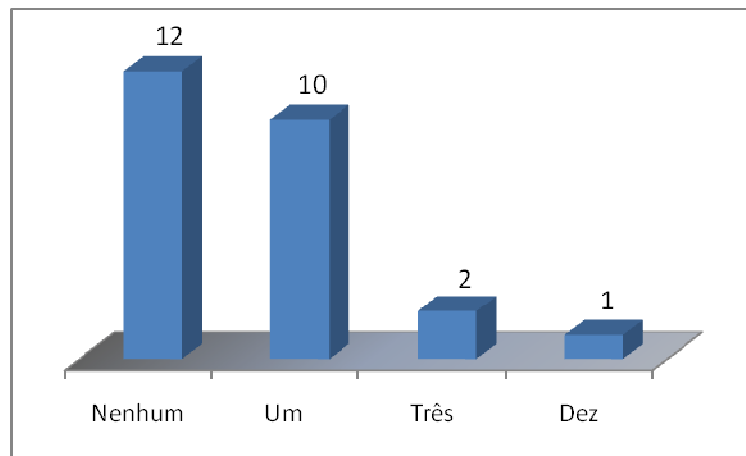
Figura 25 - Bloco carnavalesco



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, vinte não possuem grupos artísticos de bloco carnavalesco, dois possuem um grupo, um possui três grupos, um possui cinco grupos e um possui catorze grupos. O município que tem força no carnaval de rua é Itambé, cidade que tem uma prática carnavalesca incentivada pelos gestores culturais, enxergando nessa ação um canal de possibilidades de visitas e abertura no campo turístico local. Vale registrar que a cidade foi a escolhida entre tantas do país para a filmagem de uma história escrita pela responsável pela pasta da Cultura no município, senhora Denisia Moresqui. Isto resultou de um concurso organizado pela FUNARTE.

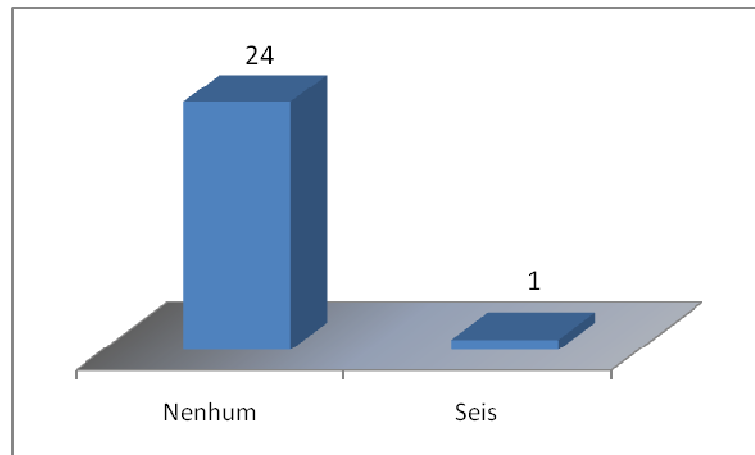
Figura 26: Grupos artísticos – Capoeira



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, doze não possuem grupos artísticos de capoeira, dez possuem um grupo, dois possuem três grupos e um possui dez grupos. Essa região teve em sua formação a influência de mineiros, paulistas e, em menor parte, de pernambucanos, e a figura 26 retrata essa realidade. A capoeira vem delimitando seu espaço aos poucos, tanto que a cidade que mais apresenta grupos é Maringá, seguida das cidades mais próximas - Sarandi e Mandaguaçu.

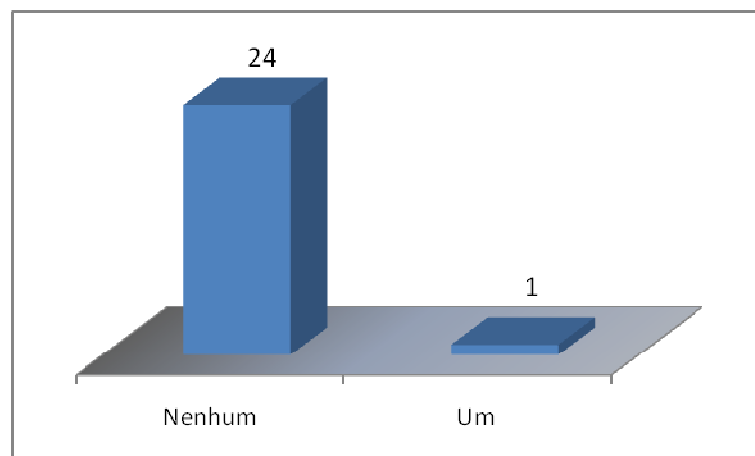
Figura 27 - Grupos artísticos - Cineclube



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios apenas um possui seis grupos de Cineclube. Embora a cidade polo da RMM, Maringá, tenha sido no passado local de eventos cinematográficos, a região não deixou de enfrentar, como os demais municípios do país, a crise cinematográfica sofrida em décadas passadas, e até hoje a questão da distribuição das películas ainda carece de um programa mais efetivo. A região também viu seus cinemas serem fechados para virarem, no primeiro momento, “sacolões” de hortaliças e frutas e num segundo período, transformarem-se em igrejas evangélicas. O único município com projetos de cineclubes é Maringá, novamente a cidade polo, que congrega o maior número de instituições de ensino superior, possibilitando dessa forma projetos mais críticos na área do cinema.

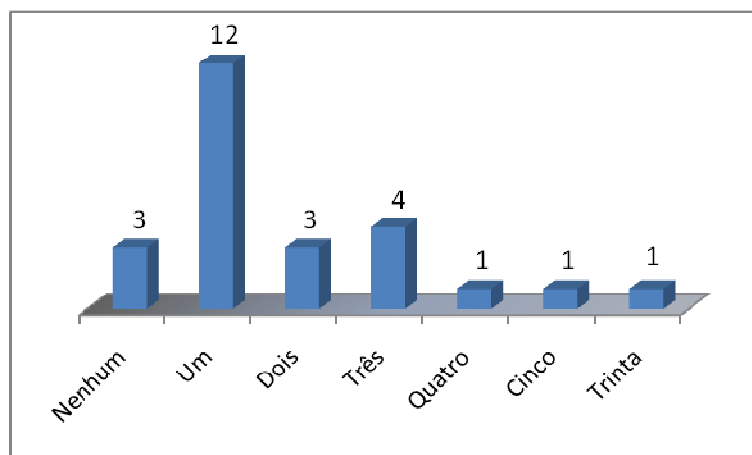
Figura 28 - Grupos artísticos - Circo



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, apenas um possui um grupo de circo. Vários municípios ainda recebem os pequenos circos que visitam a região, mas projeto específico, somente a cidade de Munhoz de Mello, que desenvolve a prática circense. Na cidade de Maringá existem grupos de teatro que trabalham com a linguagem de *clown*, mas não desenvolvem projeto de circo especificamente.

Figura 29 - Grupos artísticos - Coral



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, três não possuem grupos artísticos de coral, doze possuem um grupo, três possuem dois grupos e quatro possuem três grupos.

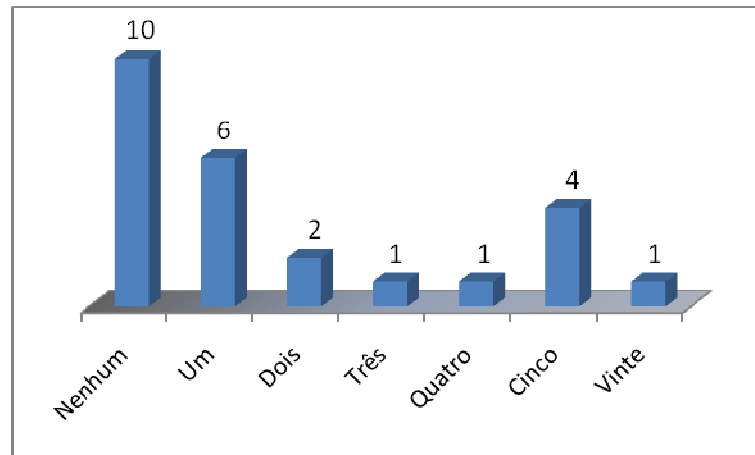
A música tem sido uma constante na região e muitos desses corais estão ligados diretamente a celebrações religiosas. A cidade de Maringá é conhecida como Cidade Canção em razão de seu nome originar-se da música “Maringá” de Joubert de Carvalho¹¹, que era

¹¹ A canção “Maringá” tem uma história curiosa. Era muito amigo de Joubert de Carvalho o senhor Jaime Távora, então secretário do paraibano José Américo de Almeida (1887 – 1990), na época ministro da Viação do presidente Getúlio Vargas e grande apreciador da música do compositor mineiro (a quem ansiava conhecer pessoalmente). Távora comentou com Joubert sobre a vontade do Ministro.

Tal informação foi passada por Távora a José Américo, que, para grande surpresa de Joubert, resolveu fazer-lhe uma visita em sua residência no Rio de Janeiro. Com o ministro também seguiram para o encontro o político pombalense Ruy Carneiro e alguns amigos. Joubert queria conseguir com José Américo um lugar de médico no prestigiado Instituto dos Marítimos e falou do seu desejo a Ruy, que lhe assegurou: “É fácil, peça você mesmo {...} Por que você não faz uma canção falando dessa tristeza que há no Nordeste, dessa falta de água, lá não chove... Faça uma canção assim”. Joubert imediatamente foi inspirado pela imagem da seca e disse para o ilustre pombalense que acabava de vislumbrar o drama de uma cabocla partindo numa leva, deixando para trás um caboclo a chorar. Chamava-se Maria (nome popularíssimo no Nordeste). Quis saber a cidade berço do ministro José Américo. “Areia”, disse-lhe o político paraibano. O compositor achou que Areia não dava boa rima. Quis saber a terra natal de Ruy: “Pombal”. Não satisfeito, Joubert quis saber dele onde a estiagem era mais rigorosa nas terras da Paraíba. Ruy citou-lhe vários lugares, dentre os quais o município de Ingá. Joubert exultou: “Então é a Maria do Ingá”. Naquela noite, na presença de Ruy Carneiro, de José Américo de Almeida, de Jaime Távora e de outros amigos a música foi composta. A canção “Maringá” foi gravada em 1932, pelo famoso tenor Gastão Formenti, tornando-se sucesso internacional e um clássico do nosso cancioneiro popular, levando a personagem e a cidade de Pombal ao conhecimento do público e, principalmente, fazendo com que o drama da seca comovesse a todos que desconheciam a realidade do Nordeste. Em 1947 Elizabeth Thomas, esposa do presidente da Cia.

sucesso por ocasião da fundação da cidade, vindo daí fato de se formarem tantos grupos musicais.

Figura 30 - Grupos artísticos - Dança

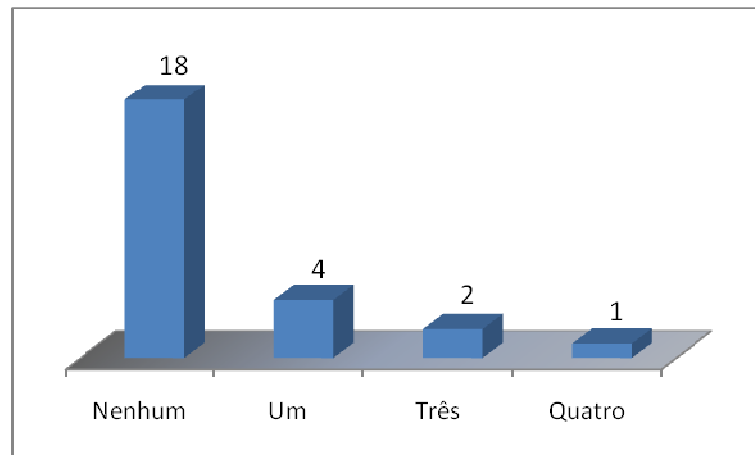


Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, dez não possuem grupos de dança, seis possuem um grupo, dois possuem dois grupos e um possui três grupos. No campo da formação a dança desponta como uma prioridade para os que procuram o setor cultural, mas ainda sim não reflete esse interesse na formação de grupos. Vale registrar que nesses grupos de dança há uma grande influência dos grupos folclóricos. Quanto a esse aspecto a Universidade Estadual de Maringá tem uma parcela de responsabilidade, pois nela se formaram vários grupos, os quais são muito procurados para a Semana de Folclore nas escolas municipais e estaduais da região. Assim, mais uma vez o setor educacional cria uma prática cultural na região.

Melhoramentos do Norte do Paraná, após ouvir a música sendo cantada pelos homens e mulheres que trabalhavam na abertura da nova cidade, sugeriu que utilizassem o que estava sendo cantado pelos trabalhadores e desta forma a cidade foi batizada pelo nome de Maringá. Fonte CARDOSO, J.R.A; LUCENA, G.S, 2005 .

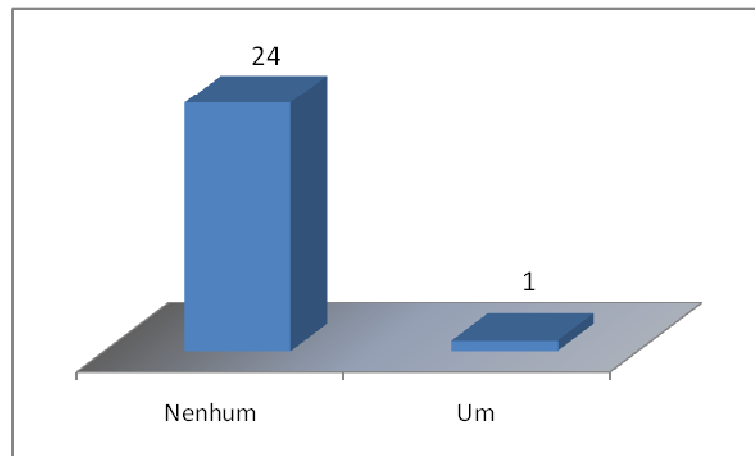
Figura 31- Grupos artísticos - desenho e pintura



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, dezoito não possuem grupos artísticos de desenho e pintura, quatro possuem um grupo, dois possuem três grupos e um possui quatro grupos. Essa figura volta a retratar a mesma dificuldade em relação à inexistência de profissionais da área, já vista na figura de artes plásticas.

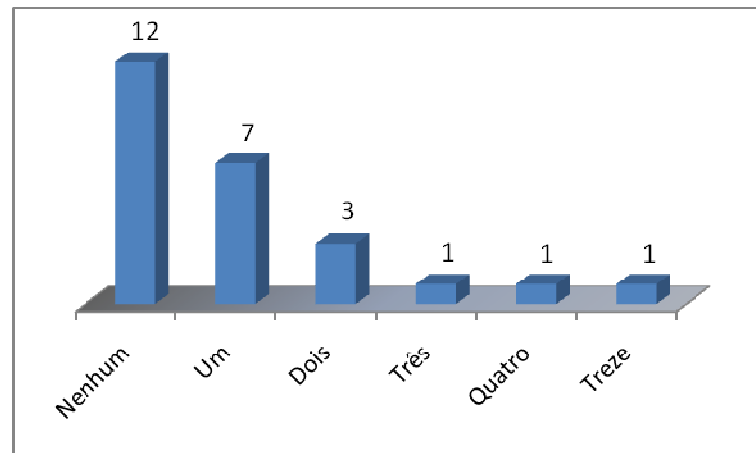
Figura 32 - Grupos artísticos - Escola de samba



Fonte: Autor

Apenas o município de Itambé possui um grupo artístico de escola de samba. Embora essa cidade possua catorze blocos carnavalescos, sua meta não é montar uma escola de samba, e sim, permanecer na solidificação de blocos, pois facilitam maior participação da população.

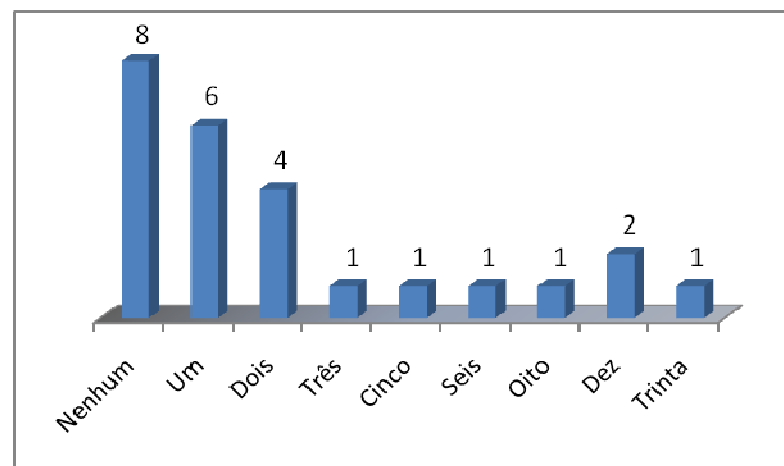
Figura 33 - Grupos artísticos - Manifestações tradicionais populares



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, doze não possuem grupos artísticos de manifestações tradicionais populares, como, por exemplo, Folia de Reis; sete possuem um grupo, três possuem dois grupos e um possui três grupos. A Folia de Reis tem se mostrado um processo de construção nos municípios pequenos, estreitando relações da comunidade com sua religiosidade. Os municípios que têm grupo de Folia de Reis são Ângulo, Astorga, Atalaia, Cambira, Doutor Camargo, Lobato, Mandaguari, Mandaguaçu, Maringá, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e Sarandi.

Figura 34 - Grupos artísticos – Música

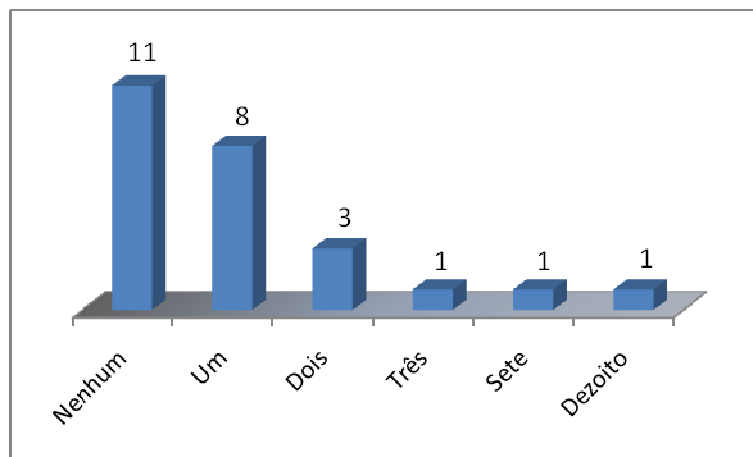


Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, oito não possuem grupos artísticos de música, por exemplo, de viola; seis possuem um grupo, quatro possuem dois grupos e um possui três grupos. Nesse campo não foram subdivididos os gêneros musicais, mas se verificou se o

município contava com grupos musicais. De qualquer modo, é muito forte na região a música sertaneja.

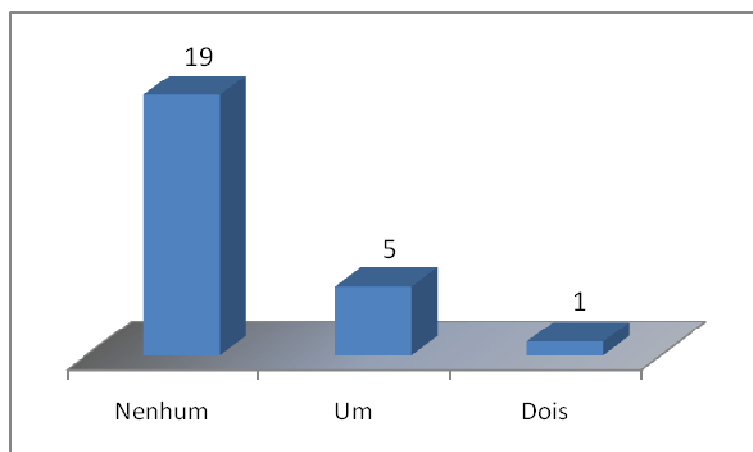
Figura 35 - Grupos artísticos - Teatro



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, onze não possuem grupos artísticos de teatro, oito possuem um grupo, três possuem dois grupos e um possui três grupos. Aqui se repete a não correspondência entre capacitação e formação de grupos, e, embora o teatro seja uma área de força na capacitação, o mesmo não acontece no tocante à formação dos grupos. O que os gestores alegaram é a dificuldade em manter um grupo com um profissional que possa manter viva a união das pessoas e conseguir os recursos de que a área necessita, além da dificuldade em conseguir profissionais que possam ficar períodos longos nos municípios para a formação de grupos.

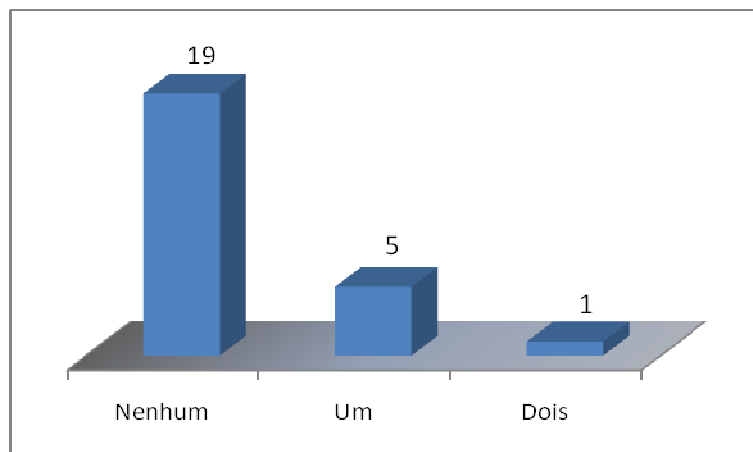
Figura 36 - Grupos artísticos - Orquestra



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, dezenove não possuem grupos de orquestra, cinco possuem um grupo e um possui dois grupos. Nesse campo estão somadas as orquestras de viola e de cordas e orquestras sinfônicas.

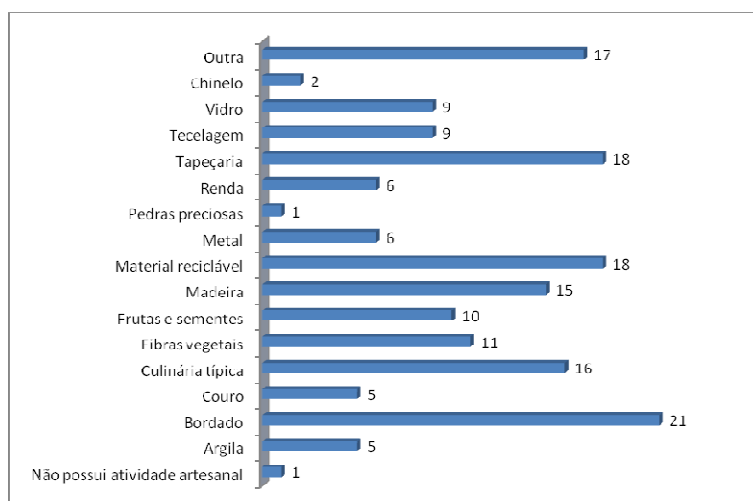
Figura 37 - Grupos artísticos - Outro



Fonte: Autor

Dos vinte e cinco municípios, dezenove não possuem outros grupos artísticos, representados por lutas marciais (karatê, judô), cavalgada e desenho em quadrinhos, cinco possuem um grupo e um possui dois grupos. Nesse campo existem municípios que tiveram dificuldades em citar outros grupos. A impressão que ficou foi de que eles não conheciam plenamente as ações desvinculadas do setor público.

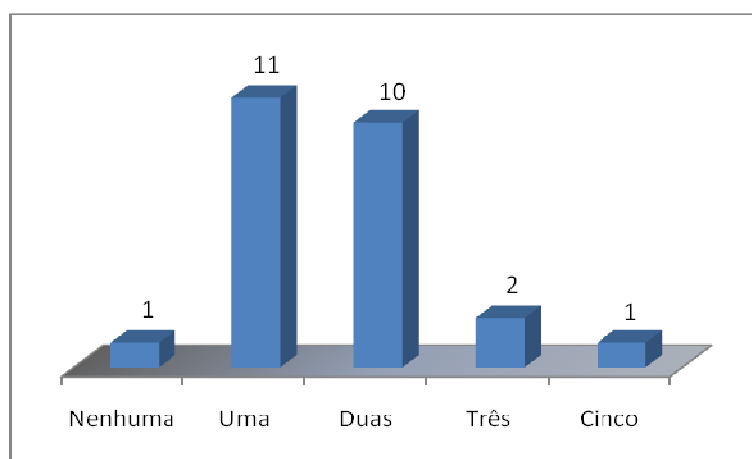
Figura 38 - Atividade Artesanal dos municípios



Fonte: Autor

Observamos que na maioria dos municípios se desenvolvem atividades artesanais de bordado (21 municípios), material reciclável (18 municípios) e tapeçaria (18 municípios). Essa figura deixa claro que o artesanato é praticado nos municípios, principalmente pelas mulheres da terceira idade. São projetos relacionados com diversos programas da prefeitura municipal, com grupos de convivência e cooperativas locais, mas sem estar vinculados diretamente com a cultura. Muitas vezes estão relacionados com o SESC ou SEBRAE.

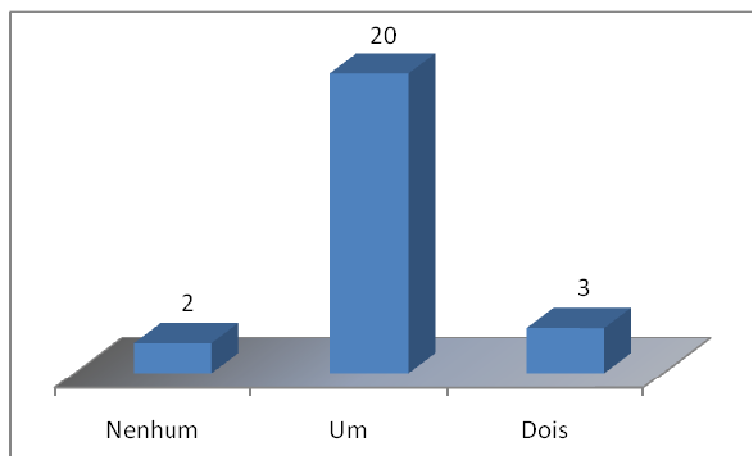
Figura 39 - Equipamento Cultural - Biblioteca pública



Fonte: Autor

O gráfico da figura 39 mostra a força desse equipamento cultural na maioria dos municípios, com projetos de incentivo à leitura que ultrapassam a relação do usuário com os livros somente para trabalhos escolares, embora esse uso seja considerável. O fato de alguns municípios registrarem a existência de duas bibliotecas resultante do Projeto Biblioteca Cidadã realizado pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná da gestão política no período de 2006-2010, o qual propôs construir uma biblioteca pública em cada município do Estado. A cidade Presidente Castelo Branco é o único município que ainda não conta com biblioteca pública.

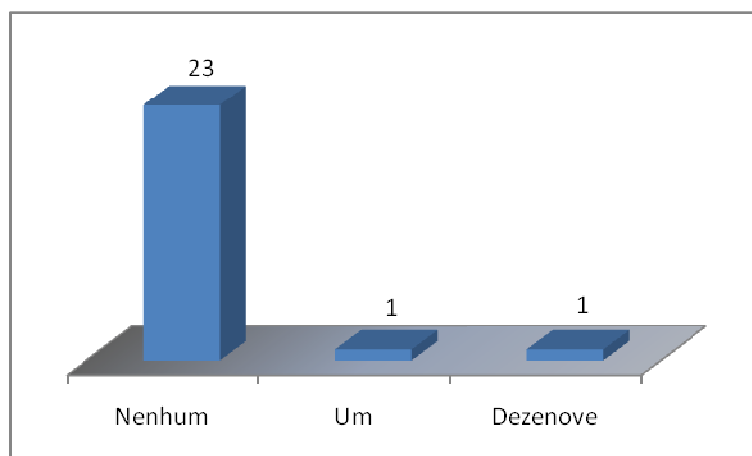
Figura 40 - Equipamento cultural - Centro Cultural



Fonte: Autor

Dois municípios não possuem Centro Cultural, e nos demais municípios o Centro Cultural funciona no anfiteatro ou teatro local. Na maioria dos municípios é neste equipamento cultural que se mantém o Telecentro local. Em diversos espaços as instalações são simples e não contam com os equipamentos complementares necessários para as apresentações artísticas, como iluminação, sonorização e camarins.

Figura 41 - Equipamento cultural - Cinema

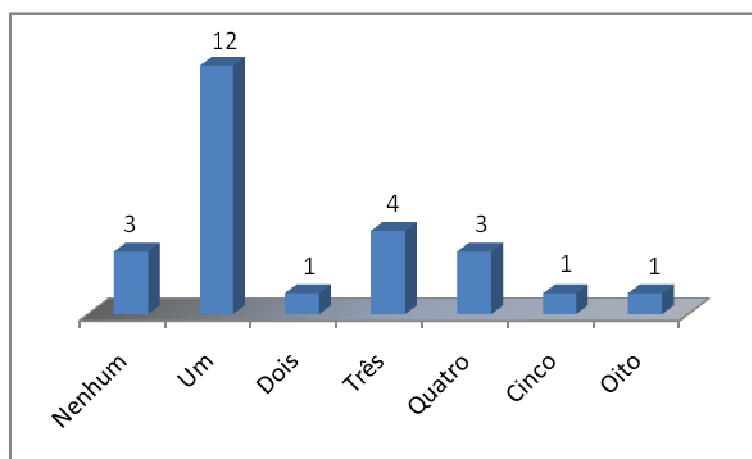


Fonte: Autor

Esse gráfico representa claramente a desconstrução do cinema brasileiro. Em alguns municípios o cinema existiu no passado e hoje suas salas foram transformadas em salões de igrejas ou em local para qualquer outra atividade. Fora a cidade de Maringá, que concentra

todas as salas de cinema em *shopping centers* (19), o outro município detentor de uma sala é Astorga.

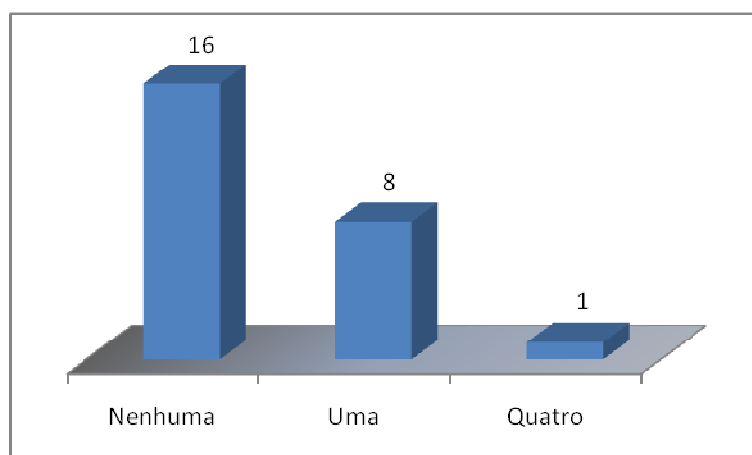
Figura 42 - Equipamento cultural - Clube



Fonte: Autor

A figura do clube nos municípios é um espaço de lazer e um espaço com exigências específicas de acesso para alguns munícipes, que precisam ser associados; mas aqui também os gestores incluíram salões que são utilizados para diversos objetivos, como, por exemplo, reuniões de convivência. Nesses casos são de uso mais coletivo e mais democrático.

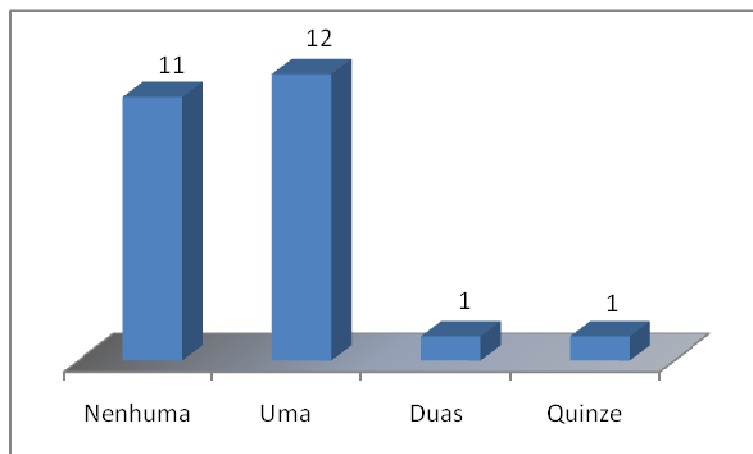
Figura 43 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Estação de rádio AM



Fonte: Autor

No campo das comunicações a grande maioria dos municípios depende ainda da cidade polo (Maringá). Oito municípios contam com uma estação de rádio AM, mas muitas tem finalidades religiosas e estão em municípios geograficamente próximos da cidade de Maringá.

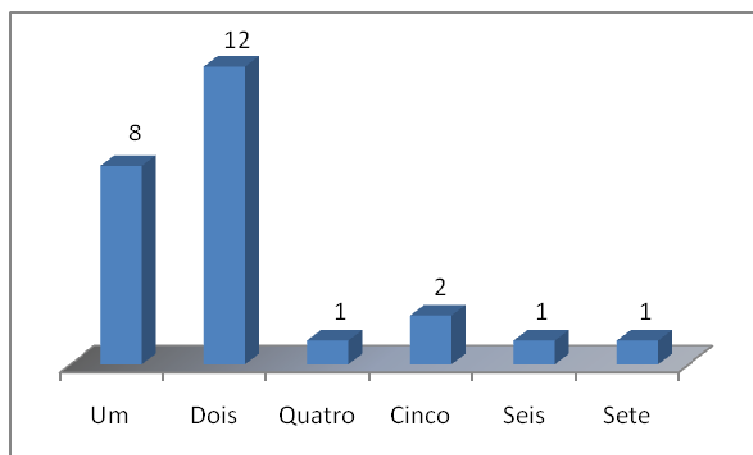
Figura 44 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Estação de rádio FM



Fonte: Autor

A interpretação dessa figura reflete as mesmas influências da figura 43: Estação de rádio AM. Esse gráfico se assemelha ao resultado do gráfico da figura 52, visto que algumas rádios FM estão caracterizadas também como comunitárias.

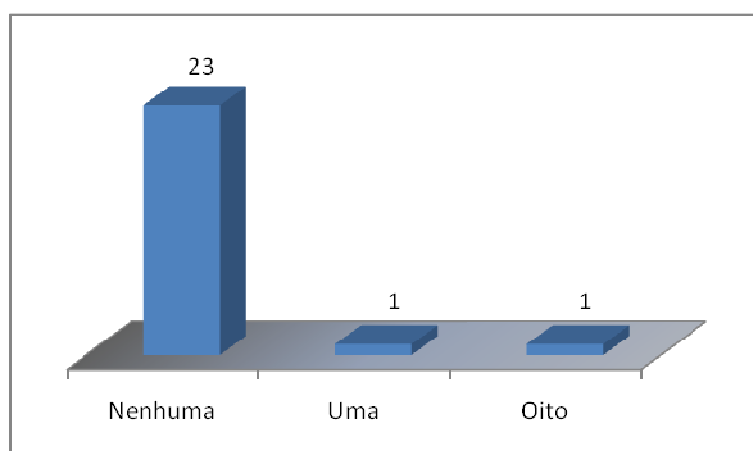
Figura 45 - Equipamentos culturais - Estádio ou Ginásio Desportivo



Fonte: Autor

O que a figura 45 mostra claramente é a grande relação da região com a prática esportiva. Todos os vinte e cinco municípios possuem pelo menos um estádio ou ginásio desportivo, mostrando que a consciência da importância do esporte, mesmo que seja por meio da escola, está em outra escala, diferentemente do processo cultural, que ainda necessita de um maior conhecimento por parte dos governos e da população para requerer não só equipamentos com infraestrutura, mas também profissionais que venham a colaborar nessa construção de políticas públicas de cultura em cada município.

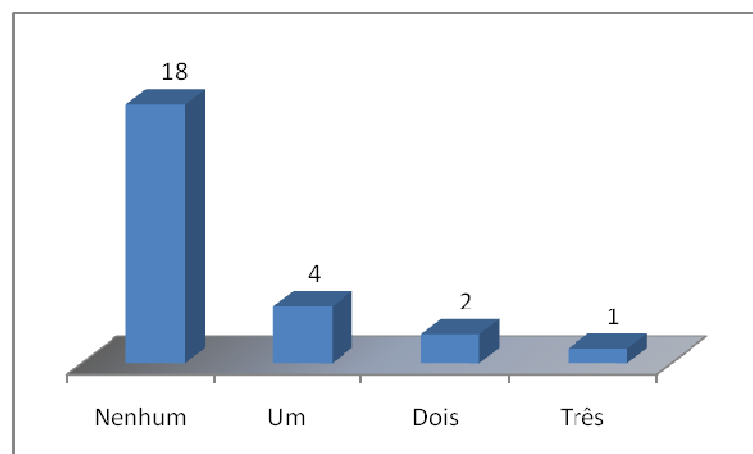
Figura 46 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Geradora de TV



Fonte: Autor

No campo de geração de TV fica evidenciada a dependência para com a cidade polo. Só a cidade de Maringá tem repetidora das maiores emissoras de TV aberta do país, em contraponto com vinte e três municípios que dependem de antenas mais potentes para captar o sinal de determinados canais.

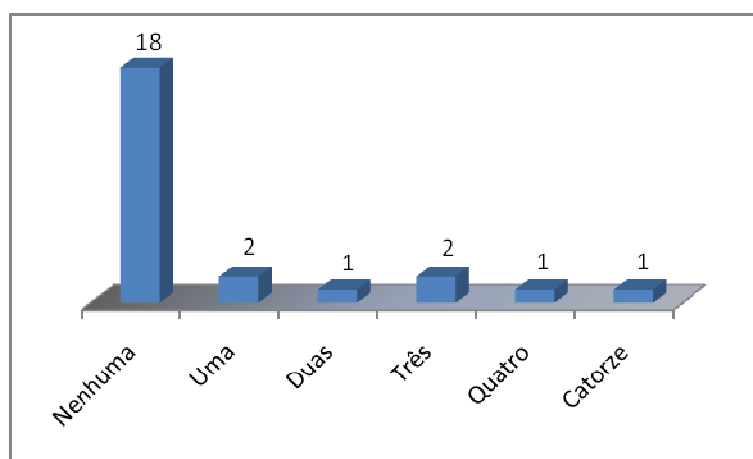
Figura 47 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Jornal diário



Fonte: Autor

No campo da mídia escrita a região tem uma baixa representação, pois a maioria das cidades não conta com um veículo diário de informação. Mesmo a cidade de Maringá, que tem três jornais diários, encontra-se em situação delicada, pois somente um dos três veículos da imprensa escrita chega aos demais municípios, o que acarreta a centralização da informação e dificulta uma leitura crítica e comparativa dos fatos.

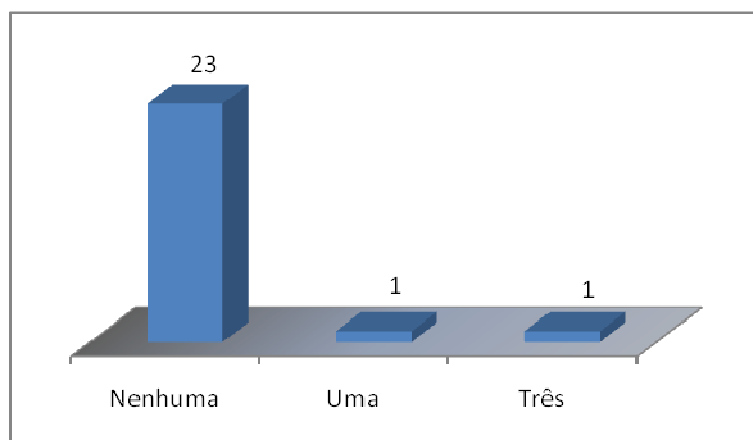
Figura 48 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Livraria



Fonte: Autor

No item livraria é de espantar o número de municípios que não têm nenhuma livraria. Além disso, nas demais cidades muitas livrarias instaladas trabalham num ramo específico – o religioso. Conquanto estejamos no século XXI, o acesso à leitura e ao conhecimento por meio editorial é muito limitado, ficando a cargo somente das bibliotecas públicas, às quais, além disso, nem todas as faixas etárias têm acesso. Isto demonstra quanto se faz urgente uma política pública de cultura, inclusive na área literária.

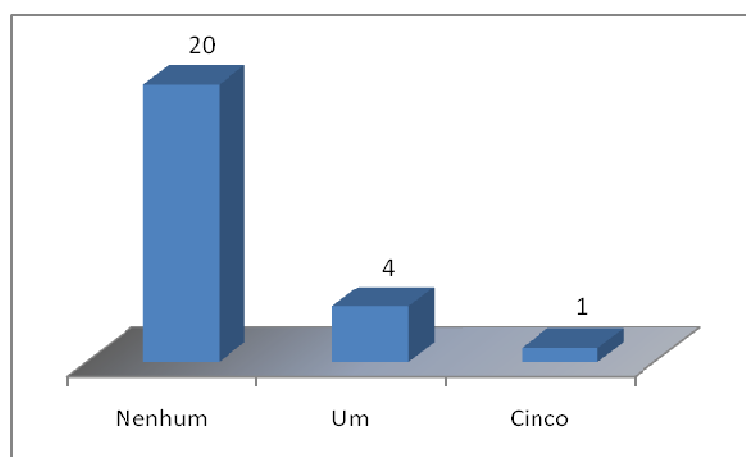
Figura 49 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Lojas de discos, CDs, Fitas e DVDs



Fonte: Autor

Nesse campo foram incluídas somente lojas específicas, e não armarinhos (que são muito comuns em cidades pequenas), pelo simples fato de ser aqui considerado o que é oferecido de forma legal, e não itens que possam ser oriundos de pirataria. Nessa análise a única cidade que oferece esse material é Maringá, e mesmo assim, as lojas estão localizadas nos *shopping centers*. Esta realidade reafirma o quadro geral do país, que apresenta um declínio na comercialização desse produto cultural, em decorrência da facilidade de acesso a ele pela internet e da facilidade de se adquirir um produto sem o devido respeito aos direitos autorais.

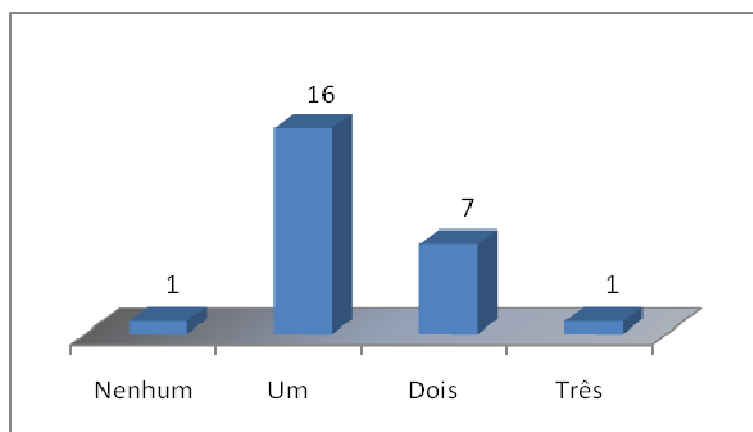
Figura 50 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Museu



Fonte: Autor

Mesmo com a criação do Estatuto dos Museus sob a orientação do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus (2009), a política museológica da região ainda é bem acanhada. Acredita-se que este fato tem a ver com a idade da maior parte dos municípios. A própria cidade de Maringá, que tem 64 anos de fundação, conta com um pequeno número de museus, sendo dois deles na Universidade Estadual de Maringá. Nos outros quatro municípios são museus e casas da memória que mantêm matéria da história da cidade, como visitantes a rede de ensino, o que demonstra seu pouco alcance junto aos demais cidadãos. É uma área que necessita de uma política mais intensa. Embora o Estado do Paraná seja um dos primeiros a criar um sistema que coordena os museus do estado, este ainda não é suficiente para delinear ações que facilitem o acesso e a fruição desse conhecimento. À dificuldade de criar uma equipe que tenha condições de implantar as normas e exigências da criação de um museu soma-se a pouca experiência local com a linguagem, e a escassez de recursos para a cultura tem inviabilizado a criação de novos museus.

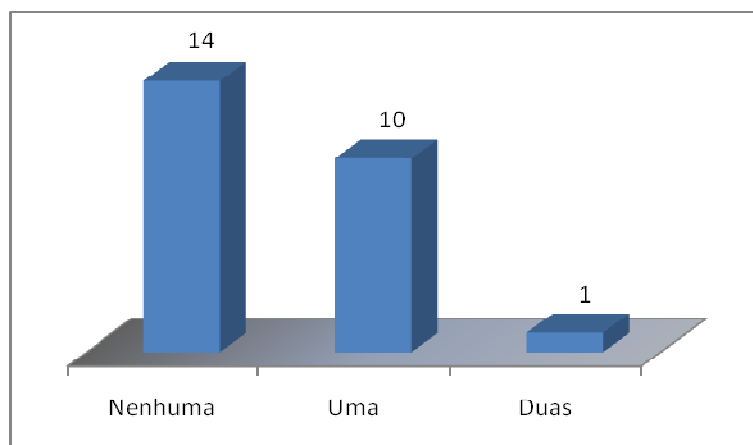
Figura 51 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Provedor e internet



Fonte: Autor

Nesse ponto foram considerados os Telecentros organizados e mantidos pelo Governo do Estado do Paraná. O único município que ainda não tem sua instalação é Bom Sucesso. Somente em Maringá os Telecentros estão ligados diretamente com a Secretaria de Educação do município, nas demais cidades estão vinculados com a cultura, mesmo quando a Cultura é uma divisão da Educação.

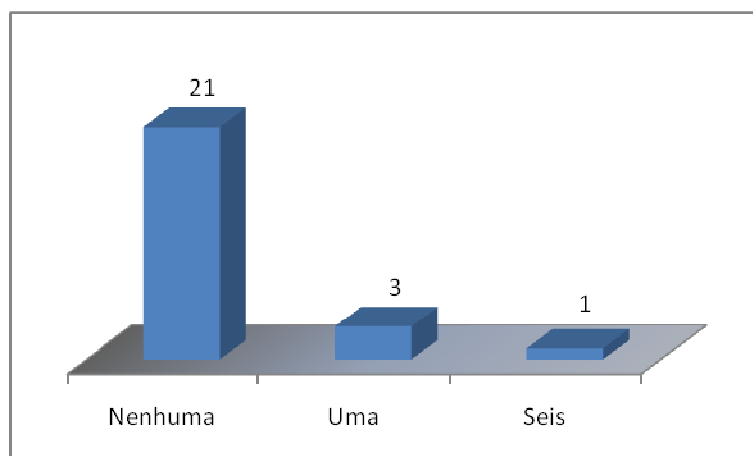
Figura 52 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Rádio comunitária



Fonte: Autor

Dos dez municípios que possuem uma rádio comunitária, esta é a mesma rádio FM local que já foi computada na figura 44.

Figura 53 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Revista impressa localmente

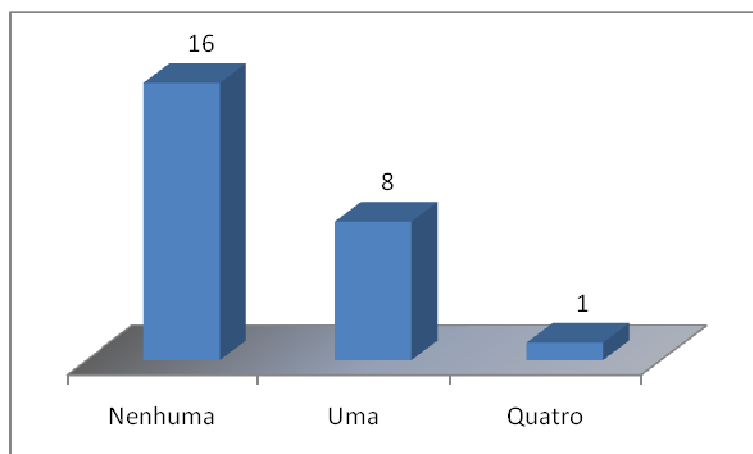


Fonte: Autor

Esse gráfico demonstra a dificuldade das cidades em oferecer aos moradores informações de caráter impresso o que reforça a importância da cidade polo. No campo da mídia impressa Maringá é a mais representativa, seguida de Astorga, Marialva e Mandaguari.

As revistas editadas estão vinculadas a temas específicos (saúde, moda, decoração), não representando um conhecimento mais diversificado e crítico.

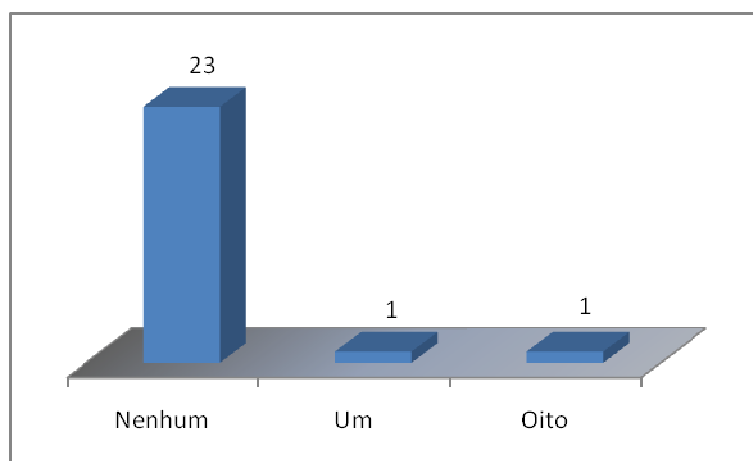
Figura 54 - Equipamentos culturais - Sala de exposição



Fonte: Autor

Nesse equipamento cultural o que mais chamou a atenção é a cidade de São Jorge do Ivaí, que possui quatro espaços para exposições. Essa cidade, de apenas 5.508 habitantes representa uma força na área das artes plásticas, não só com trabalhos de alunos e artistas locais, mas também com exposições de outras cidades. Das oito cidades que têm espaço para exposições nem sempre esses recebem o tratamento desejável para a exposição dos trabalhos. São espaços que antecedem a sala de espetáculo, ou mesmo corredores.

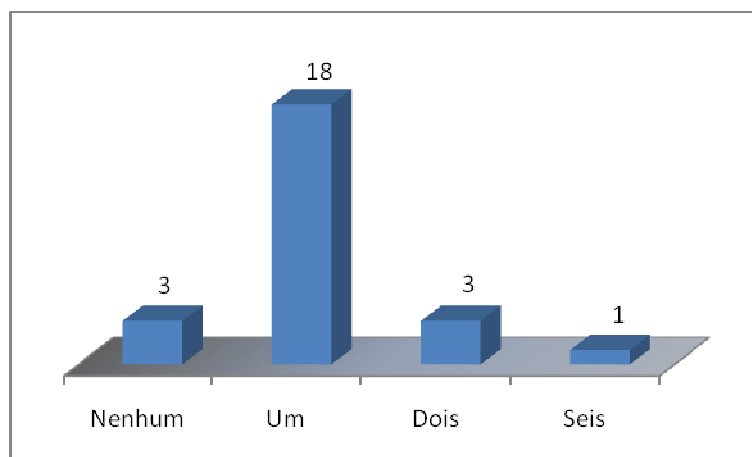
Figura 55 - Equipamentos culturais - Shopping Center



Fonte: Autor

Maringá é a cidade que mais concentra *shopping centers*, os quais absorvem a população regional para as compras de grandes datas e oferecem o acesso aos cinemas, visto que todos os cinemas estão distribuídos nestes centros de comércio e serviços. Sarandi é o outro município que possui um *shopping*, mas sua estrutura se aproxima mais de uma galeria, se comparado às estruturas dos *shoppings* de Maringá.

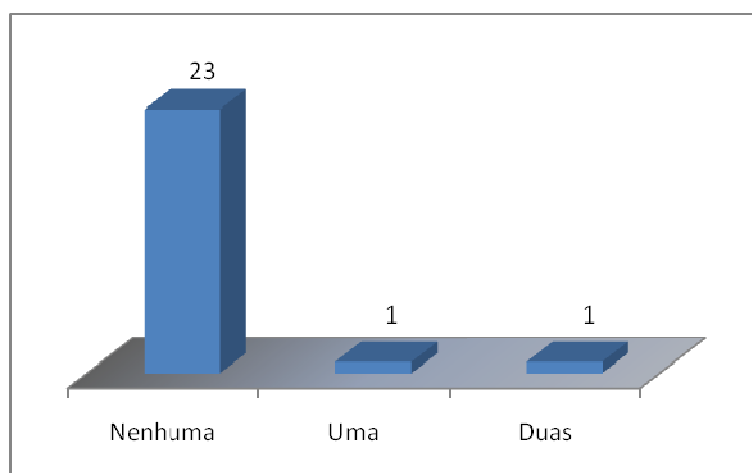
Figura 56 - Equipamentos culturais - Teatro ou sala de espetáculo



Fonte: Autor

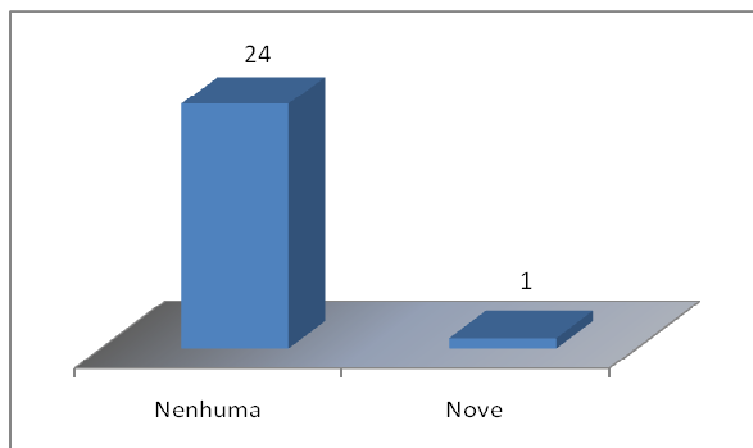
Vinte e dois municípios afirmaram possuir pelo menos um teatro ou sala de espetáculo, mas vale registrar que muitas vezes são espaços onde há apenas um palco e uma sala com cadeiras, mas nenhuma estrutura de aparato cênico. Em alguns municípios esses espaços são utilizados para reuniões políticas e administrativas, não atendendo ao objetivo primeiro – desenvolvimento de práticas culturais e artísticas. Existem espaços em que o palco é estreito, deixando exposta claramente a falta de orientação técnica na montagem do projeto e execução da obra. Vale registrar que dos dois municípios que não possuem uma casa de espetáculo, em um esta se encontra em construção (Doutor Camargo), e no outro município a Casa da Cultura foi construída e disponibilizada para sediar a Câmara dos Vereadores (Paiçandu), ficando a cidade órfã desse espaço para a cultura e a arte.

Figura 57 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - TV a cabo



Fonte: Autor

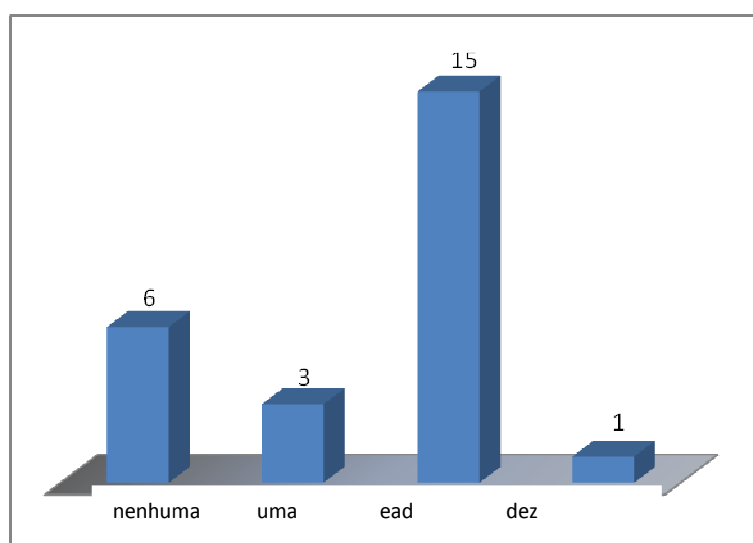
Figura 58 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - TV aberta



Fonte: Autor

As figuras 57 e 58 reafirmam a dependência para com a cidade polo no campo da mídia televisiva. Os demais municípios recebem sinal das repetidoras das emissoras de TV que estão localizadas na cidade de Maringá. Ainda assim, Maringá não tem autonomia produtiva, ainda depende das produções que são realizadas na cidade de Curitiba (capital do Estado), com exceção do canal de TV a cabo, que produz programas locais de entrevistas diversas.

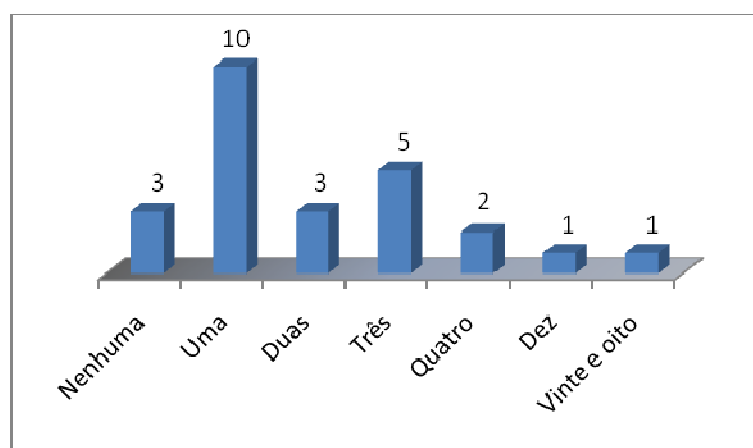
Figura 59 - Equipamentos culturais e meios de comunicação - Unidade de Ensino Superior



Fonte: Autor

A cidade de Maringá demonstra sua centralidade na questão do Ensino Superior: são dez as instituições desse segmento mas a única instituição pública de toda a Mesorregião Norte Central paranaense e da microrregião geográfica de Maringá é a Universidade Estadual de Maringá. Isto evidencia sua importância na construção do conhecimento científico e aumenta sua responsabilidade no combate às desigualdades educacionais como processo de inclusão social e também na constituição de uma política cultural que suscite a comunhão entre saberes, tradições e novas linguagens. Nos demais municípios, com exceção de Jandaia do Sul, Mandaguari e Sarandi, que contam com faculdades privadas, as outras cidades dispõem do Programa de Ensino a Distância, geralmente ligado à EAD da Universidade Estadual de Maringá.

Figura 60 - Equipamentos culturais - Videolocadora



Fonte: Autor

A videolocadora ainda encontra espaço nos pequenos municípios e somente três deles não contam com esse equipamento cultural. Pela falta de cinema, pela falta de opção de lazer somado ao pequeno número de habitantes, a videolocadora se mostra como uma opção atraente de entretenimento.

A pesquisa apresentada nessa seção nos aponta um quadro preocupante na Região Metropolitana de Maringá. Retomando as figuras 1, 6 e 8 que tratam respectivamente do local da cultura, orçamento específico e legislação proposta pelo Sistema Nacional de Cultura percebe-se o distanciamento da região na discussão nacional. O setor cultural nessa região assinala uma total falta de prioridade por parte do gestor municipal, isto é perceptível pela ausência de orçamento específico na área em 76% dos 25 municípios, fator esse que

inviabiliza a construção de uma política pública na região com a implantação de projetos e ações que proponha uma maior participação da população.

Outro fator que merece um olhar diferenciado é a legislação cultural na região, mesmo os 40% dos municípios que dizem ter a legislação solicitada pelo Plano Nacional de Cultura, muitos desses municípios tem somente no papel, não sendo possibilidades reais de ganhos para a sociedade local com uma contribuição mais efetiva por parte dos munícipes.

Diante deste panorama o próximo passo desse trabalho é de construir uma proposta que propicie uma inserção da Universidade Estadual de Maringá junto aos municípios da região.

CONCLUSÃO - PROPOSTA DE INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ NA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA.

Na construção de cada seção deste estudo foram apresentadas as possíveis transformações e as dificuldades da relação da cultura com as instituições de Ensino Superior. Trabalhou-se com um recorte local, analisando-se a relação da UEM com a cultura. A projeção e o reconhecimento da área cultural nas IESs ainda enfrentam estranhamento e distanciamento por parte da comunidade universitária. A secundarização do setor expõe as fragilidades dessa relação tanto no *campus*-sede como nos *campi* e na Região Metropolitana de Maringá, mas ainda assim há um desejo premente de mudança, percebido nos depoimentos dos alunos e nas necessidades que se mostram no campo do ensino, pesquisa e extensão cultural.

Vivemos um aprofundamento de nossa democracia e assim se faz necessária a atuação de diversos atores para que uma política pública de cultura possa promover o desenvolvimento, a inclusão social no tocante à produção científica, tecnológica e cidadã do povo brasileiro, bem como criar um espaço no qual o Estado e a sociedade vislumbrem na cultura uma fonte de desenvolvimento social do país e não um mero acessório estético na relação com outras políticas públicas.

O quadro que as universidades têm apresentado no campo da cultura demonstra um distanciamento das políticas públicas na área. Verificamos que diversos projetos e eventos são desenvolvidos nos mais diversificados departamentos das IESs paranaenses, mas estão deslocados de uma ação central que aponte para uma proposta de formação cultural do estudante universitário e do quadro de servidores (docentes ou agentes universitários) das IESs. Esse estudo mostrou que é preciso pensar na construção de canais de comunicação que

suscitem a multidisciplinaridade entre os departamentos de cultura e arte, departamentos de graduação e programas de pós-graduação, com vista à integração de saberes e à valorização da riqueza da nossa diversidade cultural, tão presente nos *campi* universitários.

As universidades têm colaborado na formulação e na formatação do Plano Nacional de Cultura, mas em relação à tarefa de implementar as ações ainda há muito a ser feito, não só nos *campi* universitários, mas também na implantação de projetos culturais apresentados no formato de uma política de extensão a comunidade local e regional. Os municípios da Região Metropolitana de Maringá conhecem superficialmente o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, por isso são poucos os que utilizam essa política com uma ação de Estado. Neste sentido, acreditamos que as universidades, em especial a UEM, têm o dever de cumprir o seu papel de mediadoras e articuladoras da política pública de Cultura na região em que atuam – no caso da UEM, seja na RMM, seja na AMUSEP seja ainda nos *campi* de extensão.

Essa atuação deve considerar os gargalos apontados no decorrer deste estudo, a saber:

- a) carências na capacitação em áreas específicas como artes plásticas, gestão cultural, preservação e conservação patrimonial, produção literária;
- b) inexistência de orçamento específico para a área cultural tanto nos municípios quanto nas universidades públicas paranaenses;
- c) falta de preparo técnico das equipes culturais nas questões de gestão e política cultural;

Acredita-se que a organização da área cultural na Universidade Estadual de Maringá é imprescindível para que, em um pequeno espaço de tempo, possam-se obter resultados que contribuam para a afirmação da cultura como um direito. A expectativa se firma na implementação dos diversos cursos de graduação no campo da cultura e das humanidades, propiciando um debate mais crítico sobre a formação oferecida na universidade.

A partir da Resolução 228/93-CAD, que direciona os caminhos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UEM e a condução das ações previstas no PNC que se relacionam com a universidade brasileira (já elencadas neste trabalho), sugerimos um plano de ação cultural para a Universidade Estadual de Maringá com abrangência macrorregional. A proposta se fundamenta numa ação conjunta entre a universidade, por meio dos departamentos de ensino, pós-graduação, setores específicos da cultura, além dos municípios pertencentes à região territorial da UEM, isto é, os *campi* de extensão, a RMM e a AMUSEP, num total de 39 municípios.

As sugestões se baseiam numa perspectiva da cultura como direito e como ação de cidadania, conforme aponta Chauí (2006), que define esse direito à cultura

[...] o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais; o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural; o direito de usufruir dos bens da cultura, criando locais e condições e acesso aos bens culturais para a população; o direito de estar informado sobre os serviços culturais e a possibilidade de deles participar ou usufruir; o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do município; o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades; o direito a espaços para reflexão, debate e crítica e o direito à informação e à comunicação (CHAUÍ, 2006, p.70-71).

Ao elencar essa série de direitos à cultura, Chauí parte de uma visão de que o gestor não produz a cultura “sob perspectiva doutrinária”, e sim, num papel de quem deve estimular e promover as condições para que a população crie e frua sua invenção cultural, ficando a cargo do gestor operacionalizar as propostas advindas da sociedade e criar um corpo de servidores tecnicamente preparados para auxiliá-lo na gestão da vida cultural da cidade. Assim o papel de órgãos colegiados, fórum, conselhos passa a ser fundamental para uma ampla participação da sociedade na política pública de cultura para a cidade.

Enfrentar obstáculos na implementação de uma política pública é algo esperado, mas é importante obter clareza do que se espera alcançar em relação à área cultural e à Universidade. Dessa forma a proposta que se segue tenta operacionalizar ações que vão de encontro as cinco estratégias já apresentadas pelo Plano Nacional de Cultura.

Assim na expectativa de fortalecer o planejamento da política estadual de cultura propiciando uma atuação mais direta da universidade com sua área de abrangência propõe-se:

- criar mecanismos de representação em conselhos de cultura em âmbito estadual, viabilizando uma maior integração de programas e projetos culturais vinculados com as instituições de Ensino Superior;

- promover convênios com prefeituras municipais e escolas da rede pública de Educação Básica e Ensino Fundamental e Médio no sentido de viabilizar pesquisas culturais para o conhecimento mais elaborado na área cultural;

- participar de editais públicos conjuntos dos órgãos de cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento e comunicações, entre outros, fomentando estudos intersetoriais e de extensão cultural nas universidades e demais instituições nos municípios da região.

Para promover o incentivo, a proteção e a valorização da diversidade artística e cultural brasileira a universidade pode vislumbrar uma atuação no campo do ensino, pesquisa e extensão com as seguintes ações:

- promover cursos de capacitação no campo cultural para a comunidade universitária e a comunidade em geral, com amplitude regional;
- incentivar pesquisas que retratem a diversidade cultural da região;
- desenvolver projetos que promovam a conscientização relacionada com a preservação do patrimônio artístico e cultural, material e imaterial nos âmbitos estadual e municipal;
- fomentar pesquisas nas mais diversas culturas (indígena, afro-brasileira, quilombolas) existentes na região, para propiciar uma linguagem crítica e reflexiva para obter uma documentação sobre o tema;
- suscitar estudos no campo das artes cênicas, musicais, visuais, literárias, da moda, do *design*, da arquitetura e urbanismo, das artes digitais e outros
- aproximar as manifestações populares e de rua com seus respectivos registros para o conhecimento científico.

Mas fortalecer a política de cultura estadual através do incentivo, proteção e valorização da diversidade cultural e artística brasileira e local é também possibilitar o acesso a produção e para tanto se sugere:

- planejar a gestão de ações que promovam a formação de público no âmbito da universidade e região;
- promover capacitação na área cultural para professores da rede de ensino na formação nos âmbitos da Educação Infantil, Fundamental e Média;
- propor cursos de capacitação para os gestores de cultura nos municípios da região;
- viabilizar assessoria técnica para a criação, expansão, manutenção de equipamentos culturais da região;
- fomentar a criação de grupos artísticos e de manifestações populares;
- ampliar a rede de cursos oferecidos à comunidade acadêmica, possibilitando não só cursos de extensão universitária, mas também cursos de aperfeiçoamento de amplitude regional;
- implementar junto aos municípios da região programas que contemplem a área de preservação, conservação e criação do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental;
- instituir programas em parceria com órgãos estaduais e municipais que propiciem a produção e a circulação teórica e crítica sobre as artes e expressões culturais, por meio de

livros, periódicos, equipamentos audiovisuais, partituras, meios digitais e meios de comunicação em geral.

Assim será possível a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável ampliando as possibilidades de um corpo técnico cultural e artístico mais instrumentalizado para o conhecimento crítico da realidade atual, portanto propõe:

- ampliar a formação profissional das artes e da cultura no âmbito da universidade, bem como oferecer apoio técnico às funções que compõem a rede de atividades culturais e artísticas da região;

- propor programas que oportunizem a capacitação de artistas, produtores culturais, gestores culturais, englobando técnicas de expressão, gestão empresarial e o uso de tecnologias de informática e comunicação;

- criar programas de incubadoras de empresas culturais como mecanismo de inclusão dos profissionais da área ao mercado;

- instituir parcerias com outras universidades, institutos, organismos culturais e empresas, para o desenvolvimento, assimilação e apropriação de materiais e tecnologias de inovação cultural;

- implantar orçamento próprio para o setor cultural na universidade que possibilite uma ação ampliada ao *campus*-sede, aos *campi* de extensão e à região.

Nenhuma dessas ações cumprirá seu objetivo de implantação de uma política pública de cultura no âmbito das universidades se os sistemas de participação social não forem consolidados, para tanto é importante instituir:

- projetos e programas que venham a fortalecer a gestão de políticas públicas para a preservação e manutenção da memória, formação, fomento e difusão das diversas linguagens artísticas em parceria com instituições das três esferas governamentais e demais instâncias de participação da sociedade civil;

- criar um fórum de discussão pública sobre os marcos legais a serem adotados para a gestão e o financiamento das políticas de valorização e apoio às manifestações populares, afro-brasileiras, quilombolas, indígenas e de migração europeia oriental;

- criar um conselho universitário de cultura que integre as pró-reitorias e os centros/departamentos de ensino para elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação da política de cultura das universidades, com a participação paritária de discentes, agentes universitários, docentes, comunidade externa e regional, incluindo a participação de representação dos *campi* de extensão.

Como fazer?

Visto que a proposta deve ser construída de forma democrática e ampla, as metas e seus respectivos prazos devem ser planejados de maneira participativa pela comunidade acadêmica e representante dos *campi* de extensão e demais representações regionais. Também deve ser discutido um novo desenho para o setor cultural da universidade seja pela ampliação do setor cultural seja pela constituição de uma pró-reitoria de cultura, incluindo a cultura num patamar de direito do cidadão.

Dessa forma, a cultura na Universidade mudaria o foco de sua atuação, deixando de ser lida somente como uma política de eventos e se abrindo para uma visão ampliada, sendo o evento parte de uma ação maior. A estrutura de formação, reflexão, debate e crítica assume um papel de maior destaque. Os eventos não deixariam de acontecer, mas seriam consequência natural de um processo de crescimento e desenvolvimento cultural.

O primeiro passo para essa construção seria organizar um amplo debate sobre as novas diretrizes nacionais junto à comunidade universitária e regional, criando um espaço para o conhecimento de experiências - a exemplo da Universidade Federal da Bahia, que já passou por uma reflexão semelhante - e realizar um seminário sobre o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, que abrange ações nas três esferas governamentais - a municipal, a estadual e a federal.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, R. O.; AZEVÊDO, A. Pluralização societária e os desafios à administração pública na América Latina. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.26, n.2, p.329-352, maio/ago. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v26n2/v26n2a15.pdf>>. Acesso em 3. ago. 2011.

AMUSEP. Associação dos Municípios Setentrião do Paraná. Mapa. Disponível em: <<http://www.amusep.com.br>> . Acesso em 5 jun. 2010.

BORBA, Eurico de Andrade Neves. Universidade e o Pensamento Livre. In: ALMEIDA, Candido José Mesdes de et al. (Org.). **Cultura brasileira ao vivo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 193-201.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 2001, v.15, n. 2, p.73-83, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 5 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional da Cultura. **Caderno de Diretrizes Gerais**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnc>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

BRASIL.Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao>. Acesso em 12 jan. 2010.

BRIGAGÃO, Clovis. Universidade e o Pensamento Livre. In: ALMEIDA, Candido José Mesdes de et al. (Org.). **Cultura brasileira ao vivo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 185-191.

CALDAS, Waldenyr. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**. São Paulo: Global, 1986.

CARDOSO, J.R.A.; LUCENA, G.S..**POMBAL em saudades**. A Canção e a Lenda da Cabocla Maringá. [Pombal], 2005. Disponível em: < <http://fmmdl.sites.uol.com.br/pombalemsaudades.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri Carvalho da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 666-686, dez. 2009. Disponível no site: <<http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito a cultura. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo; JULIANO, Viviane Fontes. Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada? In: RUBIM, Antonio Albino C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EdUFBA, 2010. p. 67-85.

DOURADO, Simone Pereira da Costa. **Políticas Públicas de Cultura**. Maringá, 2010. Palestra proferida no VII Festival de Cinema de Maringá no Campus da UEM.

DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FARIA, Hamilton; FERRON, Francisco (Coord.). Cartas da Cultura 1996-2003. São Paulo, **Caderno Pólis**, São Paulo, n. 7, p. 32, 2003. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/836/836.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Nivelamento para as Oficinas Presenciais**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www5.fgv.br/fgvonline/minc/cursos.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

GARCIA CANCLINI, Néstor (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México, DF: Grijalbo, 1987.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003**. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD ROM. Estudos e Pesquisa: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 18.

IBGE. **Base Cartográfica**. Observatório das Metrópoles – Maringá. Elaborado por Wesley Ferreira de Souza. Maringá, out. 2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**, 2009. Disponível no site: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 06 nov. 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12. jan. 2011.

MORAES, Nilson A. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 47-53, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistamuseologiaepatrimonio.mast.br>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.

PEIXOTO, F. **Teatro em movimento: por uma cultura crítica e democrática**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 212-213.

_____. **Teatro em questão**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 87 a 99.

QUEIROZ, Maria Isaura Botelho. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, n.1, 1. sem. 1989. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v011/v1n1a02.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

RUBIM, Antonio Albino C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EdUFBA, 2010.

_____. **A ousadia da criação**. Salvador: EdUFBA, 1999.

TEIXEIRA COELHO, José. **O que é utopia?** São Paulo: Brasiliense, 1980. Coleção Primeiros Passos.

_____. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Coleção Educação e Comunicação, v. 16.

_____. **Arte, Cultura e Universidade**. Maringá, 1999. Palestra proferida na IV Semana de Artes da Universidade Estadual de Maringá.

_____. **Dicionário crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SANCHES NETO, Miguel. Espaço de complexidades. **Revista de Ciência Tecnologia e Inovação**, Curitiba, v. 3, p. 31-35, 2010.

RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Org.). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**. Maringá: EdUEM, 2010.

ROSSIAUD, Jean; WARREN, Ilse Scherer. **A democratização inacabável: as memórias do futuro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MOTA, Adeir Archanjo da. O que é a Região Metropolitana de Maringá: os múltiplos recortes espaciais e institucionais relacionados à cidade de Maringá. In: RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Org.). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**. Maringá: EdUEM, 2010. p.41-65

SALMERON, Roberto A. Pública e identidade cultural. **Universidade Tempo Sociedade**, São Paulo, v.13, n.1, p. 9-26, 2001. Disponível em: <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 5 out. 2010.

PARANÁ. Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos. **Telecentros**. Disponível em: <<http://www.seae.pr.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Institucional**. Londrina, 2010. Disponível em: <[http:// www.uel.br](http://www.uel.br)>. Acesso em: 29 set. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Assessoria de Planejamento. **Base de Dados 2010**: ano base 2009. Maringá, 2010. Disponível em: <[http:// www.uem.br/asp](http://www.uem.br/asp)>. Acesso em: 27 out. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Institucional**. Maringá, 2010. Disponível em: <[http:// www.uem.br](http://www.uem.br)>. Acesso em: 4 out. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Diretoria de Cultura**. Maringá, 2012. Disponível em: <[http:// www.pec.uem.br/dcu](http://www.pec.uem.br/dcu)>. Acesso em: 4 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Observatório das Metrôpoles. Núcleo Maringá. **Perfil da política pública da região metropolitana de Maringá**. Elaborado por Laura Chaves de Souza Peluso durante o estágio supervisionado. Maringá, 2011. 26 p . Relatório de pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Institucional**. Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <<http://www.uepg.br>>. Acesso em: 27 set. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ. **Institucional**. Guarapuava, 2010. Disponível em: <<http://www.unicentro.br>>. Acesso em: 29 set. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Institucional**. Cascavel, 2010. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

WITTENBOM, Dirk. **Sociedade Feroz**. Longa Metragem. Direção Griffin Dunne, Canadá/Estados Unidos, Drama. 113 minutos. 2006.

ANEXO A - Questões para entrevista com os acadêmicos.

A proposta é organizar um encontro com os oito estudantes para que possam emitir opiniões sobre temas afeto a cultura, política de cultura relacionando com a universidade.

Será realizada em espaço previamente acertado com o grupo que já terá assinado o termo de permissão para fins educativos, sendo que as pessoas não serão identificadas, somente o nome do curso e a série que esteja cursando. Será fornecido um número ou letra a cada participante, para facilitar a análise das informações.

Escolha e critério.

Centro de Tecnologia

02 estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo – 01 calouro e 01 do último ano.

Motivação: Por ser um curso que tem se envolvido com as questões culturais e artísticas da instituição. Por ter desenvolvido projeto de extensão junto ao Museu da Bacia do Paraná e os acadêmicos que melhor responderam foram os da arquitetura e urbanismo. Sendo que uma aluna em especial demonstrou interesse em desenvolver sua prática profissional no campo museológico.

Centro de Ciências da Saúde

02 estudantes do Curso de Odontologia – 01 calouro e 01 do último ano.

Motivação: Por ser um curso que desde o ano de 1997 tem se mostrado mais aberto para a interdisciplinaridade, inclusive com a criação de uma disciplina que possibilitava uma maior troca com a área das artes.

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

02 estudantes sendo 01 da Música e 01 de Artes Cênicas

Motivação: por serem alunos ligados mais diretamente a área das artes – um campo específico da cultura.

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

02 estudantes do curso de Direito, 01 calouro e outro no último ano de curso.

Motivação: Devido à grande procura desses estudantes nos cursos livres de arte que são oferecidos pela Diretoria de Cultura da UEM.

Proposta de questões que orientarão a entrevista:

O que você entende sobre cultura na universidade?

O que você considera uma política de cultura?

Na Universidade, o que você identifica como política de cultura? Por quê?

ANEXO B - INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À RMM

Município:

População:

Área:

Informação fornecida por:

Data:

LOCAL DA CULTURA:

Existe setor específico para os assuntos da cultura?

- Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas;
- Setor subordinado a outra secretaria;
- Secretaria municipal exclusiva;
- Fundação Pública;
- Não possui estrutura específica.

Qual a infra-estrutura do órgão gestor?

- sala com telefone
- sala com telefone e computadores (quantos)
- outro – especificar.

Categoria da equipe de recursos humanos:

- Estatutários
- Celetistas
- Somente comissionados
- Sem vínculo permanente
- Estagiário

Se possuir mais de uma categoria marcar qual a quantidade de cada categoria.

Nível de escolarização da equipe de cultura no município.

- sem instrução
- ensino fundamental
- ensino médio
- ensino superior
- pós-graduação

RECURSOS FINANCEIROS:

Tem orçamento para o setor?

sim

não

Despesa realizada na pasta da cultura:

Média do município _____

Percentual em relação ao orçamento total do município _____

LEGISLAÇÃO:

O município tem legislação própria para área da cultura?

Sim

Não.

Quais os objetivos que norteiam o setor cultural na cidade?

1

2

3

4

5

6

Em relação à legislação exigida pelo Sistema Nacional de Cultura

o município conhece o Sistema Nacional de Cultura, aderiu ao Sistema.

o município conhece o Plano Nacional de Cultura

o município tem um Plano Municipal de Cultura

o município tem Conselho de Cultura

o município participa de Consórcio Cultural

o município tem fundo Municipal de Cultura

CAPACITAÇÃO AOS MUNICÍPES

Existência de escola, oficina ou curso regular de formação em atividades típicas de cultura.

- música
- artesanato
- dança
- teatro
- manifestações tradicionais populares
- artes plásticas
- literatura
- patrimônio, conservação e restauração.
- gestão cultural
- fotografia
- cinema
- circo
- vídeo
- outras (especifique)
- turismo cultural

Atividades Culturais

Característica	Tipo	Financiamento público	Patrocínio privado
Exposição			
Feira			
Festival			
Concurso			

Grupos Artísticos

Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Artes plásticas e visuais		Dança	
Artesanato		Desenho e pintura	
Associação literária		Escola de samba	
Banda		Manifestação tradicional popular	
Bloco carnavalesco		Musica	
Capoeira		Teatro	
Cineclube		Orquestra	
Circo		Outra (especifique)	
Coral			

Atividade Artesanal

- () Argila
- () Bordado
- () Conchas
- () Couro
- () Culinária típica
- () Fibras vegetais
- () Frutas e sementes
- () Madeira
- () Material reciclável
- () Metal
- () Pedras preciosas
- () Renda
- () Tapeçaria
- () Tecelagem
- () Vidro
- () Outra (especifique)

Equipamentos culturais e meios de comunicação.

Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade
Biblioteca pública		Museu	
Centro cultural		Provedor e internet	
Cinema		Rádio comunitária	
Clube		Revista impressa localmente	
Estação de rádio AM		Sala de exposição	
Estação de rádio FM		Shopping Center	
Estádio ou ginásio desportivo		Teatro ou sala de espetáculo	
Geradora de TV		TV a cabo	
Jornal diário		TV aberta	
Livraria		Unidade de Ensino Superior	
Loja de discos, CDS, fitas e DVDS.		Videolocadora	

ANEXO C – Tabela de visitas para coleta de dados junto aos municípios da Região Metropolitana de Maringá – RMM

Dia	Hora	Município
30/03/2011	14h00	Ângulo
	15h00	Iguaraçu
	16h00	Àstorga
04/04/2011	14h00	Floraí
	15h00	Presidente Castelo Branco
	16h00	Mandaguaçu
06/04/2011	14h00	Ourizona
	15h00	São Jorge do Ivaí
	16h00	Doutor Camargo
08/04/2011	8h00	Ivatuba
	9h00	Floresta
	10h00	Itambé
	11h30	Bom Sucesso
	14h00	Santa Fé
13/04/2011	15h00	Munhoz de Mello
	16h00	Lobato
	14h00	Atalaia
15/04/2011	15h00	Flórida
	14h00	Cambira
25/04/2011	15h00	Jandaia do Sul
	16h00	Mandaguari
04/05/2011	14h30	Marialva
	16h00	Sarandi
06/05/2011	14h00	Paiçandu
18/05/2011	15h00	Maringá